



GOVERNO DA BAHIA

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
CONSOLIDADAS  
DO ESTADO**

Exercício 2010

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
CONSOLIDADAS DO ESTADO  
Exercício de 2010

SALVADOR – BA  
2011

B171 Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2010. Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2011. 554 p. : il. color. Anual.

Titulos anteriores: Balanço Geral do Estado - até 2006; Balanço Consolidado do Estado – até 2008.

1. Administração pública – Prestação de contas – Bahia. I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título.

CDD 336.1

CDU 336.143.21(813.8)

Normalização: Biblioteca SEFAZ/UCS

Av. Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, 260 – CAB – CEP 41745-003

Tel: (71)3115-5059 – Fax: (71)3115-8761

[www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) - [sefaz@sefaz.ba.gov.br](mailto:sefaz@sefaz.ba.gov.br)

## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador

**JAQUES WAGNER**

Secretário da Fazenda

**CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**

Subsecretário da Fazenda

**CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA**

Superintendente de Administração Financeira

**OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA**

Coordenador Geral de Planejamento, Acompanhamento e Controle Financeiro

**ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA**

Diretor da Contabilidade Pública

**WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIM**

Diretor do Tesouro Estadual

**JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS**



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	07	5. GESTÃO PATRIMONIAL .....	58
1. INTRODUÇÃO .....	09	Balanco Patrimonial .....	58
Análise da Economia Baiana e Brasileira em 2010 .....	09	Ativo Financeiro .....	58
Desempenho da arrecadação em relação à previsão, e providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação (art. 58 da LRF) .....	10	Passivo Financeiro .....	60
Ações implementadas na Área Financeira .....	12	Apuração do Déficit ou Superávit Financeiro Bruto .....	61
2. NOTAS EXPLICATIVAS .....	18	Ativo Permanente .....	62
3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	31	Passivo Permanente .....	66
Balanco Orçamentário .....	31	Saldo Patrimonial .....	67
Resultado Orçamentário .....	33	Demonstração das Variações Patrimoniais .....	68
Receita Orçamentária .....	35	6. GESTÃO ECONÔMICA .....	72
Receitas Correntes .....	35	7. GESTÃO FISCAL .....	75
Receitas de Capital .....	39	Receita Corrente Líquida .....	75
Despesa Orçamentária .....	40	Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos ...	77
Despesas Correntes .....	42	Resultado Primário .....	80
Despesa de Capital .....	43	Resultado Nominal .....	82
Despesas de Exercícios Anteriores .....	45	Aplicação de Recursos em Saúde .....	83
Gestão Orçamentária dos Fundos Especiais .....	49	Aplicação de Recursos em Educação .....	86
Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FUNCEP .....	50	Despesa com Pessoal .....	88
Fundo de Cultura da Bahia – FCBA .....	50	Disponibilidade de Caixa .....	89
Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES .....	51	Restos a Pagar .....	90
4. GESTÃO FINANCEIRA .....	52	Parcerias Público-Privadas contratadas pelo Estado .....	91
Balanco Financeiro .....	52	Garantias e Contragarantias de Valores .....	92
Movimentação Extra-Orçamentária .....	54	Operações de Crédito .....	92
Resultado Financeiro .....	57	Dívida Pública .....	93
		Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal .....	98
		8. GLOSSÁRIO .....	99
		9. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS .....	108
		Autarquias .....	108
		Fundações .....	108
		Empresas Estatais Dependentes .....	108
		Empresas Públicas .....	108
		Sociedades de Economia Mista .....	108
		Fundos .....	108

<b>10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	109	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção .....	512
		Demonstrativo da Receita Corrente Líquida .....	520
<b>11. ANEXOS DA LEI 4.320/64</b> .....	111	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos .....	521
Administração Consolidada – Todos os Poderes .....	111	Demonstrativo do Resultado Nominal .....	524
Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e da Despesa Segundo as Categorias Econômicas .....	113	Demonstrativo do Resultado Primário .....	526
Anexo 2 – Demonstrativo da Receita .....	117	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão .....	528
Anexo 2 – Demonstrativo da Despesa (Consolidado) .....	137	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE .....	529
Anexo 2 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos .....	143	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital .....	533
Anexo 6 – Programa de Trabalho do Governo – Demonstrativo da Despesa por Função/SubFunção/Programa por Órgão e Unidade Orçamentária. ....	247	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos .....	534
Anexo 7 – Programa de Trabalho do Governo – Demonstrativo da Despesa por Função/SubFunção/Programa por Projeto e Atividade .....	347	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos .....	537
Anexo 8 – Programa de Trabalho do Governo – Demonstrativo da Despesa por Função/SubFunção/Programa, conforme o vínculo com os recursos. ....	367	Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde .....	538
Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função. ....	399	Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas Contratadas .....	540
Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	409	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária .....	541
Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada .....	433	Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo .....	543
Anexo 12 – Balanço Orçamentário .....	441	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida .....	544
Anexo 13 – Balanço Financeiro .....	445	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores .....	546
Anexo 14 – Balanço Patrimonial .....	449	Demonstrativo das Operações de Crédito .....	547
Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais .....	465	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Poder Executivo .....	549
Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada (Interna e Externa) .....	469	Demonstrativo dos Restos a Pagar – Poder Executivo .....	551
Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante .....	473	Demonstrativo dos Limites – Poder Executivo .....	553
Administração Consolidada – Poder Executivo .....	477		
Anexo 12 – Balanço Orçamentário .....	479		
Anexo 13 – Balanço Financeiro .....	483		
Anexo 14 – Balanço Patrimonial .....	487		
Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais .....	503		
<b>12. DEMONSTRATIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF</b> .....	507		
Balanço Orçamentário – Receita .....	509		
Balanço Orçamentário – Despesa .....	511		

## APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda, responsável pelo levantamento das Demonstrações Contábeis Consolidadas e pela elaboração do Relatório Contábil da Administração Pública Estadual, apresenta a Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, concernente ao exercício financeiro de 2010, a ser enviada à Assembléia Legislativa na forma do Artigo 105, inciso XV, da Constituição do Estado da Bahia de 1989.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado evidenciam os resultados das gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos Especiais e a execução orçamentária das Empresas Estatais Dependentes, elaborado segundo as normas federais e estaduais que regem a matéria, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo os dados contábeis oriundos essencialmente do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras - SICOF.

O Relatório Contábil, parte componente da Prestação de Contas, apresenta uma análise mais detalhada das informações contábeis e fiscais, buscando o uso de uma linguagem de fácil entendimento a todo cidadão dos vários segmentos da sociedade, inclusive com apresentação de glossário dos termos técnicos utilizados. Além disso, foram utilizados gráficos e tabelas para permitir uma melhor visualização dos dados constantes dos Balanços e demais Demonstrações Contábeis.

Neste Relatório, o módulo das Notas Explicativas foi incrementado com o item 2.10 – DESDOBRAMENTOS DE ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, com o objetivo de tornar mais transparente e facilitar o entendimento de alguns aspectos relevantes no âmbito da Administração Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial do Estado.

Salvador, 08 de fevereiro de 2011.

***Olinho José de Oliveira***

Superintendente de Administração Financeira





# 1. INTRODUÇÃO

## ▶ 1.1 ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA NO CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2010

A economia brasileira resgata bons indicadores no ano de 2010, demonstrando recuperação a partir das medidas anticíclicas que foram adotadas pelo Governo Federal desde o início da crise mundial de 2008. O Produto Interno Bruto – PIB deverá apresentar alta em torno de 7,5% – a maior desde 1985. Não obstante, o Banco Central anunciou em dezembro algumas medidas para reduzir a expansão do crédito, evitando o superaquecimento da economia e o consequente aumento da inflação. Entre as medidas, destacam-se o aumento do compulsório (dinheiro dos bancos que fica depositado no Banco Central) e a restrição para empréstimos de longo prazo a pessoas físicas.

A taxa básica de juros saiu de um patamar de 8,75%, no início do ano, para 10,75% em julho, mantendo-se neste nível até o final do ano, representando uma elevação de 2%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador oficial de inflação, encerrou o ano com percentual de 5,9% – acima do centro da meta de 4,5% estabelecida pelo governo, mas ainda assim, um pouco abaixo do teto da meta (6,5%).

No cenário externo, a atual crise cambial tem levado as maiores economias mundiais a adotarem medidas de caráter protecionista para evitarem a valorização de suas moedas, e o consequente desequilíbrio em suas balanças comerciais. Medidas também vêm sendo adotadas pelo Governo Federal para evitar a sobrevalorização do real frente à moeda americana, a exemplo da elevação da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF sobre investimento de estrangeiros na renda fixa. A alíquota, que fora elevada de 2% para 4%, em outubro, passou para 6%. A cotação

do dólar americano fechou o ano no patamar de R\$ 1,70, o que tem estimulado as importações e traz dificuldades para os exportadores nacionais.

A balança comercial encerrou o exercício com superávit de US\$ 20,3 bilhões. Já as transações correntes tiveram um déficit de US\$ 47,5 bilhões, que foi financiado pelo investimento estrangeiro direto, que, de janeiro até dezembro, soma US\$ 48,5 bilhões.

Dando continuidade à política adotada pelo Banco Central, houve aumento das reservas internacionais, que encerraram o exercício com saldo recorde de US\$ 288,57 bilhões, representando uma espécie de seguro contra crises externas.

Quanto ao desempenho da economia baiana, de acordo com a análise da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, houve a retomada de crescimento em todos os setores, com destaque para a indústria de transformação, a construção civil e a agropecuária, especialmente nos últimos três meses do exercício de 2010. Registre-se que, nos dois primeiros trimestres, as taxas de expansão do PIB foram de 9,5% e 10,4%, respectivamente. No terceiro trimestre, a economia do Estado registrou um crescimento de 6,4%, em relação ao mesmo período de 2009.

Diante dos índices alcançados, a SEI estima que o crescimento do PIB em 2010 chegue a 7,5%, firmando-se como a segunda maior da série histórica do PIB da Bahia. Segundo avaliação daquela Superintendência, o dinamismo da demanda interna, associado à expansão do crédito e ao aumento do emprego foram os principais responsáveis pelo desempenho da atividade econômica no Estado.

A safra agrícola de 2010, de acordo com levantamento do IBGE, realizado em outubro, é estimada em 6,6 milhões de toneladas, o que representará um aumento de 10,9% em relação à safra de 2009, e será a maior já registrada para a Bahia.

A produção física da indústria baiana acumulou, até novembro, aumento de 9,0%, com maiores impactos positivos observados em refino de petróleo e produção de álcool (24,2%), alimentos e bebidas (8,3%), metalurgia básica (12,2%) e minerais não-metálicos (12,0%). Já a construção civil, com expansão próxima a 10% em 2010, man-

tém o crescimento expressivo registrado ao longo dos últimos anos. De janeiro a novembro, o varejo baiano acumulou alta de 10,3% em relação a igual período do ano anterior.

Com relação ao comércio exterior do Estado, o forte desempenho das exportações em dezembro ajudou a Bahia a bater novo recorde nas vendas externas, alcançando no exercício US\$ 8,9 bilhões, valor 26,8% acima do registrado em 2009 e 2,3% superior ao valor obtido em 2008. Houve aumento também das importações – US\$ 6,6 bilhões – superando em 4,7% a marca de 2008 e em 41,5% o volume do ano passado. O saldo comercial, porém, embora positivo em US\$ 2,3 bilhões, é o menor desde 2007, devido ao maior avanço das importações.

O Estado alcançou um novo recorde na criação de empregos, tendo registrado um saldo positivo de 121 mil postos de trabalho formais, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Esse número representa um saldo bastante superior ao exercício de 2009, cujo número de postos gerados, no período de doze meses, foi de 71 mil.

De acordo com o relatório Perspectivas Econômicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE o país deve se beneficiar da expansão robusta do crédito e dos ganhos na renda, que sustentam o consumo privado. Maciços projetos de infraestrutura devem ajudar a elevar as taxas de crescimento nos próximos anos.

Para o Estado da Bahia, com o expressivo crescimento da produção de grãos e de minério, e a consequente necessidade de seu escoamento, estão previstos investimentos de grande porte, com destaque para o Complexo Multimodal Porto Sul, cuja ordem de serviço para início das obras já foi assinada pelo então Presidente da República, em dezembro. O projeto envolverá a construção de um porto *offshore*, composto por terminais de exportação de minérios e grãos, um pólo industrial e um de serviços nas imediações da BR-101, uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, um aeroporto internacional e um ponto de entrega de gás natural do Gasoduto Sudeste-Nordeste. Para a realização desse empreendimento, considerando apenas a infraestrutura logística, está previsto um investimento superior a R\$ 8 bilhões.

A expectativa é que a implantação do Porto Sul promova a desconcentração econômica e espacial do Estado, resultando em uma maior integração entre as cadeias produtivas do interior e o comércio internacional. Em um futuro próximo, espera-se que esse empreendimento represente o início da criação de uma nova região metropolitana no sul do Estado.

O Complexo Multimodal Porto Sul terá uma conexão com outro importante projeto de infra-estrutura – a Ferrovia Oeste-Leste – que ligará o Litoral Sul do Estado até o Cerrado Brasileiro, no Estado de Tocantins. A realização desse projeto é resultado da parceria celebrada entre o Governo da Bahia, o Governo Federal e a iniciativa privada. Outro projeto que merece destaque é a recuperação da Hidrovia do São Francisco, cujo recurso para realização de parte das obras já está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Esse conjunto de iniciativas adotadas pelo Governo da Bahia visa a uma diversificação de modais de transporte – com a Hidrovia do São Francisco, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, o Porto Sul e o novo aeroporto de Ilhéus –, que complementará nos próximos anos a infraestrutura logística do Estado, atualmente suportada, basicamente, pelo sistema rodoviário. Como consequência imediata, a execução desses projetos irá trazer um aumento do nível de emprego, especialmente na área de construção civil que demandará grande parte da mão de obra, inclusive no interior do Estado.

A interiorização da economia e do emprego acompanha a tendência da consolidação da economia de alguns municípios baianos, que se constituem como pólos dinamizadores do mercado de trabalho em diversas regiões. As perspectivas para os próximos anos indicam, portanto, uma maior geração de renda, uma melhor qualidade de vida para a população e um desenvolvimento sustentável do Estado.

## ▶ 1.2 DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO À PREVISÃO, E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS E COMBATE À SONEGAÇÃO (ART. 58 DA LRF)

Comportamento da arrecadação em relação às previsões – Fonte PGM (19.01.2011)

Receita	Previsto	Realizado	% Realizado/Previsto	Realizado – Previsto
ICMS - Receita Corrente	10.561.431,38	11.237.050,32	106,40	675.618,94
ICMS - Recuperação de Crédito	241.691,89	557.605,04	230,71	315.913,15
<b>TOTAL</b>	<b>10.803.123,27</b>	<b>11.794.655,36</b>	<b>109,18</b>	<b>991.532,09</b>

Nota: a diferença registrada entre este quadro e os dados do Balanço refere-se ao modo de apuração da arrecadação que difere da contabilização, não significando divergência de resultado

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual, atingiu o montante de R\$ 11,79 bilhões em 2010, apresentando um crescimento de 19,73% em relação ao ano passado (em valores nominais) e o melhor resultado de toda a série histórica. Em 2009, a Bahia arrecadou R\$ 9,85 bilhões.

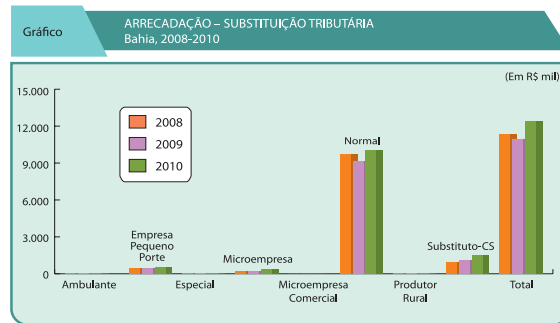
Entre os setores, apesar de a Indústria ter obtido o melhor resultado, com R\$ 4,6 bilhões arrecadados, o Comércio foi o que apresentou maior crescimento, de 30,88% para uma arrecadação de R\$ 4,5 bilhões. O setor de Serviços teve incremento de 12,76%, com um montante de R\$ 2,64 bilhões, e a Indústria variou positivamente em 14,20%.

Na análise dos segmentos econômicos, o que obteve o melhor resultado, em termos absolutos, foi o de Petróleo, com R\$ 2,53 bilhões arrecadados. Na sequência vem o Comércio Varejista, com R\$ 2,4 bilhões, e o de Serviços de Utilidade Pública, com R\$ 2,38 bilhões. Entre os três primeiros colocados o que mais cresceu foi o Comércio Varejista, apresentando variação positiva de 35,78%.

O resultado da arrecadação deve-se não só à recuperação da economia baiana, após a crise econômica, mas também às medidas tomadas na fiscalização e política tributária, objetivando a minimização da sonegação e incremento da receita. Dando continuidade às ações de fiscalização, a Secretaria da Fazenda do Estado – SEFAZ realizou diversas ações, integrando a inteligência fiscal às operações de fiscalização. De janeiro a novembro, a SEFAZ registrou um montante de crédito recuperado de mais de R\$ 530,7 milhões. Desse total de créditos, a Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana (DAT-Metro) foi responsável por mais de R\$ 264,6 milhões, enquanto as diretorias Norte e Sul corresponderam a R\$ 147,40 milhões e R\$ 90,9 milhões, respectivamente. Já a Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (COPEC), recuperou R\$ 28,06 milhões.

Entre as ações de fiscalização vale destacar a Programação da Fiscalização em Tempo Presente, tendo como foco os contribuintes que respondem por 80% da arrecadação de ICMS do Estado, em períodos mais próximos do atual. Tal projeto visa o acompanhamento estreito do contribuinte visando manter-se a arrecadação espontânea em patamares otimizados. Além disso, busca minimizar os custos com a fiscalização, a administração e controle dos resultados, o contencioso administrativo e judicial. Com isso, o aumento da percepção de risco é fator indutor da sustentabilidade da arrecadação.

No caso dos contribuintes da substituição tributária, a SEFAZ ampliou o acompanhamento dos mesmos, com crescimento na arrecadação dos segmentos, conforme gráfico a seguir.



Fonte: SEFAZ

Algumas das operações executadas foram a Médio São Francisco, Operação Posto Legal, Operação Corsário, Portal do Sertão, Volantes Direcionadas, Mimoso do Oeste II, Salgadeiras e Metropolitana. A Mimoso do Oeste II, por exemplo, realizada de junho a agosto na região oeste, foi responsável pela recuperação de R\$ 2,8 milhões aos cofres estaduais. A ação registrou um total de 845 autos de infração, sendo que 758, o equivalente a 90% dos autos, foram quitados imediatamente. Já a Portal do Sertão, desenvolvida na Fiscalização de Trânsito de Mercadorias, resultou na reclamação de crédito num total de R\$ 260.000,00.

Na parte de intervenções na legislação, a SEFAZ promoveu alterações na Substituição Tributária – ST, incluindo ou excluindo diversos produtos desse Regime, com ganho de receita. No segundo trimestre deste ano, a medida resultou em incremento médio de 16,4% na arrecadação total de ST e de 46% do ICMS relativo aos produtos incluídos. No caso das óticas, o incremento anual de arrecadação foi de 75%; e os produtos do varejo o aumento foi de 12%; no ramo de bebidas houve variação positiva da ordem de 38%.

As ações de modernização mais uma vez fizeram parte do cotidiano da Secretaria da Fazenda. Coordenado em âmbito nacional pela Bahia, o sistema da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) aumentou o leque de contribuintes obrigados a utilizá-lo em 2010. Atualmente, são 15.122 contribuintes dos principais segmentos (Combustíveis, Bebidas, Cigarros e Fumo).

Na Bahia, 4.900 contribuintes emitem NF-e. Além disso, foram tomadas providências na imposição do cumprimento da obrigação com previsão de multa pela emissão por outro meio – multa de 2% do valor do documento.

A boa interlocução da SEFAZ com as entidades representativas da sociedade resultou em uma parceria pioneira em todo o país, firmada com o Instituto Etco – entidade privada voltada ao fortalecimento da ética concorrencial. Através da parceria, foi desenvolvido entre 2009 e 2010 sistema informatizado voltado para a fiscalização dos contribuintes obrigados à emissão da Nota Fiscal Eletrônica, denominado de Business Intelligence (BI) da NF-e. O BI tem como objetivo ampliar o combate à sonegação. A Secretaria da Fazenda, após o desenvolvimento e implantação do sistema, disponibilizará os códigos fontes e documentação técnica referente ao *software* para as demais Secretarias de Fazenda do Brasil que tiverem interesse em implantar o programa.

Operações especiais também foram executadas durante o ano de 2010, como a Caracará, a Máscara, a operação Ázimo e a ação do Dia Nacional de Combate à Sonegação, sempre através da Força-Tarefa formada pela SEFAZ, por meio da Inspeção Fiscal de Investigações e Pesquisa (INFIP), Secretaria de Segurança Pública (SSP), e Ministério Público da Bahia. Na operação Máscara, executada no mês de agosto, a Força-Tarefa desarticulou organização criminosa que atuava de dentro da Penitenciária Lemos Brito (PLB) e fora dela praticando crime de estelionato com contribuintes que possuíam dívidas com a Fazenda Estadual. O grupo obtinha informações sigilosas de processos administrativos fiscais e dados cadastrais de empresários, advogados e contadores.

No caso da Operação Caracará, as fraudes consistiam no trânsito de mercadorias pelo Posto Fiscal, com destino a este ou a outros estados da Federação, cujos veículos transportadores deixam de efetuar a parada obrigatória para inspeção da carga – ação que, na gíria, é conhecida como “furar” a barreira. Com o esquema fraudulento perpetrado, possibilita-se o não pagamento do ICMS por substituição tributária ou por antecipação parcial tributária sobre as mercadorias enquadradas em tais regimes. O esquema também impossibilita os registros em bancos de dados da SEFAZ e a emissão de Passes Fiscais sobre mercadorias que constem como destinadas a outros estados, principalmente Sergipe, Pernambuco e Alagoas, mas que, em quase sua totalidade, são internadas no Estado da Bahia.

Coordenada pelo GNCO (Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas), a ação do Dia Nacional de Combate à Sonegação foi executada tendo por base ações de monitoramento dos contribuintes que atuam nos setores de distribuição e revenda de combustíveis automotivos no Estado da Bahia.

### ▶ 1.3 AÇÕES IMPLEMENTADAS NA ÁREA FINANCEIRA

A Superintendência de Administração Financeira, com o objetivo de aprimorar a gestão financeira do Estado, oferecendo informações de melhor qualidade e com mais agilidade para a tomada de decisão, vem desenvolvendo um projeto com foco em:

- Pessoas, visando oferecer a formação adequada a todos os servidores da área;
- Processos, objetivando redesenhar todos os processos da área financeira do Estado para dinamizar a gestão;

- Tecnologia, trabalhando num sistema em linguagem moderna que atenda aos procedimentos ditados pelo redesenho dos processos e às normas vigentes, e adequando àquelas referentes à nova contabilidade aplicada ao setor público, que deverão entrar em vigor em futuro próximo.

Para atingir a excelência nos controles financeiros é necessária a profissionalização do setor, o que se poderá conseguir com a criação de uma carreira própria.

## REALIZAÇÕES 2007-2010

### ▶ 1.3.1 Conciliação eletrônica da arrecadação do ICMS (parcela pertencente ao Estado)

Foi implementada a conciliação eletrônica dos valores arrecadados e repassados para a Conta Única do Tesouro – CUTE, a partir do cruzamento de dados provenientes do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT e os extratos bancários em meio magnético, fornecidos pelo Banco do Brasil. A conciliação é feita no Sistema de Administração de Recursos Financeiros – SARF de maneira automática, acarretando uma redução no trabalho que antes era executado em planilha eletrônica, bem como maior confiabilidade no resultado alcançado. Para os próximos exercícios, o objetivo é estender a conciliação para as contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB e dos valores transferidos aos municípios com acesso disponibilizado, a partir do site da SEFAZ/BA, para toda a sociedade.

### ▶ 1.3.2 Integração SIGAT X SICOF concernente à transferência de IPVA para os municípios

O SIGAT e o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF foram ajustados no sentido de oferecer informações mais confiáveis e tempestivas aos municípios. As falhas detectadas na integração desses dois sistemas foram saneadas, de forma a permitir que os recursos cheguem aos municípios no menor tempo possível.

### ▶ 1.3.3 Reestruturação da dívida – início de negociação com o BIRD

No segundo semestre de 2010, iniciaram-se negociações junto ao Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, visando contratar operação de crédito destinada à reestruturação do perfil da Dívida Pública do Estado da Bahia. Mais precisamente, pretende-se substituir parte das obrigações atuais por dívida em condições mais favoráveis de prazo e custo, de modo a desconcentrar o fluxo de dispêndios e liberar recursos para ampliar gastos em investimentos.

### ▶ 1.3.4 Copa do Mundo 2014 – Participação na captação de recursos para a realização da Copa. Mobilidade Urbana e Contrato de arena

Pró-Transporte – Mobilidade Urbana: operação de crédito interno, tendo como agente financiador a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 541.800.000,00 (quinhentos e quarenta e um milhões e oitocentos mil reais), para aplicação em empreendimentos na linha de financiamento Mobilidade Urbana – PRÓ-TRANSPORTE, diretamente associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. O Contrato de Empréstimo foi assinado em 26/08/2010.

Copa do Mundo 2014: operação de crédito interno, tendo como agente financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 323.629.000,00 (trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais), para a viabilização da construção e reforma do Estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova), que sediará os jogos da COPA do Mundo de 2014. Foi autorizada pela STN, em 01/09/2010. O Contrato de Empréstimo foi assinado em 29/12/2010.

### ▶ 1.3.5 Transparência Bahia

Mais do que um compromisso com a sociedade, o Portal Transparência Bahia, criado em agosto de 2007, inaugurou um novo momento na Bahia e vem exercendo papel fundamental para o exercício da cidadania em sua forma mais plena. Com acesso

público às informações das contas públicas estaduais de forma clara e transparente, o Portal vem favorecendo o diálogo constante e aberto do governo com a sociedade.

O Portal Transparência Bahia merece destaque em diversos aspectos: disponibiliza dados da execução orçamentária, itens exigidos para a interação com o internauta, como o Manual de Navegação, Glossário e um Fale Conosco por *e-mail*, nível máximo de detalhamento do gasto, dentre outros. São disponibilizados diversos quadros/tabelas com informações da execução das Receitas e Despesas (Correntes e de Capital), Gastos com Saúde e Educação, Fundo de Previdência e Plano de Saúde do Servidor (FUNPREV e PLANSERV), além dos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

### ▶ 1.3.6 Automação dos Relatórios da LRF

Os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal estão sendo emitidos de forma mais ágil e com maior confiabilidade de forma automática no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF Gerencial, o que vem favorecendo ao subsídio para tomada de decisões.

### ▶ 1.3.7 Sistema de Apropriação de Custo Público – ACP

O Sistema ACP teve um processo de aperfeiçoamento por meio da implementação de novas versões, tais como: recadastramento de Gestores Setoriais, a elaboração de Cartilha do ACP para Gestores, emissão de relatório dos custos totais do exercício 2009, e atendimento das condições relacionadas ao ACP para liberação de parcelas do Programa de Consolidação do Equilíbrio fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – PROCONFIS.

Outra ação no sentido de viabilizar e disseminar o uso do ACP foi a realização de eventos como treinamentos, apresentações e seminários, com a participação de diversos setores e servidores do Estado.

### ▶ 1.3.8 Cartão de Pagamento

O Cartão de Pagamento veio substituir a utilização de cheques nos pagamentos de despesas realizadas por meio de adiantamentos concedidos aos servidores públicos. Esse novo instrumento vem proporcionando maior agilidade nas compras, melhor controle dos gastos, assim como viabilizando a transparência da gestão dos recursos financeiros disponibilizados ao servidor.

Com objetivo de viabilizar a implantação dos procedimentos referentes à emissão e à utilização do cartão como forma de pagamento nas despesas realizadas mediante regime de adiantamento, assim como o controle e o acompanhamento das despesas efetuadas por meio do cartão, a Cartilha para uso do Cartão de Pagamento foi instituída por meio da Portaria DA Secretária da Fazenda – SEFAZ nº. 392, de 02 de outubro de 2009, e disponibilizada no sítio SEFAZ para acesso direto dos servidores e da população.

### ▶ 1.3.9 Pagamento eletrônico por meio de Leitura Ótica

Com a implantação de uma nova funcionalidade no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF, em outubro de 2009, tornou-se possível a realização de pagamentos aos credores por meio de bloqueto de cobrança com código de barras, permitindo a quitação eletrônica do documento.

Para a devida realização do pagamento por meio da leitura ótica dos documentos de cobrança, foi elaborada a Cartilha para Pagamento Eletrônico com as orientações necessárias para utilização dessa nova funcionalidade. Essa Cartilha também encontra-se disponibilizada no sítio da SEFAZ.

### ▶ 1.3.10 Descentralização da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF

Com objetivo de estabelecer procedimentos para emissão da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, considerando a captura de dados no Sistema de

Informações Contábeis e Financeiras – SICOF referentes aos pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas e atendendo à legislação da Receita Federal, foi atribuída às diversas Unidades a obrigação de prestar informações à Secretaria da Receita Federal sobre o valor do imposto de renda e/ou contribuição retido na fonte dos rendimentos pagos ou creditados para seus beneficiários.

Visando a utilização adequada da nova rotina implantada e considerando a descentralização dessa obrigatoriedade, foi elaborada e disponibilizada no sítio da SEFAZ a Cartilha para emissão da DIRF, em setembro de 2009.

### ▶ 1.3.11 Implantação da Cédula de Crédito

À microempresa e à empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação, foi concedida pela Lei Complementar nº 123, de 2006, a permissão para emitir cédula de crédito microempresarial. A SAF desenvolveu no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF uma rotina específica para implantação da Cédula de Crédito no Estado da Bahia.

### ▶ 1.3.12 Sistema de Contabilidade do FUNPREV

A Solução Integrada de Gestão Empresarial – SIGE (Sistema Contábil desenvolvido pela PRODEB) foi implantada no Fundo de Previdência – FUNPREV para atender as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS no sentido de que os Fundos de Previdência dos Estados tivessem seus sistemas contábeis informatizados e adaptados. Este sistema contábil foi elaborado em decorrência da implantação do Plano de Contas e Relatórios Contábeis referidos na Portaria nº. 916, de 15 de julho de 2003, (alterada pela Portaria nº. 95/2007) ambas do MPS.

### ▶ 1.3.13 Manual de Encerramento do Exercício

O Manual de Encerramento do Exercício aprovado pelo Decreto nº. 11.337, de 26 de novembro de 2008, estabeleceu diretrizes para os procedimentos contábeis e financeiros

das Unidades executoras do Estado, de acordo com as normas vigentes, garantindo a consolidação das contas na forma estabelecida na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320/1964, e nas padronizações previstas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. O Manual vem sendo utilizado como instrumento de orientação comum aos gestores públicos mediante consolidação de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação contábil das receitas e das despesas, visando dar maior transparência das informações constantes no Balanço Consolidado do Estado, além da geração de informações financeiras e gerenciais de qualidade, mediante uma gestão eficiente e eficaz das contas públicas.

### ▶ 1.3.14 Transferência das contas bancárias, movimentação financeira e centralização da arrecadação para o Banco do Brasil

Em outubro de 2007 foi assinado o contrato de Prestação de Serviços Financeiros entre o Estado da Bahia e o Banco do Brasil. O contrato permitiu a transferência das contas bancárias, toda a movimentação financeira e a centralização da arrecadação para o Banco do Brasil. Em contrapartida o Banco aportou R\$ 505.000.000,00 (quinhentos e cinco milhões de reais).

A migração das contas foi efetuada de maneira a permitir melhor controle da movimentação financeira do Estado e melhorias importantes no sistema de centralização e distribuição da arrecadação.

### ▶ 1.3.15 Criação do Fundo Exclusivo do Governo do Estado da Bahia

Foram criados em 2008 dois fundos exclusivos do Governo do Estado da Bahia para aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Sistema de Caixa Único. Os fundos são administrados pela Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BBDTVM, uma empresa especialista na gestão de recursos de terceiros e na administração dos fundos de investimento dos clientes do Banco do Brasil. Este fundo permite que o



Tesouro maximize as receitas financeiras com a aplicação integral dos recursos disponíveis, com índice de rendimento acima dos praticados anteriormente.

### ▶ 1.3.16 Remuneração do Saldo da Conta de Distribuição do ICMS aos Municípios

De acordo com a Lei Complementar nº. 63, de 1990, os recursos do ICMS (25%) correspondentes à participação dos municípios serão distribuídos até o segundo dia útil de cada semana. Dessa forma, os recursos acumulados de segunda-feira até sexta-feira são aplicados no mercado financeiro de forma a obter receita financeira a ser distribuída aos municípios na proporção de suas participações. Já foram distribuídos em 2008 – R\$ 1.724.033,15; 2009 – R\$ 647.017,46 e 2010 – R\$ 806.067,63.

### ▶ 1.3.17 Implantação da GER-DI em substituição a GER

Com a participação do Banco do Brasil foi criada a Guia Especial de Recolhimentos (GER – DI) em substituição da Guia Especial de Recolhimentos, (GER – Depósito Identificado), utilizada para recolher as receitas não tributárias. A GER-DI permitiu a eliminação de erros e inconcistências com a disponibilização do formulário no site da SEFAZ de forma eletrônica.

### ▶ 1.3.18 Acordos de Precatórios

A SAF, conjuntamente com a Procuradoria Geral do Estado – PGE, por determinação do Secretário da Fazenda, iniciou em 2007 ações para negociar o pagamento dos precatórios, obedecendo a uma lógica definida no sentido de viabilizar os pagamentos de acordo com as possibilidades financeiras do Estado e observando as necessidades dos credores, tendo sempre como objetivo principal a possibilidade de equacionar a dívida do Estado da Bahia referente aos precatórios julgados pelo Tribunal de Justiça da Bahia e o Tribunal Regional do Trabalho.

A partir da portaria PGE nº. 91, de 2007, foi criado um grupo de trabalho com representantes da SEFAZ e PGE, que iniciou o processo de negociação para pagamento de precatórios.

Durante o período 2007 a 2009, foram negociados R\$ 444.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões), permitindo ao Estado quitar a dívida com o desembolso de R\$ 196.000.000,00 (cento e noventa e seis milhões), representando um deságio médio de 56,35% , (cinquenta e seis por cento), beneficiando 2.753 (dois mil setecentos e cinquenta e três) credores.

Com o advento da Emenda Constitucional - EC nº. 62, em 11 de novembro de 2009, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal, as negociações foram temporariamente suspensas.

Para cumprir as determinações da EC nº. 62, de 2009, o Estado da Bahia, através do Decreto nº. 11.995, de 05 de março de 2010, optou por quitar a dívida em 15 anos, pagando em 2010 o equivalente a 1/15 (um quinze avos) do estoque.

A primeira parcela foi paga em 2010, no valor de R\$ 98.528.432,00 (noventa e oito milhões quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais).

### ▶ 1.3.19 Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN

Dentro do objetivo de modernizar a área financeira da Secretaria da Fazenda, a Superintendência de Administração Financeira está desenvolvendo o projeto FIPLAN, que visa a implantação de um sistema que possibilitará a execução orçamentária, financeira e a contabilização dos eventos no Estado, em uma única plataforma e de forma integrada com a Secretaria de Planejamento.

Este sistema vem a ser uma construção, cuja solução tecnológica já foi testada em produção em outra unidade da federação, e está passando por adequações e ajustes para atender as especificidades do Estado da Bahia.

### ▶ 1.3.20 Arrecadação das Receitas não Tributárias

Está em fase de desenvolvimento um modelo que objetiva o controle e padronização do processo de arrecadação das receitas não tributárias do Estado. Vai contem-

plar primeiramente as receitas atualmente vinculadas ao tesouro estadual, e depois todas as receitas vinculadas aos demais órgãos da administração indireta que são gestores de receitas de origem não tributária.

Este modelo deverá proporcionar também a simplificação nos processos, gerando rapidez e segurança da informação, a possibilidade de melhor gerenciamento das tarifas bancárias reduzindo os custos bancários, além de ser de grande valia na implantação do projeto Conta Única do Poder Executivo.

### ► 1.3.21 Programa: A SAF que a Gente Quer

Trata-se de um programa implantado na Superintendência de Administração Financeira, visando transformá-la em um bom ambiente para o desenvolvimento

do trabalho produtivo. Estão sendo criadas as condições necessárias para proporcionar ao quadro funcional melhores condições físicas e materiais nas suas instalações, treinamentos visando melhorar a integração pessoal e treinamentos de natureza técnica.

### ► 1.3.22 Curso de Pós-Graduação

No quesito capacitação, foi firmado convênio com a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA, para a realização do curso de pós-graduação: Especialização de Administração Financeira Governamental, curso este que vem sendo ministrado com objetivo de qualificar o quadro funcional da Superintendência de Administração Financeira, ante as inovações que estão ocorrendo no setor público, enfatizando neste contexto a nova contabilidade.

## 2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ESTADO DA BAHIA

### ▶ 2.1 CONTEXTO OPERACIONAL

A estrutura administrativa do Estado da Bahia compreende os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, todos os Fundos e Entidades que integram a Administração Indireta, sendo 21 (vinte e uma) Autarquias, 7 (sete) Fundações, 7 (sete) Empresas Estatais Dependentes e 6 (seis) Empresas Estatais não Dependentes.

### ▶ 2.2 BASE DE DADOS (FONTE DE INFORMAÇÕES)

As informações contidas nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas têm como principais fontes de dados os seguintes sistemas informatizados:

**2.2.1 O Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF**, cujo gestor é a Diretoria da Contabilidade Pública da Secretaria da Fazenda – DICOP/SEFAZ, fornece as informações que refletem a utilização dos recursos alocados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em favor das Secretarias ou Órgãos equivalentes, das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações Públicas, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes.

**2.2.2 O Sistema da Dívida Pública – SDP**, gerenciado pela Diretoria do Tesouro da Secretaria da Fazenda – DEPAT/SEFAZ, fornece os dados referentes à execução da Dívida Pública Estadual.

### ▶ 2.3 BASE LEGAL (FONTE NORMATIVA)

Para elaboração destas Demonstrações, foram observados os seguintes dispositivos legais:

**2.3.1 A Lei Federal nº 4.320/64**, que estatui normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

**2.3.2 A Lei Complementar Federal nº 101/2000**, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autarquia e fundação pública, inclusive empresa estatal dependente.

**2.3.3 A Lei Estadual nº 2.322/1966**, que disciplina a administração financeira, patrimonial e de material do Estado da Bahia.

**2.3.4 O Decreto Estadual nº 7.921/01 estabelece que é competência da Diretoria da Contabilidade Pública – DICOP**, da Superintendência de Administração Financeira – SAF, da Secretaria da Fazenda, elaborar o Balanço Consolidado, os Anexos exigidos pela Lei nº 4.320/64 e os relatórios de execução orçamentária, financeira e patrimonial.

### ▶ 2.4 APRESENTAÇÃO DE DADOS

Os dados destes Relatórios estão apresentados em valores nominais, exceto nos tópicos em que foram indicados índices de atualização monetária específicos. Quando necessário, utilizou-se o IGP-DI, obtido no Sistema de Informações Econômicas – SIE (tabela a seguir), da Secretaria da Fazenda SEFAZ-BA, para a atualização monetária dos valores referentes a exercícios anteriores a 2010, contidos nas tabelas e gráficos deste relatório.

Os valores apresentados nos balanços e demonstrativos da Lei Federal nº 4.320/64 referem-se às despesas empenhadas.

IGP-DI Utilizado para Correção de Valores		
Exercício	Período utilizado para correção	Índice
2007	31/12/2007 a 31/12/2010	1,1970
2008	31/12/2008 a 31/12/2010	1,0971
2009	31/12/2009 a 31/12/2010	1,1131

Fonte: SIE

## ▶ 2.5 DIRETRIZES CONTÁBEIS

Na contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi utilizado o regime orçamentário para a receita e a despesa.

## ▶ 2.6 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**2.6.1 Disponível** – As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, e convertidas em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente. Incluem as aplicações financeiras que estão registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até a data 31 de dezembro de 2010. Estes rendimentos são apurados e contabilizados como Variações Patrimoniais Ativas.

**2.6.2 Recursos Vinculados** – Inclui-se o somatório dos valores numéricos, depositados em contas bancárias, cuja movimentação obedece a disposições legais, regulamentares, de convênios ou contratuais.

**2.6.3 Realizável** – Os direitos classificados no Realizável foram avaliados pelo valor de realização, considerando também a inclusão das Transferências vindas da União, a exemplo de parte da cota do FPE, CIDE e IPI Exportação que foram contabilizadas no encerramento do exercício como um Direito a Receber no Ativo Realizável, tendo como contrapartida a conta Variação Ativa.

**2.6.4 Valores Pendentes** – Registra os valores pagos e não classificados por pendências de informações operacionais ou detalhamentos, cujas condições estejam legalmente amparadas.

**2.6.5 Investimento** – Os Investimentos em empresas controladas pelo Estado, considerando aqui apenas as empresas estatais não dependentes, foram avaliados, em 31 de dezembro de 2010, com base no método da Equivalência Patrimonial, considerando o valor percentual de participação do investimento em relação ao patrimônio líquido dessas empresas. A avaliação das participações societárias, relativas às Empresas Estatais não Dependentes, pelo método da equivalência patrimonial, obedece ao que estabelece as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública elaboradas no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (NBC T 16.10, aprovada pela Resolução 1.137, de 21 de novembro de 2008) e a Instrução CVM Nº 247, de 27 de março de 1996, melhorando a confiabilidade das informações relativas aos grupos do Ativo Permanente, Passivo e Resultado Patrimonial.

**2.6.6 Imobilizado** – Os Bens Móveis estão registrados pelo custo de aquisição e deduzidos pela depreciação acumulada. Os Bens Imóveis estão sendo reavaliados no Sistema de Controle de Bens Imóveis gerenciado pela Secretaria de Administração.

**2.6.8 Almojarifado** – Os bens de consumo registrados no almojarifado estão avaliados pelo preço médio móvel das compras estocadas, em 31 de dezembro de 2010.

**2.6.9 Créditos** – A Dívida Ativa Tributária do Estado está avaliada pelo valor de recebimento, atualizado até 31 de dezembro de 2010. Entretanto, com base na Portaria Federal nº. 564/04 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, foi utilizado o critério da provisão para perdas prováveis.

**2.6.10 Restos a Pagar** – Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores a 2010 não foram cancelados e seus saldos foram transferidos para o exercício de 2011. Os Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em 2010 permaneceram no Passivo Financeiro. Para inscrição de Restos a Pagar não Processados, em 2010, foram consideradas aquelas despesas para as quais a liquidação já estava em andamento.

**2.6.11 Dívida Fundada Interna e Externa** – foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em dólares americanos, que foi convertido para o real pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2010.

**2.6.12 Outras Obrigações** – foram avaliadas pelos valores a pagar em 31.12.2010, incluído os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

**2.6.13 Apuração do Resultado** – Os resultados orçamentário e patrimonial são apurados adotando-se o regime de caixa para as receitas e de competência para as despesas, conforme estabelecido no art.35 da Lei nº.4.320/64.

**2.6.15 Receita Corrente Líquida** – A apuração da Receita Corrente Líquida, no Balanço Orçamentário da Lei nº. 4.320/64, é obtida pela soma das receitas arrecadadas correntes, menos as deduções da receita.

**2.6.16 Despesas de Exercícios Anteriores** – As despesas realizadas e não empenhadas nos exercícios de 2010 foram registradas em conta específica do Compensado.

## ▶ 2.7 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2010, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Resultado do Exercício, conforme estabelece a Lei nº. 4.320/64.

## ▶ 2.8 CONVERSÃO DA MOEDA

A variação cambial dos saldos em moedas estrangeiras tem seus efeitos ajustados mensalmente.

## ▶ 2.9 MUDANÇA DE CRITÉRIO CONTÁBIL

As despesas com FUNSERV deixaram de ser contabilizadas como Despesas de Pessoal, Grupo 1, passando a ser contabilizadas como Outras Despesas Correntes, Grupo 3.

## ▶ 2.10 DESDOBRAMENTOS DE ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### A – Balanço Orçamentário

**A.1 Previsão da Receita** – Na Receita Prevista em 2010, no valor de R\$ 26.781.144.169 (vinte e seis bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e nove reais) está incluído o superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.065.006.337 (um bilhão, sessenta e cinco milhões, seis mil, trezentos e trinta e sete reais). No entanto, como não se trata de receita arrecadada no exercício, ele não compõe a receita orçamentária prevista.

Conta	2010	2009
Receita Prevista/Atualizada	26.781.144.169	24.016.478.342
(-) Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	1.065.006.337	394.590.838
<b>(=) Receita Prevista/Atualizada real</b>	<b>25.716.137.832</b>	<b>23.621.887.504</b>

Fonte:Sicof/Sefaz.

**A.2 Créditos Adicionais** – O orçamento inicial para o exercício de 2010 foi previsto em R\$ 23.275.223.228 (vinte e três bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, duzentos e vinte e três mil, duzentos e vinte e oito reais). Durante a execução do exercício, houve modificações orçamentárias, créditos adicionais, que acresceram R\$ 3.505.920.941 (três bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e quarenta e um reais) ao orçamento. A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento desses créditos.

**A.3 Receita de Operação de Crédito/Regra de Ouro CF** – A Constituição Federal (CF), no art.167, inciso III, estabeleceu um limite para o endividamento com receitas oriundas de Operação de Crédito, ao restringi-las ao montante das Despesas de Capital. A tabela a seguir demonstra o cumprimento da regra de ouro, na execução do exercício financeiro de 2010.

Fontes de Financiamento dos Créditos Adicionais			
Componente	Descrição	2010	2009
Orçamento Inicial		23.275.223.228	22.480.184.349
<b>I- Créditos Adicionais</b>			
Fontes de Financiamento			
	Reserva de Contingência	6.000.000	30.000.000
	Anulação de Encargos Gerais	1.084.235.633	896.590.376
	Operação de Crédito	1.274.690.265	751.930.000
	Excesso de Arrecadação-Estado	737.101.900	92.358.091
	Excesso de Arrecadação-Entidade	429.122.439	297.415.064
	Superávit Financeiro do Estado	710.081.080	72.872.177
	Superávit Financeiro da Entidade	354.925.257	321.718.661
<b>II -Total de Fonte de Financiamento</b>		<b>4.596.156.574</b>	<b>2.462.884.369</b>
<b>III -Total de Fonte de Financiamento (exceto Reserva e Encargos)</b>		<b>3.505.920.941</b>	<b>1.536.293.993</b>
<b>(=) Orçamento Atualizado</b>		<b>26.781.144.169</b>	<b>24.016.478.342</b>

Fonte:Sicof/Sefaz

Receita de Operação de Crédito e Execução da Despesa de Capital			
Componente	Descrição	2010	2009
Conta Receita	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	652.242.417,39	987.706.384,98
2.1			
<b>I- Total de Receita</b>		<b>652.242.417,39</b>	<b>987.706.384,98</b>
Despesas Por Grupo			
4.4	INVESTIMENTOS	2.046.146.130,78	1.329.025.133,52
4.5	INVERSÕES FINANCEIRAS	247.641.131,48	245.310.086,90
4.6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	871.906.353,99	1.265.723.919,92
<b>II -Total de Despesa</b>		<b>3.165.693.616,25</b>	<b>2.840.059.140,34</b>
<b>(=)Execução:(I-II)</b>		<b>-2.513.451.198,86</b>	<b>-1.852.352.755,36</b>

Fonte:Sicof/Sefaz

**A.4 Despesas Liquidadas no Exercício** – conforme quadro a seguir, do total da despesa empenhada foi liquidado R\$ 24.412.475.452 (vinte e quatro bilhões, quatrocentos e doze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), ou 98,96%.

Execução da Despesa por Poder			
Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
1 PODER LEGISLATIVO	572.838.145	569.254.973	565.315.556
2 PODER JUDICIÁRIO	1.289.053.938	1.277.237.038	1.276.504.161
3 PODER EXECUTIVO	22.349.695.982	22.119.325.505	21.615.805.575
4 MINISTÉRIO PÚBLICO	367.394.780	359.528.310	359.523.924
5 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	89.010.197	87.129.626	85.639.015
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.667.993.043</b>	<b>24.412.475.452</b>	<b>23.902.788.232</b>

**A.5 Restos a Pagar não Processados** – O Estado da Bahia vem a cada ano ampliando a inclusão de RP não processados, em conformidade com art.50, inciso II, da Lei Complementar nº. 101, utilizando o critério de manter como despesas empenhadas aquelas em que o fato gerador efetivamente ocorreu e que já estavam em processo de liquidação. Para o exercício de 2010, foram inscritos em RP não Processados o valor de R\$ 255.517.591, nos seguintes elementos de despesa: 18, 20, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 47, 51, 90, 93, 94, 96 e 98, além de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações, Correio, Prodeb e EGBA, todos com base no CNPJ; Projeto 1016 e 1025; elemento 41, na secretaria 3.11 (Secretaria de Educação). Esse procedimento contribui para uma melhor demonstração da execução orçamentária do exercício, além de diminuir a inscrição em DEA.

**A.6 Receita Intraorçamentária e Despesa Intraorçamentária:** As operações que ocorreram entre as unidades do Estado, no exercício de 2010, apresentam uma diferença de R\$ 33.611.398 (trinta e três milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e noventa e oito reais) entre as Receitas Intra e as Despesas Intra (modalidade 91). Essa diferença decorre

da aplicação do Regime Orçamentário, Receitas pelo Regime de Caixa e as Despesas pela competência (empenho).

Receita Intraorçamentária e Despesa Intraorçamentária (Mod.91)	
Descrição	Executada
I - Receita Corrente Intraorçamentária	1.554.880.503
<b>Empenhado</b>	
II - Aplicação Direta decorrente de Operação entre Órgãos e Fundos	1.588.491.901
<b>I-II =</b>	<b>-33.611.398</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

## B – Balanço Financeiro

**B.1 Resultado do Balanço Financeiro** – O resultado do Balanço Financeiro do exercício de 2010 foi um superávit financeiro de R\$ 524.239.973 (quinhentos e vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e três reais).

DISCRIMINAÇÃO	Resultado Financeiro		Valores em Real	
	2010		2009	
Receita Orçamentária	24.859.187.752		21.431.881.060	
(-) Despesa Orçamentária	(24.667.993.043)		(21.374.933.566)	
Movimentação Extraorçamentária	333.045.263		(171.583.357)	
<b>(=) Déficit/Superávit Financeiro</b>	<b>524.239.973</b>		<b>(114.635.864)</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ

**B.2 Restos a Pagar** – O valor dos Restos a pagar, no Balanço Financeiro, difere do valor de inscrição de Restos a Pagar no Balanço Patrimonial, pois o valor dos Restos a Pagar exibido na coluna dos ingressos e desembolsos do Balanço Financeiro refere-se ao movimento de créditos e débitos, respectivamente, realizados na conta de Restos a Pagar que, devido à ocorrência de estornos e lançamentos diversos durante o exercício, tais como a liquidação

dos RP não Processados, por exemplo, não representam respectivamente as inscrições, pagamentos e cancelamentos dessas obrigações.

## C – Balanço Patrimonial

### C.1. ATIVO FINANCEIRO

C.1.1. Disponível – Bancos – o saldo credor da conta Recursos da Administração Indireta, corresponde a recursos pertencentes às indiretas que compõem o Sistema de Caixa Único.

(RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA) – R\$ 497.663.207,59

RPPS - BAHIA	2010	2009
<b>Disponível</b>	<b>71.287</b>	<b>288.943</b>
<b>Banco do Brasil</b>		
Funprev Movimento	13.716	121.582
Funprev Capitalizada	7.590	2.706
Funprev Devolução	40.533	163.989
Baprev Movimento	9.448	666
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>270.027.701</b>	<b>145.076.564</b>
Operações Compromissadas - Funprev Movimento	6.199.116	3.134.492
Operações Compromissadas - Funprev Capitalizada	71.968.266	61.081.656
Fundo Multi Mercado BB Cap. Funprev Capitalizada		815.228
BB RPPS Atual Conservador - Funprev Capitalizada	14.486	
Operações Compromissadas - Baprev Movimento	111.569.227	79.070.198
Fundo Multi Mercado BB Baprev. Baprev Movimento		974.989
BB RPPS Atuarial Conservador IMA-A - Baprev Movimento	39.339.526	
Fundo BB RF Conservador- Baprev Movimento	40.937.079	

### C.1.2. Disponível e Investimentos do Regime Próprio do Estado da Bahia

Encontra-se em vigor o contrato de prestação de serviços financeiros firmado entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco do Brasil – BB, e, atendendo orientação da Procuradoria Geral do Estado – PGE, através do processo nº 2008248474-0, 100% dos ativos financeiros do RPPS estão aplicados no BB.

A alocação de recursos entre os segmentos do mercado financeiro atende ao disposto nas resoluções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e às definições da Política de Investimentos anual, aprovada pelo Conselho Previdenciário do Estado da Bahia.



## C.2.ATIVO PERMANENTE

### C.2.1.Investimentos

O Estado da Bahia possui 6 (seis) Empresas Estatais não Dependentes e utiliza o método da Equivalência Patrimonial para reconhecer os resultados alcançados nessas empresas. Para o exercício de 2010, foi assim calculado:

As participações avaliadas pelo método da Equivalência Patrimonial estão representadas nas contas do Ativo Permanente. As exceções são a EBAL e a URBIS que, por estarem com Patrimônio Líquido Negativo, a avaliação das participações estão apresentadas em contas do Passivo Permanente – Outras Obrigações- Contas: 233929-107 EBAL, e 233929-108, URBIS.

### C.2.2. Imobilizado

As viaturas adquiridas para a Polícia Militar da Bahia, compradas por intermédio da Empresa Júlio Simões, ainda não estão registradas no imobilizado do Estado. Devido à peculiaridade da transação, existe uma comissão formada por integrantes da Polícia Militar, Secretaria de Administração e Procuradoria Geral do Estado, estudando a melhor forma de evidenciar essa informação no Patrimônio do Estado.

### C.2.3. Outros Bens, Créditos e Valores.

Dívida Ativa Tributária – Os montantes registrados foram mensurados por seu valor líquido de realização (Balanço Patrimonial no nível 4), de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis ocorridos no exercício. Para apuração do valor líquido, com vistas à evidenciação da incerteza de recebimento dos créditos inscritos, foi apurada a Provisão para Perda de Dívida Ativa, conforme determinação

C O N T A S	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (31/10/2004)	PART (%)	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	VALOR CONTÁBIL INVESTIMENTO SICOF (G-131) (31/12/2009)	RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA	SALDO BALANÇO INVESTIMENTO SICOF(G-131) (31/12/2010)
<b>EMPRESAS PÚBLICAS</b>						
EGBA	42.844.023	100%	42.844.023	39.884.162	2.959.861	42.844.023
<b>Subtotal</b>			<b>42.844.023</b>		<b>2.959.861</b>	<b>42.844.023</b>
<b>SOC.ECONOMIA MISTA</b>						
PRODEB	6.172.759	97%	5.999.922	13.345.529	(7.345.608)	5.999.922
<b>BAHIA GÁS</b>	<b>370.650.534</b>	<b>17%</b>	<b>63.010.591</b>	<b>54.929.196</b>	<b>8.081.394</b>	<b>63.010.591</b>
<b>DESENBÁHIA</b>	<b>373.864.762</b>	<b>100%</b>	<b>373.827.376</b>	<b>343.959.204</b>	<b>29.868.172</b>	<b>373.827.376</b>
EBAL	(22.189.740)	100%	(22.187.521)	(27.654.818)	5.467.297	(22.187.521)
URBIS	(24.154.886)	100%	(24.152.470)	(39.874.764)	15.722.294	(24.152.470)
EMBASA	4.437.083.235	100%	4.421.109.735	4.012.400.888	408.708.847	4.421.109.735
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>		<b>4.817.607.632</b>	<b>4.357.105.236</b>	<b>460.502.397</b>	<b>4.817.607.632</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>		<b>4.860.451.655</b>	<b>4.357.105.236</b>	<b>463.462.258</b>	<b>4.860.451.655</b>

FONTE: Balanço Geral do Estado/SICOF, Balanço das Empresas e Informações Gerenciais.



### C.3. PASSIVO PERMANENTE

**C.3.1.Dívida Fundada** – Do saldo de R\$ 9.526.102.750 (nove bilhões, quinhentos e vinte e seis milhões, cento e dois mil, setecentos e cinquenta reais) de Dívida Fundada Interna e Externa, constantes no Balanço Patrimonial em 31-12-2010, há previsão de amortização de R\$ 987.184.677 (novecentos e oitenta e sete milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais) para 2011.

DISPÊNDIOS DÍVIDA PÚBLICA - 2011 (previsão)	Valores em R\$
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2011</b>
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>987.184.677</b>
interna	809.379.094
externa	177.805.584
<b>ENCARGOS</b>	<b>548.412.186</b>
interna	503.411.981
externa	45.000.205
<b>TOTAL</b>	<b>1.535.596.863</b>

Nota:Valores a preço de 31/12/2010

### C.3.2. Outras Obrigações – Precatórios

I – Considerando que a Emenda Constitucional nº 62 de 2009, ao dar nova redação ao art. 97 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituiu Regime Especial de Pagamento de Precatórios, oferecendo aos entes devedores a alternativa entre o pagamento em parcelas mensais com base na receita corrente líquida e, em parcelas anuais no prazo de 15 (quinze) anos, com base no saldo de precatórios vencidos, o Estado da Bahia, por meio do Decreto nº. 11.995, de 05 de março de 2010, optou pelo regime de pagamento anual, no prazo de 15 (quinze) anos, conforme previsão constante do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT; e que, por esse regime, as parcelas vencidas anualmente deverão ser depositadas no mês de dezembro, cabendo à entidade devedora indicar a destinação dos recursos correspondentes a 50% do respectivo valor, nos termos do § 8º do art. 97 do ADCT.

### II – Das Determinações do Decreto nº. 11.995/2010

Por meio do citado Decreto, o Estado da Bahia faz opção pela destinação do valor correspondente a 50% dos recursos a serem depositados anualmente, ao pagamento de acordos diretos com os credores, inclusive os realizados sob a orientação dos Núcleos Auxiliares de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo que o Estado da Bahia reserva-se a faculdade de indicar oportunamente outra destinação, dentre as previstas no § 8º do art. 97 do ADCT, para o valor indicado neste artigo.

### III – Dos Procedimentos Adotados

Em função da opção pelo pagamento do seu estoque de precatório em 15 anos, o Executivo estaria obrigado a, até 30 de dezembro de 2010, fazer um depósito em contas específicas, indicadas pelo Tribunal de Justiça, do valor correspondente a 1/15 do estoque de precatório apresentado pelo TJ-Ba, sendo que, desse total, 50% correspondem aos precatórios constantes da ordem cronológica e 50% correspondem aos precatórios inclusos nos acordos já celebrados.

Através do ofício NACP-GP nº. 0943/2010 de 09 de dezembro de 2010, o Tribunal de Justiça da Bahia apresentou a lista dos precatórios da Administração Direta e Indireta, totalizando o montante de R\$ 1.348.692.480,59 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos).

Considerando esse montante, 1/15 corresponde a R\$ 89.912.832,03 (oitenta e nove milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e trinta e dois reais e três centavos).

Considerando ainda que, no valor apresentado pelo TJ-Ba, não foi computado o saldo remanescente dos acordos homologados antes da promulgação da EC nº. 62, fez-se necessário um ajuste ao valor da lista, (para adequá-la às novas negociações ocorridas entre o Secretário da Fazenda, o Procurador Geral e o Presidente do TJ. Dessa negociação, ficou acordado que o valor correspondente a 1/15 seria fixado) alcançando o valor de R\$ 98.528.432,00 (noventa e oito milhões quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais).

Por conta dos fatos supra, o pagamento de precatórios no exercício de 2010 ficou da seguinte forma:

	Orçamentário	Extraorçamentário	Total
Acordos homologados antes da EC 62	44.726.186	0	44.726.186
Complemento dos acordos	0	4.538.030	4.538.030
Subtotal I	44.726.186	4.538.030	49.264.216
Ordem cronológica	0	49.264.216	49.264.216
Subtotal II			
Soma Subtotal I + Subtotal II	44.726.186	53.802.246	98.528.432
RPV	2.240.018	0	2.240.018
<b>Total Geral</b>	<b>46.966.204</b>	<b>53.802.246</b>	<b>100.768.450</b>

Os pagamentos extraorçamentários foram relativos aos depósitos feitos em 30/12/2010 nas contas específicas aberta pelo TJ-Ba para futuras quitações de credores que serão definidos pelo Tribunal ao longo de 2011, quando serão regularizados orçamentariamente.

**C.3.3 Outras Obrigações – DESENVALE** – foram avaliadas pelos valores a pagar em 31.12.2010, incluindo os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano. Ressalte-se que, quanto a não incorporação de valores do Passivo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu – DESENVALE, o Estado não reconhece a dívida, em função da Procuradoria Geral do Estado – PGE recomendar que o Estado aguarde a decisão judicial. No exercício de 2002, foi incorporada a dívida de R\$ 4.363.782,56 (quatro milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) ao Passivo do Estado. No entanto, o saldo da dívida apurado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE perfaz o montante de mais de R\$ 1 bilhão de reais.

#### C.3.4. Obrigações Exigíveis A Longo Prazo – Funprev – Provisões Matemáticas Previdenciárias

FUNPREV	2010	2009
<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias</b>	<b>-50.565.804.587</b>	<b>-47.397.339.281</b>
Provisões para Benefícios Concedidos	-28.428.742.922	-25.826.133.312
Provisões para Benefícios a Conceder	-22.137.061.664	-21.571.205.969
<b>Reservas a Amortizar</b>	<b>-</b>	<b>4.739.733.928</b>
<b>Ativo Real Ajustado</b>	<b>45.355.861</b>	<b>35.900.129</b>
<b>Déficit Atuarial</b>	<b>-50.520.448.726</b>	<b>-42.621.705.225</b>

BAPREV	2010	2009
<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias</b>	<b>-50.698.852</b>	<b>-19.637.096</b>
Provisões para Benefícios Concedidos	-4.724.592	-1.077.070
Provisões para Benefícios à Conceder	-45.974.261	-18.560.026
<b>Reservas a Amortizar</b>	<b>-</b>	<b>53.202.462</b>
<b>Ativo Real Ajustado</b>	<b>141.325.060</b>	<b>-</b>
<b>Superávit Atuarial</b>	<b>90.626.207</b>	<b>33.565.366</b>

Com a edição da Lei Estadual 10.955/07, o Estado da Bahia adotou proposta para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, constante do Resultado da Avaliação Atuarial, que prevê a segregação da massa de servidores em dois Fundos:

- um Fundo Previdenciário (BAPREV), para o pagamento dos benefícios previdenciários dos novos servidores públicos estatutários, civis e militares, que ingressarem no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008, incluindo seus dependentes; e
- um Fundo Financeiro (FUNPREV), para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, ingressos no serviço público até 31 de dezembro de 2007, incluindo seus dependentes.

### Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2010 foi realizada pela empresa Escritório Técnico de Assessoria Atuarial – ETAA, cujo parecer está datado de 11 de novembro de 2010.

O estudo matemático-atuarial foi desenvolvido sobre a totalidade do universo de servidores titulares de cargos efetivos aposentados e pensionistas, tabulado com base nas informações cadastrais fornecidas na data base Agosto / 2010.

As premissas atuariais adotadas no estudo foram:

#### TAXAS ANUAIS DE SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE INCLUSIVE DOS INVÁLIDOS:

- Tábua completa de Mortalidade – ambos os sexos, elaborada pelo IBGE do ano de 2008;
- Ocorrência dos eventos de invalidez, de acordo com a “Tábua de entrada em Invalidez”, “Álvaro Vindas”;
- “Turn-over” dos Servidores, em relação ao vínculo de emprego, conforme abaixo:  
Idade x Sxq Calculado
  - Até 25 – 1%
  - De 26 a 30 – 1%
  - De 31 a 40 – 1%
  - De 41 a 50 – 1%
  - De 51 a 60 – 0%
  - Acima de 60 – 0%
- Crescimento real do salário: 1% ao ano;
- Sem solidariedade de gerações, no financiamento dos benefícios;

- Ter começado a trabalhar aos dezoito anos de idade, quando não informado o tempo de INSS anterior;
- Taxa real de retorno, pela aplicação do patrimônio do “Fundo de Previdência” de 6% ao ano;
- Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no INPC e IPC, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores.
- Fator de atualização potencial FA<sup>3</sup> (1+IGP-DI);
- Método de Capitalização utilizado.  
– Crédito unitário projetado (PUC)
- Composição familiar formada pelo cônjuge e (02) dois filhos, quando não informado no banco de dados.

#### C.4. PASSIVO COMPENSADO

**C.4.1 Despesas de Exercícios Anteriores** – As despesas que serão empenhadas como DEA, no exercício de 2011, foram inscritas no compensado na conta 269941, conforme quadro a seguir:

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2010	
RESUMO	
<b>I - INDIRETA</b>	<b>406.088.361</b>
Fundos	196.958.357
Autarquias	116.193.428
Fundações	5.041.034
Empresas Públicas	57.608.188
Sociedades de Economia Mista	30.287.353
<b>II - DIRETA</b>	<b>99.252.430</b>
<b>(=) TOTAL GERAL (I+II)</b>	<b>505.340.790</b>

#### C.4.2. Parceria Público Privada.

O Estado da Bahia possui três contratos de PPP: 2 realizados pelo próprio Poder Executivo e 1 realizado através da EMBASA.

- a) ESTATAL NÃO DEPENDENTE – EMBASA. Contrato de concessão administrativa nº 427/2006, celebrado no dia 27/12/2006, visando a Construção e Operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, que compreende a ampliação da Estação Elevatória do Saboeiro, implantação de Linhas de Recalque, construção de Estação de Condicionamento Prévio e implantação dos Emissários Terrestre e Submarino. A Concessionária Jaguaribe S/A, empresa contratada por prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA de 18 (dezoito) anos, sendo que o prazo inicial para a execução das obras era de 2 (dois) anos, mais um mês de pré-operação, porém este prazo foi alongado, via aditivo celebrado com a concessionária, estimando-se, o início das operações para março de 2010. O valor da contraprestação mensal é de R\$ 3,385 milhões, em 183 parcelas, perfazendo um valor total de R\$ 619,46 milhões e o início do pagamento das contraprestações está previsto para maio de 2011, devido a um mês adicional de pré-operação. Saliente-se que, por se tratar de estatal não dependente, não deverão ser contabilizadas as despesas para fins de comprometimento da receita corrente líquida do Estado, conforme preconiza Lei existente.
- b) ENTE FEDERADO. Dois contratos celebrados até esta data: 1) Contrato de concessão administrativa n. 02/2010, celebrado em 21/01/2010, visando a reconstrução e operação do Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), que compreende a demolição e reconstrução de estádio de futebol que sediará jogos da COPA 2014. A Concessionária Fonte Nova Negócios e Participações S.A, contratada pelo período

de 35 (trinta e cinco) anos, sendo de 3 (três) anos o prazo para execução das obras, estando previsto o início do pagamento das contraprestações mensais de R\$ 8.046.666,67 (oito milhões, quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) – o valor original da parcela de R\$ 8.943.333,33 (oito milhões, novecentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) foi reduzido em função do reequilíbrio contratual – para janeiro de 2013, que deverão ser adimplidas pelo período de 15 anos. 2) Contrato de concessão administrativa para gestão e operação de unidade hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, celebrado em maio de 2010, com o Consórcio PRODAL. As contraprestações foram devidas no início das operações da unidade, que se deu em 14 de setembro de 2010, com pagamento a partir de outubro de 2010. Nos três primeiros meses de operação, os pagamentos foram limitados a 80% do valor máximo da contraprestação devida pelo estado, fixada em R\$ 8.625.000,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), sendo que, no 1º mês, o pagamento se deu de forma proporcional aos dias de operação da unidade.

O desembolso, para o exercício de 2011, é de R\$ 103.500.000 (cento e três milhões e quinhentos mil reais), correspondentes apenas ao contrato de concessão do Hospital do Subúrbio, pois o pagamento do contrato de concessão da Fonte Nova inicia-se em janeiro de 2013.

O registro do ato contábil das PPP do Estado será realizado no exercício de 2011. No entanto, as operações orçamentárias e financeiras dos desembolsos foram feitas no SICOF em 2010.

A PPP realizada pela Embasa não requer registro contábil no Balanço Consolidado do Estado, pois, como Estatal não Dependente, ela integra o Orçamento de Investimento das Empresas.



### 3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária decorre da formulação de um planejamento conciso, onde há a definição de parâmetros e orientações, a fim de subsidiar os gestores de recursos públicos na implementação de diversas políticas públicas, buscando sempre atender às necessidades da população.

As bases orçamentárias da gestão foram lastreadas em diversos instrumentos constitucionais descritos a seguir:

**Plano Plurianual – PPA:** o Plano Plurianual instituído pela Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, para o período de 2008-2011, expressa os compromissos e objetivos do Governo da Bahia com o intuito de promover a construção de um Estado cuja população desfrute de melhor qualidade de vida, maior participação nos resultados econômicos, com equilíbrio social e étnico, integrado nacional e internacionalmente.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO:** as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010 foram estabelecidas pela Lei nº 11.482 de 10 de Julho de 2009, contemplando prioridades e metas a serem alcançadas pelas ações governamentais.

**Lei Orçamentária Anual – LOA:** o orçamento de 2010 foi aprovado pela Lei nº 11.630 de 30 de dezembro de 2009, apresentando a estimativa da receita e a fixação da despesa nos termos das Constituições Federal e Estadual, e compatível com as ações estruturadas pelo PPA e com as diretrizes estabelecidas na LDO.

**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso:** conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi estabelecida, pelo Decreto Financeiro nº 06 de 19 de Janeiro de 2010, a programação financeira e o cronograma de execução

mensal de desembolso para o exercício de 2010.

Neste tópico serão apresentados os principais dados referentes à execução orçamentária do exercício, procedendo-se à análise e à interpretação dos resultados provenientes da realização da receita e da despesa orçamentárias, tendo como objetivo a verificação do desempenho do Estado da Bahia na gestão orçamentária em 2010.

#### ▶ 3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade pública e sua estrutura obedece ao modelo proposto pela Lei Federal nº 4.320/64, apresentando uma configuração em duas seções onde são demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os ingressos orçamentários e as despesas empenhadas. A partir da comparação entre as receitas e as despesas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

Na Tabela 1 está apresentado o Balanço Orçamentário Consolidado do Estado da Bahia no exercício de 2010 de forma resumida, especificando as receitas previstas e realizadas e as despesas fixadas e executadas nos grupos correntes e de capital.

A Receita Total teve uma realização no valor de R\$ 24.859.187.752, significando uma execução da ordem de 96,7% do orçamento previsto atualizado, considerando a exclusão do montante referente ao Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (coluna previsão atualizada) conforme demonstrado na Tabela 1, ocorrendo assim uma frustração de receita no valor de R\$ 856.950.080.

As despesas orçamentárias foram executadas no valor de R\$ 24.667.993.043, representando 92,1% do total previsto, obtendo-se uma economia orçamentária no valor de R\$ 2.113.151.126.



Tabela 1

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO – 2010

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Receita		Diferença	Realização <sup>(1)</sup>
	Prevista Atualizada	Execução		
▶ Receitas Correntes <sup>(4)</sup>	26.403.810.778	26.206.885.278	196.925.501	99,3%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	(2.546.896.445)	(2.673.557.937)	126.661.492	
▶ Receitas Correntes Retificadas (A) <sup>(3)</sup>	23.856.914.333	23.533.327.341	323.586.992	
▶ Receita de Capital (B)	1.859.223.499	1.325.860.411	533.363.088	71,3%
▶ SOMA I ( A + B )	25.716.137.832	24.859.187.752	856.950.080	96,7%
Superavit Financeiro de Exercícios Anteriores	1.065.006.337	0,00		

	Despesa		Diferença	Realização <sup>(1)</sup>
	Fixada Atualizada	Execução		
Despesas Corrente (C)	22.491.105.348	21.502.299.427	988.805.921	95,6%
Despesas de Capital (D)	4.271.038.821	3.165.693.616	1.105.345.205	74,1%
Reserva de Contingência (E)	19.000.000	0	19.000.000	
▶ SOMA II ( C+D+E ) <sup>(2)</sup>	26.781.144.169	24.667.993.043	2.113.151.126	92,1%
▶ SUPERAVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO		191.194.709		
▶ TOTAL		24.859.187.752		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão.

(2) As despesas orçamentárias executadas constituiram-se de créditos orçamentários e suplementares no valor de R\$ 24.667.993.043.

(3) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no SICOF para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

(4) As Receitas Intra-Orçamentárias Correntes foram incluídas em Receitas Correntes.

### ▶ 3.1.1 Análise do Balanço Orçamentário por meio de quocientes

A análise de balanço por quocientes é determinada em função da relação existente entre dois elementos, indicando a proporção de um em relação ao outro.

Para analisar o balanço orçamentário, podem-se utilizar os seguintes índices:

Quociente do Resultado Orçamentário – É a relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa executada (empenhada). Por meio deste índice pode-se avaliar se houve um resultado deficitário, superavitário ou nulo. Caso o índice seja igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superávit e menor que 1, déficit. Em 2010 esse quociente foi:

$$\frac{\text{Receita arrecadada}}{\text{Despesa executada}} = \frac{24.859.187.752}{24.667.993.043} = 1,01$$

Quociente de Execução da Receita – Esse índice compara a efetiva arrecadação com a previsão da receita, não considerado aqui a dedução do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores. Se o índice for igual a 1, a arrecadação foi exatamente o valor previsto, caso seja menor que 1 houve insuficiência de arrecadação e, se for maior que 1, houve excesso de arrecadação.

Esse índice calculado em 2010 foi:

$$\frac{\text{Receita arrecadada}}{\text{Receita prevista}} = \frac{24.859.187.752}{26.781.144.169} = 0,93$$

Quociente de execução da despesa – demonstra a relação entre a despesa executada (empenhada) e a despesa fixada e tem por finalidade indicar a economia orçamentária. No exercício de 2010 verifica-se que para cada R\$ 1,00 de despesa fixada, executou-se aproximadamente R\$ 0,92, conforme calculado abaixo:

$$\frac{\text{Despesa executada}}{\text{Despesa fixada}} = \frac{24.667.993.043}{26.781.144.169} = 0,92$$

Figura 1 ÍNDICES DA ABOP

DIFERENÇA	
	ÓTIMO < 2,5%
	BOM entre 2,5% e 5%
	REGULAR entre 5% e 10%
	DEFICIENTE entre 10% e 15%
	ALTAMENTE DEFICIENTE > 15%

Para complementar a análise dos balanços ainda é possível observar os índices desenvolvidos pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP para acompanhamento da realização da receita, e execução da despesa pública em relação aos valores orçados, conforme demonstrados na figura 1. Estes índices serão apresentados nas Tabelas 5 e 11.

### ▶ 3.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A Tabela 2 demonstra, no exercício de 2010, Superávit Orçamentário no valor de R\$ 191.194.709, decorrente da diferença entre o total das receitas realizadas e das despesas empenhadas.

ESPECIFICAÇÃO	COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2007 E 2010			
	2007	2008	2009	2010
Receitas Correntes	18.667.967.266	21.490.906.620	22.277.150.061	26.206.885.278
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	(1.653.222.283)	(2.173.384.581)	(2.317.838.234)	(2.673.557.937)
Receitas Correntes Retificadas (A) <sup>(1)</sup>	17.014.744.983	19.317.522.039	19.959.311.827	23.533.327.341
Despesas Correntes (B)	14.779.485.899	17.002.089.970	18.534.874.426	21.502.299.427
<b>(=) Superávit Corrente C = (A - B)</b>	<b>2.235.259.084</b>	<b>2.315.432.069</b>	<b>1.424.437.401</b>	<b>2.031.027.914</b>
Receitas de Capital (D)	264.580.190	333.084.387	1.472.569.233	1.325.860.411
Despesas de Capital (E)	2.150.893.011	2.872.939.174	2.840.059.140	3.165.693.616
(=) Deficit de Capital F = (D - E)	(1.886.312.821)	(2.539.854.787)	(1.367.489.907)	(1.839.833.205)
<b>Déficit/Superávit Orçamentário (C - F)</b>	<b>348.946.263</b>	<b>(224.422.717)</b>	<b>56.947.494</b>	<b>191.194.709</b>
<b>▶ Déficit/Superávit Orçamentário corrigido pelo IGP-DI</b>	<b>417.682.903</b>	<b>(246.207.418)</b>	<b>63.385.860</b>	<b>191.194.709</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no SICOF para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

Comparando o resultado do exercício de 2010 com o ano anterior, observa-se que ocorreu um aumento nominal do superávit corrente proporcionalmente maior que o aumento nominal do déficit de capital, resultando assim em superávit total.

Podemos observar também na Tabela 2 que as Receitas Correntes nos quatro anos tiveram um crescimento de 40,38% enquanto as despesas correntes um acréscimo de 45,49%. Já as Receitas de Capital e Despesas de Capital tiveram um incremento de 401,12% e 47,18% respectivamente.

A Tabela 3 demonstra alguns Resultados da Execução Orçamentária do ano de 2010 sem considerar os ingressos e dispêndio extraorçamentários.

O Gráfico 1 evidencia os resultados orçamentários de 2007 a 2010, apresentando os valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

No Gráfico 2 observa-se que no decorrer do exercício 2010 a arrecadação da receita corrente foi suficiente para atender as despesas correntes e ainda financiar parte das despesas de capital. Verifica-se, portanto, que houve o cumprimento da Regra de Ouro contida no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Tabela 3

## RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2010

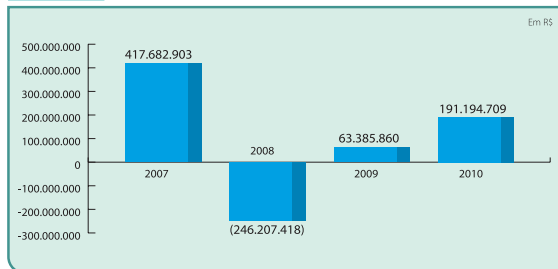
Em R\$

		Corrente	Capital	Total
Receita Arrecadada	a	23.533.327.341	1.325.860.411	24.859.187.752
Despesa Empenhada	b	21.502.299.427	3.165.693.616	24.667.993.043
Despesa Paga	c	20.970.511.130	2.932.277.102	23.902.788.232
Despesa Liquidada	d	21.312.949.286	3.099.526.166	24.412.475.452
Resultado da Execução Orçamentária	a-b	2.031.027.914	(1.839.833.205)	191.194.709
Resultado Financeiro	a-d	2.220.378.054	(1.773.665.754)	446.712.300

Fonte: SICOF/SEFAZ

Gráfico 1

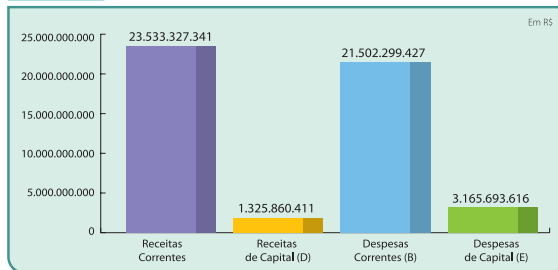
## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

Gráfico 2

## VALORES CORRENTES E DE CAPITAL Bahia, 2010



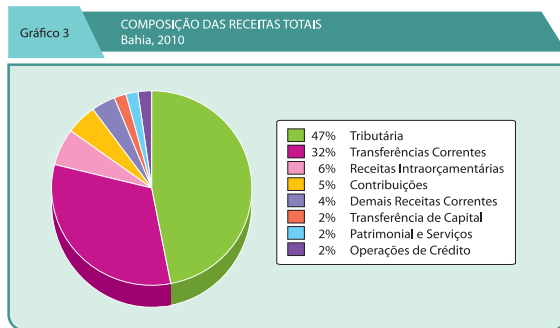
Fonte: SICOF/SEFAZ

### ▶ 3.3 Receita Orçamentária

O conjunto de todos os ingressos orçamentários de caráter não devolutivo auferido pelo poder público para alocação e cobertura das despesas orçamentárias representa as receitas orçamentárias.

O Gráfico 3 ilustra a participação de cada uma das receitas que compõem a Receita Orçamentária. Vale ressaltar que a Conta Retificadora não foi deduzida do total para que fossem calculados os percentuais de cada um dos itens. Percebe-se que a Receita Tributária corresponde a 47%, as Transferências Correntes totalizam 32% e as Contribuições somam 5% do total. Portanto, apenas com a soma das duas maiores receitas correntes alcança-se o percentual de 79% da receita total.

A Tabela 4 apresenta de forma detalhada as categorias Receitas Correntes e Receitas de Capital, classificadas por grupo e subgrupos de contas e divididas em Receita Própria, Transferências e Operações de Crédito. No exercício de 2010, as Receitas



Fonte: SICOP/SEFAZ  
Nota: Para melhor visualização dos dados foram desconsiderados os valores com participação menor que 1%.

Próprias foram responsáveis por 59,6% do total arrecadado, as Receitas Correntes retificadas participaram com 94,7% e as Receitas de Capital com 5,3% do total das receitas realizadas.

A Tabela 5 apresenta as receitas classificadas por grupo e subgrupos de contas, com o objetivo de demonstrar os valores previstos e os realizados no exercício de 2010, bem como suas avaliações segundo critérios da ABOP. Percebe-se que as Receitas Correntes Retificadas receberam o conceito Ótimo, considerando a exclusão do montante referente ao Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores na Previsão Atualizada, e as Receitas de Capital tiveram conceito Altamente Deficiente.

#### ▶ 3.3.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes são aquelas de caráter aumentativo, ou seja, as que aumentam o patrimônio. Essa categoria engloba as receitas tributárias, de contribuições (sociais e econômicas), patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, as transferências correntes e outras receitas correntes. São recebimentos de recursos oriundos das atividades operacionais para a aplicação em Despesas Correntes e de Capital, visando ao atendimento dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.

##### ▶ 3.3.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária é o principal item das Receitas Correntes e pode ser definida como sendo a receita derivada que o ente arrecada mediante o emprego de sua soberania, nos termos fixados em lei, constituindo-se de três tipos de tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. De acordo com o Gráfico 3, no exercício de 2010, esta receita representou aproximadamente 47% do total das receitas orçamentárias, sendo assim, a principal fonte de ingresso financeiro do Estado.

Conforme Tabela 6, houve uma realização de 99,8% da previsão atualizada da Receita Tributária. A execução dessa receita em 2010 alcançou R\$ 12.876.988.651, e obteve, portanto, um conceito de Ótimo segundo a ABOP.

Tabela 4		RECEITAS TOTAIS – 2010				Em R\$
ESPECIFICAÇÃO	Receita Própria	Transferências	Operações de Crédito	Total	AV <sup>(2)</sup>	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15.833.804.407</b>	<b>8.818.200.368</b>	<b>-</b>	<b>24.652.004.774</b>		
Tributária	12.876.988.651			12.876.988.651	51,8%	
Transferências Correntes		8.818.200.368		8.818.200.368	35,5%	
Contribuições	1.384.473.939			1.384.473.939	5,6%	
Patrimonial	476.768.199			476.768.199	1,9%	
Serviços	95.316.871			95.316.871	0,4%	
Demais Receitas Correntes	1.000.256.747			1.000.256.747	4,0%	
(-)Retificadora Receita Corrente	(2.673.557.937)			(2.673.557.937)	-10,8%	
Receitas Intra-Orçamentárias	1.554.880.503			1.554.880.503	6,3%	
<b>Receitas Correntes Retificada<sup>(1)</sup></b>	<b>14.715.126.973</b>	<b>8.818.200.368</b>	<b>-</b>	<b>23.533.327.341</b>	<b>94,7%</b>	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>88.406.748</b>	<b>585.211.246</b>	<b>652.242.417</b>	<b>1.325.860.411</b>	<b>5,3%</b>	
Operações de Crédito			652.242.417	652.242.417	2,6%	
Transferências de Capital		585.211.246		585.211.246	2,4%	
Alienações de Bens	12.662.975			12.662.975	0,1%	
Amortização de Empréstimos	75.725.635			75.725.635	0,3%	
Outras Receitas de Capital	18.138		-	18.138	0,0%	
<b>► Total das Receitas</b>	<b>14.803.533.722</b>	<b>9.403.411.613</b>	<b>652.242.417</b>	<b>24.859.187.752</b>	<b>100,0%</b>	
<b>► Participação</b>	<b>59,6%</b>	<b>37,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>100,0%</b>		

Fonte: SICOF/SEFAZ

Nota: No item Demais Receitas Correntes estão compreendidas as receitas agropecuária, industrial e outras receitas correntes

(1) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no SICOF para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

(2) Análise Vertical: Participação do item no total das receitas realizadas.

Tabela 5

## RECEITAS TOTAIS – 2010 (AVALIAÇÃO ABOP)

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Receita		Realização AH <sup>(1)</sup>	Participação AV <sup>(2)</sup>	Diferença <sup>(3)</sup>	Desempenho
	Prevista Atualizada	Execução				
<b>Receitas Correntes</b>	<b>24.856.763.650</b>	<b>24.652.004.774</b>				
Tributária	12.897.084.847	12.876.988.651	99,8%	51,8%	-0,2%	ÓTIMO
Transferências Correntes	9.260.898.382	8.818.200.368	95,2%	35,5%	-4,8%	BOM
Contribuições	1.263.039.223	1.384.473.939	109,6%	5,6%	9,6%	REGULAR
Patrimonial	341.599.723	476.768.199	139,6%	1,9%	39,6%	ALTAM. DEFIC.
Serviços	165.022.292	95.316.871	57,8%	0,4%	-42,2%	ALTAM. DEFIC.
Demais Receitas Correntes	929.119.183	1.000.256.747	107,7%	4,0%	7,7%	REGULAR
(-)Retificadora Receita Corrente	(2.546.896.445)	(2.673.557.937)			-	
Receitas Intra-Orçamentárias	1.547.047.128	1.554.880.503	100,5%	6,3%	0,5%	ÓTIMO
<b>Receitas Correntes Retificada</b>	<b>23.856.914.333</b>	<b>23.533.327.341</b>	<b>98,6%</b>	<b>94,7%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>ÓTIMO</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.859.223.499</b>	<b>1.325.860.411</b>	<b>71,3%</b>	<b>5,3%</b>	<b>-28,7%</b>	<b>ALTAM. DEFIC.</b>
Operações de Crédito	942.358.459	652.242.417	69,2%	2,6%	-30,8%	ALTAM. DEFIC.
Transferência de Capital	807.490.159	585.211.246	72,5%	2,4%	-27,5%	ALTAM. DEFIC.
Alienações de Bens	7.439.647	12.662.975	170,2%	0,1%	70,2%	ALTAM. DEFIC.
Amortização de Empréstimos	92.305.234	75.725.635	82,0%	0,3%	-18,0%	ALTAM. DEFIC.
Outras Receitas de Capital	9.630.000	18.138	0,2%	0,0%	-99,8%	ALTAM. DEFIC.
<b>Total das Receitas</b>	<b>25.716.137.832</b>	<b>24.859.187.752</b>	<b>96,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>BOM</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

Nota: Na Receita Prevista Atualizada, foi deduzido o valor de R\$ 1.065.066.377 de Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores.

No item Demais Receitas Correntes estão compreendidas as receitas agropecuária, industrial e outras receitas correntes

(1) Análise Horizontal. Percentual das receitas realizadas em comparação a sua previsão.

(2) Análise Vertical. Participação do item no total das receitas realizadas.

(3) Diferença entre percentual realizado e orçado.

Tabela 6		RECEITA TRIBUTÁRIA – 2010		Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Previsão Atualizada	Total Arrecadado	AH <sup>(2)</sup>	AV <sup>(3)</sup>	
ICMS	11.343.203.123	11.153.956.605	98,3%	86,6%	
PRINCIPAL	9.590.320.363	9.163.378.075	95,5%	71,2%	
FUNCEP	345.092.260	373.511.838	108,2%	2,9%	
FUNDEB	1.407.790.500	1.617.066.692	114,9%	12,6%	
IR na Fonte <sup>(1)</sup>	568.713.000	675.081.042	118,7%	5,2%	
IPVA	548.180.000	549.341.374	100,2%	4,3%	
Taxas	417.981.724	471.863.708	112,9%	3,7%	
ITCD <sup>(4)</sup>	19.007.000	26.745.922	140,7%	0,2%	
<b>► Total</b>	<b>12.897.084.847</b>	<b>12.876.988.651</b>	<b>99,8%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Referente à arrecadação sobre a renda e proventos incidentes na fonte sobre rendimentos pagos pelo Estado.

CF/88, Art. 157

(2) Análise Horizontal. Variação do valor arrecadado em relação a sua previsão.

(3) Análise Vertical. Participação do item na Receita Tributária Total Arrecadada

(4) ITCD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

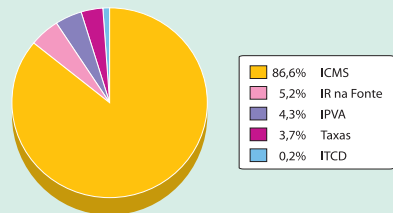
O FIES e o FCBA não estão classificados como Receita Tributária

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é o tributo mais representativo e foi responsável por 86,6% da arrecadação da Receita Tributária, totalizando R\$ 11.153.956.605, como pode ser visualizado no Gráfico 4 conjuntamente com a Tabela 6. O percentual de realização da Receita Tributária foi 98,3% obtendo segundo a ABOP um Ótimo desempenho orçamentário.

Como o ICMS é a principal fonte de arrecadação do Estado da Bahia, é importante detalhar esta receita tributária. O Gráfico 5 mostra a evolução do ICMS nos últimos 4 anos, com valores atualizados pelo IGP-DI. Nota-se que este imposto teve um decréscimo entre os anos de 2008 e 2009 devido à crise econômica financeira mundial que abalou todos os setores da economia, mas já no ano de 2010 obteve um sensível crescimento na arrecadação, de 7,15% em relação ao ano anterior.

Gráfico 4

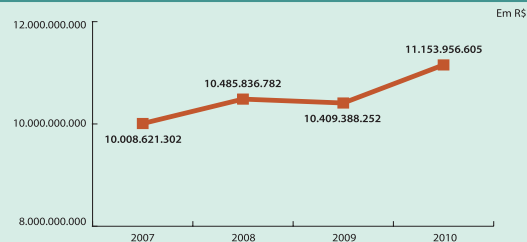
COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS  
Bahia, 2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

Gráfico 5

EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO ICMS  
Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ  
Valores atualizados pelo IGP-DI

### ▶ 3.3.1.2 Transferências Correntes

A Receita de Transferências Correntes é composta pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o Fundo de Participação dos Estados – FPE que contribuiu com 51,98% do total.

Observa-se que o FPE apresentou uma receita de R\$ 4.583.477.704, no ano de 2010, significando 18,44% do total das receitas. Em relação ao ano de 2009, os recursos do FPE, apresentaram incremento de 7,78% , em valores nominais.

Tabela 7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – 2009 E 2010			Em R\$
ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	AH <sup>(2)</sup>	AV <sup>(3)</sup>	
▶ Transferências Correntes	7.787.362.749	8.818.200.368			
FPE	4.252.533.532	4.583.477.704	7,78%	51,98%	
IPI Exportação	189.927.024	190.235.153	0,16%	2,16%	
Compensação ICMS Exportação	54.398.287	54.356.153	-0,08%	0,62%	
Auxílio Exportação	60.024.071	66.412.271	10,64%	0,75%	
Royalties	203.761.048	229.074.498	12,42%	2,60%	
Salário Educação	64.357.354	75.852.437	17,86%	0,86%	
Transferências FUNDEB	1.678.147.010	1.922.449.934	14,56%	21,80%	
Transferências de Convênios	149.374.568	157.280.182	5,29%	1,78%	
Outras Transferências	1.134.839.854	1.539.062.035	35,62%	17,45%	
CIDE	62.488.856	107.431.622	71,92%	1,22%	
Transferências do SUS	989.955.721	1.023.299.499	3,37%	11,60%	
Outras <sup>(4)</sup>	82.395.277	408.330.915	395,58%	4,63%	
▶ Total Corrigido pelo IGP-DI	8.667.785.879	8.818.200.368	1,74%	100,00%	
▶ Variação % <sup>(1)</sup>			1,74%		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Variação percentual do valor das Transferências Correntes Corrigido.

(2) Análise Horizontal. Variação do valor arrecadado entre 2010 e 2009.

(3) Análise Vertical. Participação do item na Receita Tributária Total

(4) R\$ 288.441.800 é transferência direta do FNDE referente ao PDDE - Educação

As Transferências Correntes apresentaram crescimento no último exercício. O item que mais aumentou proporcionalmente foi Outras Transferências – 35,62%, com destaques para CIDE e OUTRAS sendo que nesta última destaca-se a transferência direta do FNDE referente ao PDDE – Educação no valor de R\$ 288.441.800.

Observando a Tabela 7, nota-se que no exercício de 2010, o único item das Transferências Correntes que sofreu redução foi a Compensação ICMS Exportação.

As transferências da União para os Estados a título de Compensação do ICMS Exportação decorrem do ressarcimento das perdas ocorridas sobre a desoneração do ICMS nas exportações dos produtos primários, semielaborados e bens de capital. Esse valor para o Estado da Bahia, em 2010, alcançou o montante de R\$ 54.356.153.

### ▶ 3.3.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital são provenientes de ingressos de recursos em função da constituição de dívidas (operações de crédito), vendas de ativo permanente (alienação de bens), recebimento de direitos (amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) e recebimentos de recursos de outras pessoas de direito público ou privado (transferências de capital), sendo destinados a atender a gastos classificáveis em Despesas de Capital.

A Tabela 8 demonstra as Receitas de Capital e seus grupos com os valores previstos e realizados. Dentre os grupos destacam-se as Receitas de Operações de Crédito com 49,2% e Transferência de Capital com 44,1% do total, apesar de ambos sofrerem frustrações em relação aos valores orçados atualizados. O item Outras Receitas de Capital registrou uma variação significativa, em relação aos valores orçados, com baixa taxa de execução.

A Tabela 9 mostra um comparativo entre as receitas de Capital realizadas em 2009 e 2010, destacando um aumento de mais de 40,0% em Transferências de Capital. As Transferências de Capital são valores recebidos de outros entes ou entidades com a finalidade de apli-



Tabela 8		RECEITAS DE CAPITAL - 2010		Em R\$
ESPECIFICAÇÃO	Orçado Atual	Execução	AV <sup>(1)</sup>	
▶ Receitas de Capital	1.859.223.499	1.325.860.411	100,0%	
Operações de Crédito	942.358.459	652.242.417	49,2%	
Transferência de Capital	807.490.159	585.211.246	44,1%	
Alienações de Bens	7.439.647	12.662.975	1,0%	
Amortização de Empréstimos	92.305.234	75.725.635	5,7%	
Outras Receitas de Capital <sup>(2)</sup>	9.630.000	18.138	0,0%	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total das Receitas de Capital.

(2) No valor do Item Outras Receitas de Capital - Orçada Atual, foi considerado dedução do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores.

Tabela 9		COMPARATIVO DAS RECEITAS DE CAPITAL - 2009 E 2010		Em R\$
ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	Variação Percentual <sup>(1)</sup>	
▶ Receitas de Capital	1.472.569.233	1.325.860.411	-10,0%	
Operações de Crédito	987.706.385	652.242.417	-34,0%	
Transferências de Capital	417.576.550	585.211.246	40,1%	
Alienação de Bens	4.351.568	12.662.975	191,0%	
Amortização de Empréstimos	62.934.711	75.725.635	20,3%	
Outras Receitas de Capital	19	18.138	95065,2%	
▶ Receita de Capital corrigida pelo IGP-DI	1.639.054.866	1.325.860.411	-19,1%	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Variação percentual do valor da receita em relação a 2009.

cação em despesas de capital, geralmente investimentos. Houve também em 2010 um decréscimo de 34,0% em Operações de Créditos em relação ao ano de 2009.

A Tabela 10 mostra mais detalhadamente os recebimentos das Transferências de Capital que somaram R\$ 585.211.246, sendo 100% oriunda de convênios celebrados com a União,

Tabela 10		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL E OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2010		Em R\$
ESPECIFICAÇÃO	Execução	AV <sup>(1)</sup>		
▶ Transferências de Capital	585.211.246	100,0%		
Transferências de Convênios	562.058.859	96,0%		
Transferências da União para o SUS	12.338.787	2,1%		
Transferências da União para o Educação	65.307.368	11,2%		
Transferências da União para o Tesouro Estadual (recurso livre)	410.130.224	70,1%		
Outras Transf. Convênios	74.282.480	12,7%		
Outras Transf. de Capital	23.152.387	4,0%		
▶ Operações de Crédito	652.242.417	100,0%		
Operações de Crédito Internas	472.332.064	72,4%		
Operações de Crédito Externas	179.910.354	27,6%		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total das transferências de capital.

Estados através de Empresas Estatais Não Dependentes e Instituições Privadas. Observa-se também que as Operações de Crédito Internas foram responsáveis por 72,4% do total das Operações de Crédito.

### ▶ 3.4 Despesa Orçamentária

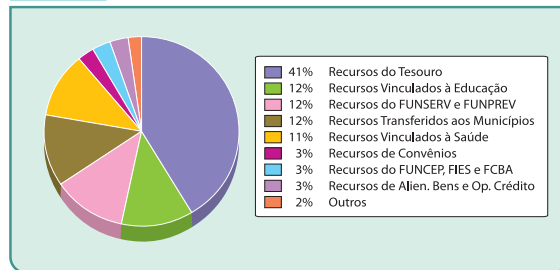
O conjunto de gastos públicos autorizados por meio do orçamento ou de créditos adicionais constitui-se em despesas orçamentárias. Tais despesas são executadas pelo ente para atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da população.

No Gráfico 6, as despesas orçamentárias estão apresentadas considerando sua aplicação segundo as fontes de recursos. Pode-se verificar neste gráfico que os recursos das fontes do tesouro financiaram a maioria das despesas com 41%. Os recursos com as parcelas transferidas aos Municípios por determinação constitucional representaram 12% das despesas, enquanto que os recursos vinculados à saúde e à educação, somados significaram 23% da despesa.

A tabela 11 apresenta as despesas totais de forma detalhada nas categorias econômicas de Despesas Correntes e Despesas de Capital, classificando-as por grupo de contas, com o objetivo de demonstrar os valores orçados e os empenhados no exercício de 2010, com avaliação da execução orçamentária, segundo os critérios da ABOP.

As Despesas Correntes representaram 87,2% e as Despesas de Capital 12,8% do total das despesas, conforme verificado na Tabela 11.

Gráfico 6

 DESPESA POR FONTE DE RECURSOS  
 Bahia, 2010


Fonte: SICOF/SEFAZ

Tabela 11

DESPESAS TOTAIS - 2010 (AVALIAÇÃO ABOP)

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Despesa		Participação AV <sup>(1)</sup>	Realização	Diferença Percentual <sup>(2)</sup>	Desempenho ABOP
	Créditos Autorizados	Empenhadas				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>22.491.105.348</b>	<b>21.502.299.427</b>	<b>87,2%</b>	<b>95,6%</b>	<b>-4,4%</b>	<b>BOM</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.771.695.756	11.470.359.558	46,5%	97,4%	-2,6%	BOM
Juros e Encargos da Dívida	514.763.874	510.138.491	2,1%	99,1%	-0,9%	ÓTIMO
Outras Desp. Correntes	10.204.645.718	9.521.801.378	38,6%	93,3%	-6,7%	REGULAR
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.271.038.821</b>	<b>3.165.693.616</b>	<b>12,8%</b>	<b>74,1%</b>	<b>-25,9%</b>	<b>ALTAM. DEFIC</b>
Investimentos	3.044.605.647	2.046.146.131	8,3%	67,2%	-32,8%	ALTAM. DEFIC
Inversões Financeiras	353.922.870	247.641.131	1,0%	70,0%	-30,0%	ALTAM. DEFIC
Amortização da Dívida	872.510.304	871.906.354	3,5%	99,9%	-0,1%	ÓTIMO
▶ Reserva Contingência	19.000.000	0	0,0%	0	0,0%	-
▶ <b>Total das Despesas</b>	<b>26.781.144.169</b>	<b>24.667.993.043</b>	<b>100,0%</b>	<b>92,1%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>REGULAR</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do Item no Total

(2) Diferença entre percentual realizado e orçado 100%.

Considerando os critérios estabelecidos pela ABOP, observa-se que as Despesas Correntes obtiveram em sua execução conceito Bom, sendo que o grupo de Juros e Encargos da Dívida apresentou um desempenho Ótimo com execução de 99,1% do valor orçado. As Despesas de Capital obtiveram em sua execução conceito Altamente Deficiente.

Por meio do Gráfico 7, têm-se uma melhor visualização do desempenho da despesa orçamentária por grupo de despesa.

O Gráfico 8 analisa a composição da despesa orçamentária por grupo de contas, destacando as despesas com Pessoal e Encargos que representam 46% e Outras Despesas Correntes com 39% da despesa total em 2010.

As despesas orçamentárias segundo a Lei nº. 4.320/64 são classificadas segundo a categoria econômica em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

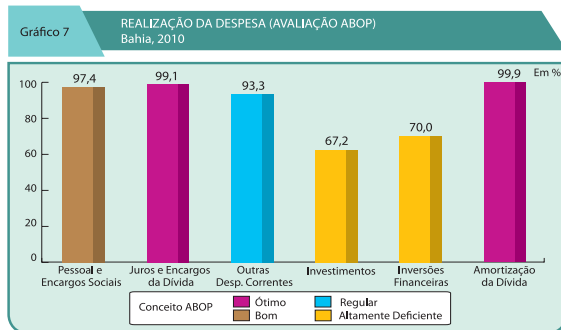
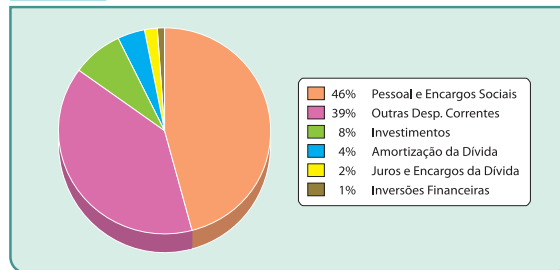


Gráfico 8

COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA Bahia, 2010



### ▶ 3.1 Despesas Correntes

Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral e constituem despesas com: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, incluso nesse último grupo as Transferências Constitucionais para os Municípios.

No exercício de 2010, foram executados 95,6% das Despesas Correntes em relação ao valor orçado. Nessa categoria econômica, o grupo Outras Despesas Correntes possui uma participação importante no total das Despesas Correntes. A Tabela 12 apresenta essas despesas detalhadas por elemento. O total de R\$ 9.521.801.378 executado foi alocado principalmente nas despesas com Serviços de Terceiros Contratados (36,7%) e Transferência a Municípios (33,9%). Comparativamente ao exercício anterior, houve um incremento de 24,9% na despesa com Serviços de Terceiros Contratados e aumento de 19,5% nas Transferências aos Municípios.

Tabela 12

 OUTRAS DESPESAS  
 CORRENTES - 2009 E 2010

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	AH <sup>(1)</sup>	AV <sup>(2)</sup>
Serviços de Terceiros Contratados	2.796.210.116	3.492.975.070	24,9%	36,7%
Transferência a Municípios (3)	2.699.221.153	3.225.227.316	19,5%	33,9%
Contribuições	150.306.063	468.322.875	211,6%	4,9%
Material de Consumo	274.575.303	357.665.164	30,3%	3,8%
Locação de Mão-de-Obra	265.765.608	380.710.079	43,3%	4,0%
Despesas de Exercícios Anteriores	161.831.885	335.902.952	107,6%	3,5%
Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte	317.647.018	344.829.063	8,6%	3,6%
Obrigações Tributárias e Contributivas	206.304.562	226.479.886	9,8%	2,4%
Material de Distribuição Gratuita	169.116.537	177.051.084	4,7%	1,9%
Comunicação de Governo e Publicidade Legal	112.906.988	99.235.552	-12,1%	1,0%
Idenizações	83.893.605	87.899.066	4,8%	0,9%
Diárias Pessoal Civil e Pessoal Militar	61.702.827	68.596.739	11,2%	0,7%
Auxílio Financeiro a Estudantes e a Pesquisadores	59.251.947	73.721.531	24,4%	0,8%
Outras	150.542.954	183.185.000	21,7%	1,9%
<b>▶ Total</b>	<b>7.509.276.564</b>	<b>9.521.801.378</b>	<b>26,8%</b>	<b>100,0%</b>
<b>▶ Total Corrigido pelo IGPDI</b>	<b>8.358.259.845</b>	<b>9.521.801.378</b>	<b>13,9%</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Horizontal. Percentual de 2010 em relação a 2009. Valores nominais.

(2) Análise Vertical em 2010. Participação do item no Total.

(3) Distribuição de Receitas.

### ▶ 3.4.2 Despesas de Capital

As Despesas de Capital constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se nos grupos de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital. O grupo de Investimentos compreende todas as despesas de capital que geram serviços e, em consequência, um acréscimo ao Produto Interno Bruto, a exemplo da construção de um prédio escolar. Já as Inversões Financeiras são despesas de capital que não geram serviços e incremento ao PIB, como por exemplo, a aquisição pelo ente público de um prédio já pronto.

A Tabela 13 mostra um dos principais grupos de despesa orçamentária de capital: os investimentos. Estes foram analisados segundo as fontes de recursos que os financiaram. Apenas

Tabela 13

 DESPESAS COM INVESTIMENTOS POR FONTE DE  
 RECURSOS - 2010

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Créditos Autorizados	Executadas	Realização	AV <sup>(1)</sup>
<b>▶ Investimentos</b>	<b>3.044.605.647</b>	<b>2.046.146.131</b>	<b>67,2%</b>	<b>100,0%</b>
Recursos do Tesouro	944.487.286	746.219.756	79,0%	36,5%
Recursos de Operações de Crédito	1.049.729.021	609.852.335	58,1%	29,8%
Aplicação de Alienação de Bens	12.296.743	5.024.613	40,9%	0,2%
Recursos de Convênios	920.793.239	620.829.010	67,4%	30,4%
<i>Convênios da Administração Direta</i>	767.100.678	513.007.475	66,9%	25,1%
<i>Convênios da Administração Indireta</i>	153.692.561	107.821.535	70,2%	5,3%
Outros	117.299.358	64.220.416	54,7%	3,1%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item na Despesa Total com Investimentos

67,2% do valor orçado para gastos de investimentos, grupo 4, foram executados neste exercício, sendo os recursos do Tesouro a principal fonte de financiamento. Os recursos recebidos de convênio propiciaram também a execução das despesas com investimentos.

A Tabela 14 traz os investimentos, grupo 4, e sua execução, no período de 2007 a 2010, nas principais áreas de atuação governamental: Educação, Saúde e Segurança Pública.

A Tabela 15, a seguir, apresenta as despesas por área de Atuação Governamental, ou comumente conhecida como Função Governamental, estabelecida pela Portaria n. 42/99. A Função representa o maior nível de agregação das diversas áreas que compete à atuação Estatal, são os objetivos fundamentais da atuação do Estado.

Por meio dessa tabela pode-se verificar em que área de ação governamental a despesa foi realizada. Para melhor compreensão dessas áreas de atuação governamental, as Funções foram organizadas em quatro grandes grupos: Política Social, Infraestrutura, Produção e Poderes de Estado e Administração.

Pela análise da tabela, verifica-se que o maior índice de execução orçamentária está no grupo de Poderes de Estado e Administração, com aproximadamente 96% de despesas empenhadas em relação aos créditos autorizados, seguido por Política Social, com aproximadamente 95%. A tabela demonstra que, de modo geral, houve uma boa execução.

	2007	2008	2009	2010
Educação	45.385.614	147.468.878	94.760.104	130.364.117
Saúde	48.829.466	115.673.392	203.330.211	125.406.558
Segurança Pública	58.430.546	21.599.911	26.116.770	53.743.961
<b>▶ TOTAL</b>	<b>152.645.625</b>	<b>284.742.181</b>	<b>324.207.085</b>	<b>309.514.636</b>
<b>▶ Total Corrigido pelo IGPDI</b>	<b>182.714.288</b>	<b>312.382.089</b>	<b>360.861.267</b>	<b>309.514.636</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

Tabela 15

## DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL – 2010

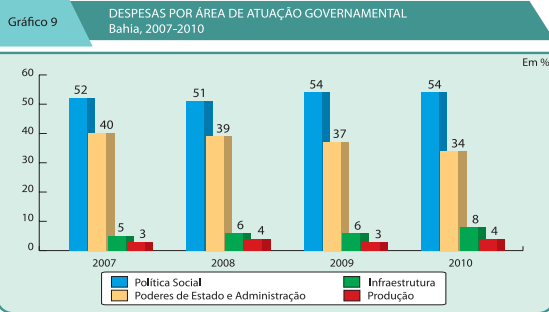
Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Créditos Autorizados	Executado	Realização
<b>POLÍTICA SOCIAL</b>	<b>14.068.703.228</b>	<b>13.314.871.065</b>	<b>94,6%</b>
Assistência Social	319.123.876	280.272.873	87,8%
Saúde	4.098.138.972	3.994.219.013	97,5%
Previdência Social	2.855.577.590	2.780.964.522	97,4%
Educação	3.673.417.466	3.405.108.158	92,7%
Cultura	279.807.522	210.543.648	75,2%
Direitos da Cidadania	260.063.991	220.266.148	84,7%
Trabalho	116.501.548	100.461.608	86,2%
Segurança Pública	2.403.769.669	2.292.537.821	95,4%
Desporto e Lazer	62.302.594	30.497.275	49,0%
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>2.619.798.273</b>	<b>1.952.361.755</b>	<b>74,5%</b>
Urbanismo	493.779.923	370.830.203	75,1%
Habituação	198.076.284	133.471.589	67,4%
Saneamento	656.165.816	448.607.614	68,4%
Gestão Ambiental	152.363.042	136.164.028	89,4%
Comunicações	1.384.862	795.594	57,4%
Energia	79.116.000	62.540.432	79,0%
Ciência e Tecnologia	164.295.963	122.605.233	74,6%
Transporte	874.616.383	677.347.061	77,4%
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>1.315.863.905</b>	<b>985.193.666</b>	<b>74,9%</b>
Agricultura	607.412.036	484.770.667	79,8%
Organização Agrária	9.453.347	6.179.788	65,4%
Indústria	251.949.596	161.748.813	64,2%
Comércio e Serviços	447.048.926	332.494.398	74,4%
<b>PODERES DE ESTADO E ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>8.776.778.763</b>	<b>8.415.566.557</b>	<b>95,9%</b>
Administração	1.230.309.216	1.151.611.120	93,6%
Legislativa	574.969.597	565.143.779	98,3%
Judiciária	1.229.892.874	1.209.702.939	98,4%
Essencial à Justiça	557.944.406	543.496.173	97,4%
Relações Exteriores	30.090	30.083	100,0%
Encargos Especiais	5.164.632.580	4.945.582.464	95,8%
Reserva de Contingência	19.000.000	-	0,0%
<b>▶ Total</b>	<b>26.781.144.169</b>	<b>24.667.993.043</b>	<b>92,1%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

A Tabela 16 evidencia a execução orçamentária, por área de atuação, no período 2007-2010. Essa tabela demonstra que, no período citado, em média 53% dos gastos governamentais foram aplicados em Política Social. Esse fato justifica-se por serem ações de grande demanda social e estarem em sua grande maioria respaldadas em determinações Constitucionais e Legais.

O Gráfico 9 permite uma melhor visualização das despesas por área de atuação governamental no período 2007-2010.



### ▶ 3.5. Despesas de Exercícios Anteriores

As Despesas de Exercícios Anteriores – DEA correspondem a uma faculdade legal que permite o reconhecimento de despesas encerradas à conta do orçamento vigente. A criação das DEA justifica-se quando da necessidade do Executivo de cumprir compromissos assumidos em anos anteriores, sem necessidade de recorrer ao Legislativo por solicitação de abertura de crédito.

As DEA têm o art. 37 da Lei nº. 4.320/64 como principal fundamento legal. Conforme esse artigo, três são as situações para reconhecimento de despesas como DEA: são despesas legalmente incorridas, de exercícios encerrados, para as quais o Orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria; restos a pagar com prescrição interrompida; e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

As despesas de exercícios anteriores só irão afetar o sistema orçamentário e consequentemente o resultado patrimonial do exercício em que forem empenhadas. Por causa disso, o Estado da Bahia, desde o exercício de 2008, vem inserindo no Compensado os valores que serão pagos como DEA no exercício seguinte. Essa medida permite que se conheça uma estimativa desse Passivo, que antes era reconhecido apenas quando do empenho, e assim o Estado pode fazer uma programação financeira mais adequada no exercício seguinte.

**Tabela 16**

DESPESAS EXECUTADAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2007 a 2010

Em R\$

	2007	AV	2008	AV	2009	AV	2010	AV
POLÍTICA SOCIAL	8.817.735.073	52%	10.220.424.859	51%	11.506.029.919	54%	13.314.871.065	54%
INFRAESTRUTURA	875.474.629	5%	1.129.613.228	6%	1.245.099.519	6%	1.952.361.755	8%
PRODUÇÃO	511.109.357	3%	758.220.101	4%	710.173.135	3%	985.193.666	4%
PODERES DE ESTADO E ADMINISTRAÇÃO	6.726.059.851	40%	7.766.770.957	39%	7.913.630.994	37%	8.415.566.557	34%
<b>▶ TOTAL</b>	<b>16.930.378.911</b>	<b>100%</b>	<b>19.875.029.144</b>	<b>100%</b>	<b>21.374.933.566</b>	<b>100%</b>	<b>24.667.993.043</b>	<b>100%</b>
<b>▶ Total Corrigido pelo IGP-DI</b>	<b>20.265.383.397</b>		<b>21.804.297.145</b>		<b>23.791.539.357</b>		<b>24.667.993.043</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ

No Estado da Bahia, as despesas pagas no exercício de 2010, correspondentes a despesas incorridas em exercícios anteriores, totalizaram R\$ 689.941.650, sendo 26% dessas despesas provenientes de Serviços de Terceiros Contratados (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica e Serviços de Terceiro Pessoa Física), conforme tabela 17.

Na tabela 18, tem-se a comparação das Receitas Arrecadadas, corrente e capital, com as Despesas Pagas de DEA, corrente e capital.

Tabela 17

## COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – DEA – 2010

Em R\$

▶ ESPECIFICAÇÃO	2010	AV <sup>(1)</sup>
Outros Serviços de Terceiros Contratados	179.303.075	26,0%
Obras e Instalações	109.447.378	15,9%
Identizações e Restituições	82.419.675	11,9%
Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil e Militar	66.980.919	9,7%
Água e Esgoto e Energia Elétrica	32.928.641	4,8%
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil e Militar	51.530.955	7,5%
Amortização de Débitos	24.420.544	3,5%
Material de Consumo	19.948.545	2,9%
Auxílios a Pessoas Jurídicas	19.745.625	2,9%
Processamento de Dados e Telecomunicações	18.379.393	2,7%
Obrigações Patronais	17.458.649	2,5%
Locação de Mão de Obra	13.893.799	2,0%
Equipamento e Material Permanente	12.023.040	1,7%
Comunicação de Governo e Divulgação Oficial	9.544.531	1,4%
Outras	31.916.883	4,6%
▶ Total	689.941.650	100,0%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do Item no Total Despesas de Exercícios Anteriores, DEA, pagas no exercício de 2010.

Tabela 18

## DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2010

Em R\$

▶ Categoria Econômica	Receita Arrecadada (A)	Despesa Paga (B)	Percentual (B/A) <sup>(1)</sup>
Corrente	23.533.327.341	524.524.757	2,2%
Capital	1.325.860.411	165.416.893	12,5%
▶ TOTAL	24.859.187.752	689.941.650	2,8%

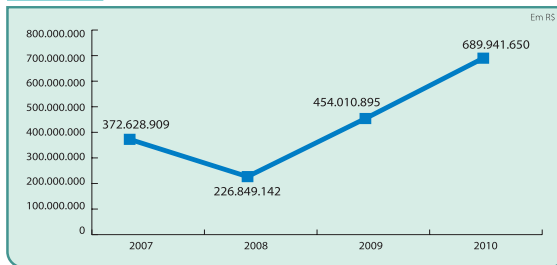
Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Percentual de DEA pago em relação a Receita Arrecadada

O Gráfico 10 demonstra evolução das Despesas de Exercícios Anteriores no período de 2007 – 2010.

Gráfico 10

## EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

Valores atualizados pelo IGP-DI

### ▶ 3.6 APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS: SAÚDE E EDUCAÇÃO

#### ▶ 3.6.1 Aplicação de Recursos Vinculados à Saúde

As Tabelas 19.1 e 19.2 a seguir apresentam as despesas empenhadas, no exercício de 2010, custeadas com recursos vinculados à Saúde. Os recursos vinculados à Saúde são para execução de programas de trabalho relacionados com a saúde individual e coletiva e são desenvolvidos e coordenados pela Secretaria de Saúde do Estado. A apuração dos valores que são aplicados em ações e serviços públicos de saúde é tratada no art.198 da Constituição Federal e no art.77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Para os Estados a base de cálculo é o total de receita de impostos de natureza estadual, somada às receitas transferidas da União (FPE, IPI-EXP, Lei Kandir), somados ao IR retido na fonte, somados a outras receitas correntes (Receita da Dívida Ativa Tributária de impostos, Multa, Juros de Mora e Correção Monetária). Desse total, subtraem as Transferências Constitucionais e legais aos Municípios.

Em 2010 foram aplicados, de recursos vinculados, fonte 30, R\$ 1.662.698.149.

Tabela 19.1

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE - 2010

Em R\$

	Executado	AV <sup>(1)</sup>
▶ <b>Atividades de Manutenção</b>	<b>514.139.125</b>	<b>100,0%</b>
Administração de Pessoal e Encargos	221.553.093	43,1%
Administração de Pessoal - REDA	142.759.951	27,8%
Auxílio Transporte e Alimentação	41.929.062	8,2%
Manutenção de Serviços Administrativos	24.369.638	4,7%
Concessionárias de Serviços Públicos	35.650.440	6,9%
Assistência Médica a Servidores	45.778.492	8,9%
Outros	2.098.449	0,4%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do Item no Total

Tabela 19.2

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE - 2010

Em R\$

	Executado	AV <sup>(1)</sup>
▶ <b>Atividades Finalísticas e Projetos</b>	<b>1.148.559.025</b>	<b>100,0%</b>
▶ <b>Política de Educação em Saúde</b>	<b>22.573.686</b>	<b>2,0%</b>
Ampliação e Ordenamento das Residências e Saúde	21.875.462	
Outros	698.223	
▶ <b>Regulação em Saúde</b>	<b>2.081.628</b>	<b>0,2%</b>
▶ <b>Expansão e Qualificação da Atenção Básica</b>	<b>40.421.447</b>	<b>3,5%</b>
Incentivo Financeiro para a Estratégia de Saúde da Família	34.811.083	
Outros	5.610.363	
▶ <b>Reorganização da Atenção Especializada</b>	<b>945.174.364</b>	<b>82,3%</b>
Gerenciamento das Unidades Ambulatoriais e Hospitalares	210.850.171	
Administração de Pessoal e Encargos do Grupo Ocupacional	700.217.692	
Assistência Complementar para Serviços de Saúde	22.858.482	
Outros	11.248.020	
▶ <b>Reorganização da Atenção as Urgências</b>	<b>10.968.441</b>	<b>1,0%</b>
▶ <b>Atenção à Saúde da Mulher, da Criança, do Idoso, do Adolescente e outros.</b>	<b>1.204.073</b>	<b>0,1%</b>
▶ <b>Assistência Farmacêutica</b>	<b>52.045.498</b>	<b>4,5%</b>
Ampliação da Assistência Farmacêutica Básica	9.458.399	
Ampliação do Acesso a Medicamentos de Dispensação	41.499.559	
Outros	1.087.540	
▶ <b>Assistência Hematológica e Hemoterapêutica</b>	<b>2.049.065</b>	<b>0,2%</b>
▶ <b>Operação das Práticas de Vigilância da Saúde</b>	<b>5.873.647</b>	<b>0,5%</b>
▶ <b>Expansão e Melhoria da Infraestrutura de Saúde</b>	<b>59.616.070</b>	<b>5,2%</b>
Aparelhamento de Unidades	12.730.146	
Modernização da Frota da SESAB	15.464.383	
Construção do Hospital do Subúrbio	3.732.299	
Construção do Hospital da Criança	3.772.890	
Recuperação e Reparação de Unidades de Saúde	5.349.983	

Continua ...



Continuação

Apoio a Construção e Recuperação de Unidades de Saúde	3.275.417	
Apoio a Equipamento de Unidades de Saúde	3.528.029	
Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde	3.738.762	
Apoio a Construção de Unidades de Saúde da Família-PSF	8.023.927	
Outros	234	
<b>▶ Gestão da Política de Comunicação de Governo</b>	<b>3.374.262</b>	<b>0,3%</b>
<b>▶ Outros</b>	<b>3.176.843</b>	<b>0,3%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no Total

Na Tabela 19.1 é apresentada a execução das Atividades de Manutenção. Nessa atividade, foram executados R\$ 514.139.125, desse valor, 43,1% foram para pagamento de Pessoal e Encargos e 27,8% para pagamento de Pessoal – REDA, portanto, dos recursos vinculados à Saúde, 70,9% foram para pagamento de pessoal.

Na Tabela 19.2, está apresentada a execução das despesas com Saúde em Atividades Finalísticas e Projetos. Em 2010, foram executados R\$ 1.148.559.025. Desse total, 82,3% foram gastos na Reorganização da Atenção Especializada, programa que envolve o gerenciamento das Unidades Ambulatoriais e Hospitalares, além de pagamento do grupo Ocupacional Saúde, dentre outros projetos e atividades. Na Expansão e Melhoria da Infraestrutura investiu-se apenas 5,2% dos recursos orçados.

### ▶ 3.6.2 Aplicação de Recursos Vinculados à Educação

As Tabelas 20.1 e 20.2 a seguir apresentam as despesas empenhadas, custeadas com recursos vinculados à Educação, Fonte 14. O artigo 212 da Constituição Federal estabelece as fontes de financiamento da educação. Os recursos vinculados à Educação são para a execução de programas relacionados à Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino. A

Tabela 20.1

APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS  
À EDUCAÇÃO - 2010

Em R\$

	Executado	AV <sup>(1)</sup>
<b>▶ Atividades de Manutenção</b>	<b>213.460.703</b>	<b>100,0%</b>
Administração de Pessoal e Encargos	85.876.603	40,2%
Administração de Pessoal - REDA	7.166.310	3,4%
Auxílio Transporte e Alimentação	30.910.872	14,5%
Manutenção de Serviços Administrativos	64.996.400	30,4%
Concessionárias de Serviços Públicos	13.514.044	6,3%
Assistência Médica a Servidores	9.795.528	4,6%
Outros	1.200.947	0,6%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no Total

aplicação desses recursos está a cargo da Secretaria de Educação. No exercício de 2010, a execução desses programas totalizou a quantia de R\$ 759.950.426.

A Tabela 20.1 apresenta a execução das Atividades de Manutenção. Sua execução totalizou R\$ 213.460.703, tendo a atividade de Administração de Pessoal e Encargos representado 40,2% do total.

Na Tabela 20.2 está apresentada a execução das despesas com Educação por meio das Atividades Finalísticas e Projetos que totalizaram R\$ 546.489.723. O Programa com maior desempenho foi Educação Superior no Século XXI, com 76,7% de execução. Esse programa é composto por diversas atividades e projetos que cuidam da gestão e administração do ensino superior no Estado. No item referente a Melhoria da Infraestrutura Estadual da Educação Superior, a execução foi de apenas 5,1%.

Tabela 2.2

 Aplicação de Recursos Vinculados  
 à Educação - 2010

Em R\$

	Executado	AV <sup>(1)</sup>
<b>ATIVIDADES FINALÍSTICAS E PROJETOS</b>	<b>546.489.723</b>	<b>100,0%</b>
▶ <b>Gestão da Educação Básica</b>	<b>35.583.683</b>	<b>6,5%</b>
Funcionamento das Escolas de Ensino Fundamental	7.902.283	
Funcionamento das Escolas de Ensino Médio	15.620.258	
Outros	12.061.142	
▶ <b>Melhoria da Infraestrutura Estadual da Educação Básica</b>	<b>2.899.752</b>	<b>0,5%</b>
▶ <b>Formação do Profissional da Educação</b>	<b>7.052.653</b>	<b>1,3%</b>
▶ <b>Inclusão pela Educação</b>	<b>13.176.748</b>	<b>2,4%</b>
Implementação do Universidade para Todos	3.450.083	
Assistência Material a Estudantes	5.998.728	
Outros	3.727.937	
▶ <b>Qualidade na Educação Básica</b>	<b>1.747.852</b>	<b>0,3%</b>
▶ <b>Todos pela Alfabetização-TOPA</b>	<b>5.609.719</b>	<b>1,0%</b>
Formação de Alfabetizadores	1.224.707	
Suprimento de Material Didático	1.414.667	
Merenda Escolar ao Alfabetizando	0	
Outros	2.970.345	
▶ <b>Educação Superior no Século XXI</b>	<b>419.139.920</b>	<b>76,7%</b>
Gestão das Atividades do Ensino de Graduação	14.315.910	
Administração de Pessoal e Encargos do Magistério	353.717.591	
Administração de Pessoal e Encargos do Magistério Superior	30.829.015	
Assistência ao Estudante Universitário	3.885.254	
Gestão das Atividades de Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	5.609.914	
Outros	10.782.235	

Continua ...

Continuação

	Executado	AV <sup>(1)</sup>
▶ <b>Melhoria da Infraestrutura Estadual da Educação Superior</b>	<b>28.013.357</b>	<b>5,1%</b>
Ampliação de Unidades Universitárias	6.271.020	
Recuperação e Reparação de Unidades Universitárias	7.654.301	
Construção de Unidades Universitárias	7.869.085	
Equipamento e Reequipamento de Unidades Universitárias	5.880.619	
Outros	338.332	
▶ <b>Expansão da Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>22.497.060</b>	<b>4,1%</b>
Implementação e Desenvolvimento da Educação Profissional	4.273.825	
Funcionamento de Unidades de Ensino Profissional	12.978.469	
Outros	5.244.766	
▶ <b>Outros</b>	<b>10.768.979</b>	<b>2,0%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no Total

### ▶ 3.7 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DOS FUNDOS ESPECIAIS

Os fundos especiais são criados para melhorar o controle do uso de recursos em áreas específicas do governo. Para isso, os entes estatais (União, Estados, DF e Municípios) criam fundos especiais vinculados a seus órgãos ou entidades.

Os fundos especiais estão disciplinados na Lei nº. 4.320/64 e se constituem no produto das receitas específicas, que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços. A Lei de criação do Fundo Especial pode determinar as peculiaridades de sua aplicação.

No exercício de 2010, foram analisados de forma detalhada o FUNCEP, o FCBA e o FIES.

### ► 3.7.1 Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FUNCEP

Por meio da Lei nº. 7.988/2001, foi instituído o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP, que está vinculado à Casa Civil.

O FUNCEP foi instituído com a finalidade de viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Dentre os recursos que compõem o Fundo, podemos citar, por exemplo, o produto da arrecadação equivalente a dois pontos percentuais adicionais à alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidentes sobre os produtos e serviços especificados no art. 16 da Lei nº. 7.014, de 4 de dezembro de 1996, com a redação decorrente dessa Lei e as dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual, em limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Tabela 21 apresenta as receitas recolhidas pelo Fundo, Fonte 28. O total de recursos somou R\$ 408.925.982 advindos 91,3% das Receitas do ICMS destinadas ao fundo.

Nessa Tabela, as despesas do FUNCEP, estão apresentadas por subfunção. Entende-se por Subfunção uma partição da Função. Nessa Tabela, merecem destaque as seguintes subfunções: Extensão Rural, com 17,1% de execução, Assistência Comunitária, com 12,2%, Saneamento Básico Rural e Habitação Urbana com 10,6% e 10,4% respectivamente.

### ► 3.7.2 Fundo de Cultura da Bahia – FCBA

Instituído pela Lei nº. 9.431, de 11 de fevereiro de 2005, o Fundo de Cultura da Bahia – FCBA é vinculado à Secretaria da Cultura – SECULT, e tem como objetivo incentivar e estimular a produção artístico-cultural do Estado. Esse Fundo custeia total ou parcialmente projetos estritamente culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Tabela 21 RECEITA E DESPESA DO FUNCEP - 2010 Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	REALIZAÇÃO/ EXECUÇÃO	AV <sup>(1)</sup>
<b>Receitas Totais da Fonte 28</b>	<b>408.925.982</b>	<b>100%</b>
Receita Tributária	373.511.838	91,3%
Receita Patrimonial	20.849.761	5,1%
Outras Receitas Correntes	14.564.384	3,6%
<b>Despesas por Subfunção da Fonte 28</b>	<b>374.423.892</b>	<b>100%</b>
Extensão Rural	64.189.007	17,1%
Assistência Comunitária	45.834.361	12,2%
Saneamento Básico Rural	39.618.727	10,6%
Habitação Urbana	38.916.742	10,4%
Assistência à Criança e ao Adolescente	31.660.441	8,5%
Promoção da Produção Vegetal	24.520.053	6,5%
Energia Elétrica	21.711.000	5,8%
Ensino Médio, Profissional e Superior	17.299.502	4,6%
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	15.541.272	4,2%
Empregabilidade e Fomento ao trabalho	13.702.210	3,7%
Recursos Hídricos	8.217.882	2,2%
Alimentação e Nutrição	7.963.823	2,1%
Promoção da Produção Animal	7.614.119	2,0%
Infraestrutura Urbana	6.044.548	1,6%
Defesa Civil	5.502.748	1,5%
Irrigação e Reforma Agrária	5.512.269	1,5%
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	4.605.208	1,2%
Educação de Jovens e Adultos	4.109.383	1,1%
Habitação Rural	3.968.557	1,1%
Administração Geral	3.725.525	1,0%
Outros	4.166.516	1,1%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total da receita e da despesa em 2010

Dentre os recursos que compõem o Fundo podemos citar, por exemplo, as contribuições de mantenedores, na forma prevista em regulamento, as transferências à Conta do Orçamento Geral e os auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Na Tabela 22, são demonstradas as receitas do FCBA, Fonte 50, que apresentaram o valor de R\$ 24.527.958 e as despesas empenhadas, por subfunção, com um montante de R\$ 28.170.889. A aplicação dos recursos ocorreu principalmente na subfunção Difusão Cultural.

Tabela 22		RECEITA E DESPESA DO FCBA – 2010	Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO		
<b>Receitas Totais</b>	<b>24.527.958</b>		
Outras Receitas Correntes	24.527.958		
<b>Despesas Totais por Subfunção</b>	<b>28.170.889</b>		
Administração Geral	539.781		
Comunicação Social	147.294		
Difusão Cultural	21.437.422		
Transferências	6.046.393		

Fonte: SICOF/SEFAZ

### ▶ 3.7.3 Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES

O FIES foi instituído pela Lei nº. 8.632, de 12 de Junho de 2003, com a finalidade de auferir contribuições destinadas a implementação de programas sociais no Estado da Bahia e em seus Municípios. Esses programas são implantados mediante termo de acordo, junto com empresas interessadas em contribuir para os programas estaduais de investimento em infraestrutura e em ações sociais.

Os recursos do FIES, Fonte 60, são destinados, exclusivamente, a investimentos em infraestrutura e em ações de natureza social do Estado ou dos Municípios.

Dentre os recursos que compõem o fundo, podemos citar, por exemplo, as contribuições de empresas interessadas em participar dos Programas estaduais de investimento em infraestrutura e em ações sociais.

A Tabela 23 mostra a movimentação de recursos do FIES no exercício de 2010. Nesse exercício, a Receita Total recolhida pelo Fundo foi de R\$ 425.010.334 e o total executado R\$ 334.114.273.

Analisando a execução orçamentária do FIES, merecem destaque as subfunções Serviço da Dívida Interna e Transferências.

Tabela 23		RECEITA E DESPESA DO FIES – 2010	Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO	AV (%)	
<b>Receitas Totais</b>	<b>425.010.334</b>	<b>100%</b>	
Receitas Patrimoniais	14.790	0,0%	
Outras Receitas Correntes	424.995.544	100,0%	
<b>Despesas Totais por Subfunção</b>	<b>334.114.273</b>	<b>100,0%</b>	
Serviço da Dívida Interna	127.793.177	38,2%	
Transferências	106.163.647	31,8%	
Turismo	21.892.479	6,6%	
Assistência à Criança e ao Adolescente	17.460.461	5,2%	
Policimento	14.835.399	4,4%	
Promoção Industrial	5.711.044	1,7%	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	5.307.323	1,6%	
Difusão Cultural	5.247.397	1,6%	
Defesa Civil	4.291.706	1,3%	
Promoção da Produção Animal e da Vegetal	3.880.496	1,2%	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.196.421	1,0%	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	3.435.383	1,0%	
Informação e Inteligência	2.926.667	0,9%	
Desporto Comunitário	1.899.396	0,6%	
Ensino Médio	1.674.417	0,5%	
Outros	8.398.858	2,5%	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total da receita e da despesa em 2010

## 4. GESTÃO FINANCEIRA

Gestão Financeira é o planejamento, análise e controle dos recursos financeiros do Tesouro Estadual para atender às diversas funções da despesa. É também a administração eficiente das reservas financeiras para cobertura das obrigações constitucionais e legais.

No gerenciamento da movimentação de recursos financeiros do Tesouro Estadual são consideradas as disponibilidades existentes, ou seja, o efetivo ingresso de recursos em caixa, devendo ser procedidas liberações de recursos aos diversos órgãos, fundos e entidades estaduais, em cada função específica da despesa, de forma a cumprir a programação orçamentária e financeira estabelecida para o período.

A programação financeira do exercício estabelece os valores a serem transferidos para as diversas unidades orçamentárias e gestoras responsáveis pela realização de despesas com projetos, atividades e operações especiais, considerando o cronograma de desembolso mensal.

Nesta programação são observadas também as prioridades de gasto, inclusive as sazonalidades específicas de alguns deles, a política fiscal estabelecida para o período e o cumprimento dos parâmetros de vinculações constitucionais e legais das receitas realizadas e as especificações para cada fonte de recurso.

### ▶ 4.1 BALANÇO FINANCEIRO

Demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

O Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades, depois de confrontar o saldo financeiro do exercício anterior e o total das receitas realizadas com as despesas executadas.

A Tabela 24 traz o Balanço Financeiro Resumido do Estado no exercício de 2010.

O Balanço Financeiro Resumido de 2010 mostra que os ingressos atingiram o valor de R\$ 126.895.978.189 e os desembolsos R\$ 126.371.738.217.

O Balanço Financeiro representa um fluxo financeiro de entradas, saídas e saldos, e pode ser analisado dividindo-o em três partes:

- Operações orçamentárias;
- Operações extraorçamentárias; e
- Saldo do exercício anterior (aparecendo na coluna de ingressos) e saldo para o exercício seguinte (demonstrado na coluna de desembolsos), ambos contendo os subgrupos de Disponibilidades e Vinculado em Conta-Corrente Bancária.

Para um melhor entendimento do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, elaborou-se a Tabela 25 que apresenta um demonstrativo de fluxo financeiro.

O objetivo deste fluxo é mostrar de forma sequencial a movimentação financeira total dos órgãos, fundos e entidades estaduais e suas unidades vinculadas. No exercício de 2010, o saldo transferido do exercício anterior foi de R\$ 1.472.363.547. Ao longo do exer-

Tabela 24		BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2010		Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	Ingressos	Desembolso/ Dispêndios		
Orçamentários	24.859.187.752	24.667.993.043		
Extraorçamentários <sup>(1)</sup>	102.036.790.437	101.703.745.173		
<b>▶ SUBTOTAL</b>	<b>126.895.978.189</b>	<b>126.371.738.217</b>		
Saldo do Exercício Anterior	1.472.363.547			
Saldo para o Exercício Seguinte		1.996.603.519		
<b>▶ TOTAL GERAL</b>	<b>128.368.341.736</b>	<b>128.368.341.736</b>		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Foram expurgados do item extraorçamentários os saldos das contas: Interligação de Unidade Devedora e Credora

Tabela 25		FLUXO FINANCEIRO - 2010	Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	Valor		
▶ Saldo do Exercício Anterior (a + b)	1.472.363.547		
▶ Disponível Inicial (em 01.01.2010) (a)	1.457.183.544		
Caixa	-		
Bancos	799.591.870		
Aplicações Financeiras	1.102.831.985		
Rede Bancária - Arrecadação	8.066.628		
(Recursos da Administração Indireta)	(453.306.938)		
▶ Vinculado em C/C Bancária Inicial (b)	15.180.002		
▶ (+) Receitas Orçamentárias	24.859.187.752		
Receitas Correntes	23.533.327.341		
Receitas de Capital	1.325.860.411		
▶ (-) Despesas Orçamentárias	24.667.993.043		
Despesas Correntes	21.502.299.427		
Despesas de Capital	3.165.693.616		
▶ (+) Movimentação Extraorçamentária (1)	333.045.263		
▶ (=) Saldo para o Exercício Seguinte (c + d)	1.996.603.519		
▶ Disponível Atual (em 31.12.2010) (c)	1.945.860.383		
Caixa	-		
Bancos	907.945.978		
Aplicações Financeiras	1.526.229.484		
Rede Bancária - Arrecadação	9.348.129		
(Recursos da Administração Indireta)	(497.663.208)		
▶ Vinculado em C/C Bancária (d)	50.743.137		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Movimentação Extraorçamentária = Ingressos Extraorçamentários - Desembolsos Extraorçamentários.

cício, ocorreram recebimentos e pagamentos (ingressos e desembolsos orçamentários e movimentação extraorçamentária), apresentando ao final um valor de R\$ 1.996.603.519, que representa o saldo financeiro a ser transferido para o exercício 2011.

Quociente de Resultado da Execução Financeira

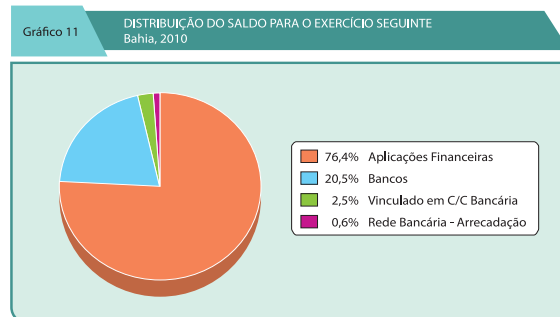
$$\frac{\text{Ingressos (Orçamentário + Extraorçamentário)}}{\text{Desembolsos (Orçamentário + Extraorçamentário)}} = \frac{126.895.978.189}{126.371.738.217} = 1,004$$

Por meio deste quociente, nota-se que houve certo equilíbrio financeiro dos ingressos e desembolsos do Estado.

#### ▶ 4.2 SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

A Tabela 25, do Fluxo Financeiro, demonstrou que o Estado finalizou 2010 com saldo da ordem de R\$ 2 bilhões. O Gráfico 11 mostra como se deu a distribuição deste saldo para o exercício 2011.

A maior parte das disponibilidades financeiras do Estado está em Aplicações Financeiras, representando 76,4% do total. Os demais 23,6% estão distribuídos nas contas Bancos, Rede Bancária Arrecadação e Vinculado em C/C Bancária.



Fonte: SICOF/SEFAZ

Obs: Os recursos da Administração Indireta foram deduzidos da conta Bancos

Durante o exercício de 2010, ocorreu um sensível incremento nas disponibilidades financeiras estatais. Sendo o Quociente do Saldo Financeiro maior que 1, nota-se que as disponibilidades totais cresceram em 36% de 01/01/2010 a 31/12/2010.

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}} = \frac{1.996.603.519}{1.472.363.547} = 1,36$$

### ► 4.3 MOVIMENTAÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA

A movimentação extraorçamentária compreende os ingressos que não se enquadram nas categorias presentes no orçamento e os desembolsos que não estão vinculados ao orçamento público.

A movimentação extraorçamentária está discriminada basicamente como Restos a Pagar, Serviço da Dívida a Pagar e Depósitos. É importante ressaltar que o Balanço Financeiro da Lei 4.320/64 apresenta as movimentações dessas contas, de modo diferente dos saldos constantes do Balanço Patrimonial.

Conforme observado na Tabela 26, o valor dos Restos a Pagar exibido na coluna dos desembolsos refere-se ao movimento de débitos realizados na conta de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2010, enquanto que o valor apresentado na coluna

Tabela 26 MOVIMENTAÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA - 2010			Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	Ingressos	Desembolsos/ Dispêndios	
Restos a Pagar (1)	840.492.811	506.799.053	
Serviço da Dívida a Pagar	328.641	24.317.206	
Depósitos	4.441.412.279	4.366.647.829	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Valores dos Restos a Pagar do Balanço Financeiro da Lei 4.320/64

dos ingressos refere-se à inscrição de RP em 31.12.2010. Devido à ocorrência de estornos, durante o exercício, que acumulados interferem nos totais de débitos e créditos, tais valores geralmente não representam respectivamente as inscrições, pagamentos e cancelamentos dos Restos a Pagar, Serviço da Dívida e Depósitos. As liquidações dos RP não Processados, durante o exercício, também alteram os valores debitados e creditados nesta conta contábil. É importante, todavia, ressaltar que tal movimentação não compromete o resultado do demonstrativo do Balanço Financeiro.

Também na Tabela 26 pode-se observar a movimentação extraorçamentária dos Serviços da Dívida a Pagar no exercício de 2010. Nota-se que foram pagos, neste exercício, R\$ 24.317.206 relativos aos Serviços da Dívida inscritos em 2009, e foi inscrito em 31.12.2010 o montante de R\$ 328.641.

### ► 4.4 ANÁLISES FINANCEIRAS

A Tabela 27 mostra a evolução do saldo do disponível após o encerramento do exercício, juntamente com os Restos a Pagar – RP, que são obrigações pendentes de pagamento. Na comparação das disponibilidades e saldo de Restos a Pagar dos exercícios de 2007 e 2008, verifica-se um incremento percentual de 44% para as primeiras, e

Tabela 27

EVOLUÇÃO DO DISPONÍVEL E RESTOS A PAGAR - ATUALIZADO PELO IGP-DI

Em R\$

Ano	DISPONÍVEL <sup>(1)</sup>		RESTOS A PAGAR <sup>(2)</sup>	
	Valor	% sobre ano anterior	Valor	% sobre ano anterior
2010	1.996.603.519	22%	761.209.629	54%
2009	1.638.825.925	-6%	493.942.095	-41%
2008	1.741.049.357	44%	843.765.835	60%
2007	1.211.234.238	-	527.833.217	-

Fonte: SICOF/SEFAZ

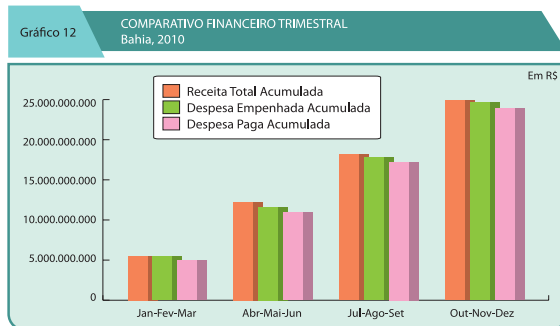
(1) Foram inseridos os valores da conta Vinculado em CC Bancária

(2) Saldo da conta Restos a Pagar

60% do segundo, evidenciando a ocorrência de um aumento das obrigações estatais superior às disponibilidades. Já em 2009, tanto as disponibilidades quanto os Restos a Pagar diminuíram em -6% e -41% respectivamente. Em 2010, o aumento das obrigações de curto prazo foi quase 2 vezes superior ao incremento das disponibilidades, sendo 54% e 22% respectivamente.

O Gráfico 12 mostra um comparativo financeiro trimestral, contendo os dados da receita total arrecadada no trimestre, acompanhada das despesas empenhadas e pagas neste mesmo período. Durante o primeiro trimestre de 2010, a receita e a despesa empenhada (já comprometida pelo Estado) se mantiveram quase equivalentes. Nos próximos trimestres, o montante dos recebimentos se mostrou superior à despesa empenhada. Ao final do exercício, nota-se que o Estado manteve uma gestão financeira equilibrada com uma diferença da ordem de R\$ 191 milhões entre a receita e a despesa empenhada.

Quanto à despesa paga, observa-se pelo Gráfico 12 que o Estado desembolsou sempre menos do que realizou em receitas, não necessitando utilizar os saldos de disponibilidades de



Fonte: SICOF/SEFAZ

exercícios anteriores. Vale, todavia, ressaltar que alguns recursos recebidos pelo Estado estão vinculados às fontes de recursos, como por exemplo convênios e operações de crédito.

#### ▶ 4.5 RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar consistem nas obrigações mais representativas do Estado. Os valores inscritos em Restos a Pagar – RP comprometem parte das disponibilidades do Estado para o seu pagamento e serão baixados no exercício subsequente com o pagamento ou cancelamento dos RP.

O Gráfico 13 mostra como se deu a movimentação desta obrigação resultante do exercício anterior, durante 2010. O Gráfico 13 mostra que, durante o exercício, foram pagos mais de 84% dos Restos a Pagar inscritos em 2009 e exercícios anteriores. Também neste gráfico, observa-se que foram cancelados cerca de 7,8% do montante inscrito, restando ainda 7,5% a pagar.

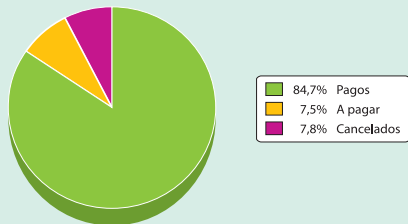
Da análise do Gráfico 13, conclui-se ainda que os recursos disponíveis que foram transferidos para o exercício de 2011 no valor de R\$ 1.996.603.519 ainda estão em parte comprometidos com o pagamento de Restos a Pagar de 2009 e exercícios anteriores, além dos Serviços da Dívida, dos Depósitos e dos RP inscritos em 2010.

Os Gráficos 13 A e 13 B dividem a análise do Gráfico 13 em RP Processados e Não Processados. Dos RP Processados, foram cancelados cerca de R\$ 6,2 milhões, representando os 2,1% do total, restando um saldo de R\$ 29,9 milhões (9,8%) a pagar. Foram cancelados 20,3% dos RP Não Processados inscritos em 2009 e exercícios anteriores, e após encerramento do exercício havia um saldo de aproximadamente R\$ 3,5 milhões a pagar (2,4%). Vale ressaltar que os RP Não Processados e não liquidados em 2010 foram cancelados durante o encerramento do exercício financeiro no Sistema de Operações Financeiras e Contábeis – SICOF.

Quanto aos Restos a Pagar Processados deve-se registrar que englobam despesas liquidadas, ou seja, o serviço foi prestado ou o material foi entregue e conferido pela Administração, estando em conformidade com as disposições contratadas ou con-

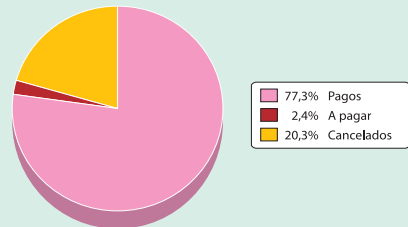


Gráfico 13

FLUXO DOS RP INSCRITOS  
Bahia, 2010

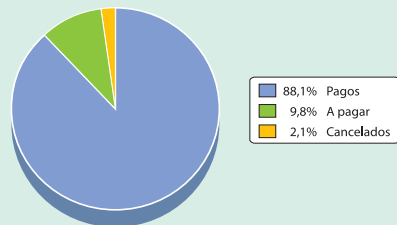
Fonte: SICOF/SEFAZ

Gráfico 13B

FLUXO DOS RP NÃO PROCESSADOS  
Bahia, 2010

Fonte: SICOF/SEFAZ

Gráfico 13A

FLUXO DOS RP PROCESSADOS  
Bahia, 2010

Fonte: SICOF/SEFAZ

veniadas. Resta apenas efetuar o pagamento da despesa. Considerando tal aspecto, vale ressaltar a importância do cumprimento da obrigação contabilizada em Restos a Pagar Processados.

Em análise mais detalhada sobre o pagamento, cancelamento e saldo dos RP Processados por Secretaria, destacam-se os seguintes órgãos que efetuaram a quitação quase que total das despesas liquidadas e não pagas, oriundas do exercício de 2009 e anteriores:

- Tribunal de Contas do Estado – com 100% dos RP pagos;
- Casa Militar – com 99,7% dos RP pagos;
- Gabinete do Vice-Governador – com 98,9% dos RP pagos;
- Secretaria da Fazenda – com 99,9% dos RP pagos;
- Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – com 98,8% dos RP pagos;
- Secretaria de Promoção da Igualdade – com 99,9% dos RP pagos;
- Secretaria de Turismo – com 99% dos RP pagos.

Todavia, constatam-se alguns órgãos que encerraram 2010 com um baixo percentual de pagamento dos seus RP Processados:

- Assembleia Legislativa – com 59,9% dos RP pagos;
- Tribunal de Justiça – com 49,4% dos RP pagos;
- Gabinete do Governador – com 54,2% dos RP pagos;
- Ministério Público – com 4,5% dos RP pagos.

#### ▶ 4.6 RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro consiste na diferença entre os ingressos e dispêndios.

Conforme comparativo dos Resultados Financeiros dos exercícios de 2007 a 2010 da Tabela 28, verifica-se que, no exercício de 2010, as receitas orçamentárias e extraorçamentárias foram superiores às despesas orçamentárias e extraorçamentárias, ocasionando um superávit financeiro de R\$ 524.239.973.

Tabela 28		COMPARATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO (ATUALIZADO IGP-DI)				Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010		
Receita Orçamentária	20.683.066.299	21.558.089.727	23.854.925.217	24.859.187.752		
(-) Despesa Orçamentária	(20.265.383.397)	(21.804.297.145)	(23.791.539.357)	(24.667.993.043)		
Movimentação Extraorçamentária Líquida	424.788.256	877.125.573	(190.982.217)	333.045.263		
(=) Déficit/Superávit Financeiro	842.471.158	630.918.154	(127.596.357)	524.239.973		

Fonte: SICOF/SEFAZ  
Valores atualizados pelo IGP-DI

## 5. GESTÃO PATRIMONIAL

Na avaliação da gestão patrimonial são considerados os dados referentes à situação de liquidez, à estrutura de captação e à rentabilidade da aplicação de recursos, assim como as ações e decisões governamentais que influenciam a estrutura patrimonial no período analisado.

A administração do patrimônio público corresponde à verificação dos meios que possibilitem atender às necessidades públicas utilizando a manutenção ou o aumento dos ativos financeiros e permanentes, tendo em vista o cumprimento das obrigações imediatas constantes do passivo financeiro, bem como a redução dos compromissos de curto e longo prazo do passivo permanente.

Neste tópico serão apresentados os dados referentes à evolução patrimonial das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia em 2010, com comentários acerca dos registros contábeis efetuados neste período em decorrência de exigências legais, demonstrando os reflexos significativos ocorridos nos resultados da estrutura patrimonial.

### ▶ 5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação, conforme o Art. 105 da Lei 4.320/64, evidenciando em determinado momento os bens e direitos da Unidade Contábil Consolidada, os compromissos assumidos com terceiros, bem como os atos administrativos que possam vir a afetar o patrimônio, objeto de controle no Ativo e Passivo Compensado, mostrando a situação econômica e financeira do seu patrimônio.

O título de “balanço” dado pela lei justifica-se pelo fato de o mesmo ser composto por duas colunas, Ativo e Passivo, cuja igualdade dos totais demonstra seu equilíbrio. A coluna Ativo é composta pelas contas Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Ativo Real, Saldo

Patrimonial (Passivo a Descoberto, quando este saldo for negativo), Ativo Compensado e Ativo Total. As contas Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Passivo Real, Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido, quando este saldo for positivo), Passivo Compensado e Passivo Total compõem a segunda coluna, denominada Passivo.

A Tabela 29 demonstra o Balanço Patrimonial Resumido referente ao exercício de 2010.

Observa-se que o Ativo Financeiro somado ao Ativo Permanente compõe o Ativo Real, que totalizou R\$ 15.510.077.549. O Passivo Real formado pelo somatório dos Passivos Financeiro e Permanente, alcançou R\$ 62.786.136.791. Com este resultado, o Passivo Real foi superior ao Ativo Real, gerando um Passivo a Descoberto no valor de R\$ 47.276.059.242. Este resultado ou saldo patrimonial será objeto de análise no item 5.7.

### ▶ 5.2 ATIVO FINANCEIRO

Os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem realizados, as disponibilidades de numerário, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação formam o Ativo Financeiro.

O Ativo Financeiro é formado pelas contas Disponível, Vinculado em Contas Correntes Bancárias, as contas representativas do Realizável, compostas por créditos de curto prazo, e a conta Valores Pendentes – Devedoras. A Tabela 29 mostra que os R\$ 2.184.630.632 do Ativo Financeiro, representam 14,09% do total do Ativo. As Disponibilidades, que representam 12,55% do total do Ativo, destacam-se no Ativo Financeiro.

A Tabela 30 aborda a evolução das contas do grupo do Ativo Disponível apurado nos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2007 a 2010.

De acordo com a Tabela 30, o Ativo Disponível corrigido pelo IGP-DI aumentou em 2008 (44,30%) e diminuiu em 2009 (-5,96%), fortemente influenciado pela conta Recursos da Administração Indireta, a qual, mesmo mantendo um valor representativo, não impediu um aumento de 19,97% do Disponível em 2010, conseguido graças ao melhor desempenho das demais contas. A conta Recursos da Administração Indireta é redutora da conta

Tabela 29		BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO - 2010				Em R\$
Ativo	2010	AV <sup>(1)</sup>	Passivo	2010	AV <sup>(2)</sup>	
► <b>Financeiro</b>	<b>2.184.630.632</b>	<b>14,09%</b>	► <b>Financeiro</b>	<b>980.156.145</b>	<b>1,56%</b>	
Disponível	1.945.860.383	12,55%	Restos a Pagar	761.209.629	1,21%	
Vinculado em C/C Bancárias	50.743.137	0,33%	Serviços da Dívida a Pagar	29.701.860	0,05%	
Realizável	187.166.871	1,21%	Depósitos	187.562.391	0,30%	
Valores Pendentes - Devedoras	860.241	0,01%	Valores Pendentes - Credoras	1.682.265	0,00%	
► <b>Permanente</b>	<b>13.325.446.917</b>	<b>85,91%</b>	► <b>Permanente</b>	<b>61.805.980.646</b>	<b>98,44%</b>	
Investimentos	5.079.753.895	32,75%	Dívida Fundada Interna	7.560.020.923	12,04%	
Imobilizado	6.265.566.302	40,40%	Dívida Fundada Externa	1.966.081.827	3,13%	
Outros Bens, Créditos e Valores	1.980.126.720	12,77%	Outras Obrigações	1.663.374.457	2,65%	
			Obrigações Exigíveis LP - Funprev	50.616.503.439	80,62%	
► <b>Soma do Ativo Real</b>	<b>15.510.077.549</b>	<b>100,00%</b>	► <b>Soma do Passivo Real</b>	<b>62.786.136.791</b>	<b>100,00%</b>	
► <b>Saldo Patrimonial</b>	<b>47.276.059.242</b>					
Passivo a Descoberto	47.276.059.242					
► <b>Compensado</b>	<b>4.111.214.938</b>		► <b>Compensado</b>	<b>4.111.214.938</b>		
► <b>Total</b>	<b>66.897.351.728</b>		► <b>Total</b>	<b>66.897.351.728</b>		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo Real

(2) Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo Real

Tabela 30		ATIVO FINANCEIRO DISPONÍVEL				Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010		
Caixa	0	880	0	0		
Bancos	712.117.799	838.055.119	799.591.870	907.945.978		
Aplicações Financeiras	634.826.536	847.073.753	1.102.831.985	1.526.229.484		
Rede Bancária Arrecadação	2.086.067	4.733.352	8.066.628	9.348.129		
Recursos Administração Indireta	-350.478.524	-117.687.412	-453.306.938	-497.663.208		
► <b>Disponível Total</b>	<b>998.551.877</b>	<b>1.572.175.692</b>	<b>1.457.183.544</b>	<b>1.945.860.383</b>		
► <b>Disponível Total Corrigido pelo IGP-DI</b>	<b>1.195.250.073</b>	<b>1.724.786.701</b>	<b>1.621.929.703</b>	<b>1.945.860.383</b>		
► <b>Varição %<sup>(1)</sup></b>		<b>44,30%</b>	<b>-5,96%</b>	<b>19,97%</b>		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Variação Percentual. Corresponde à diferença em % do Total do Disponível Corrigido de cada ano em relação ao ano anterior.

contábil Bancos e representa a parcela de recursos pertencentes à Administração Indireta que a SEFAZ-BA aplica no mercado financeiro por meio do Sistema de Caixa Único.

### ► 5.3 PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro é composto por compromissos cujo pagamento independe de autorização orçamentária, haja vista que essas obrigações já passaram pelo orçamento, como é o caso de Restos a Pagar, ou não possuem qualquer vinculação com o mesmo, como as retenções e depósito de terceiros. Na Tabela 29 pode ser verificado que, no exercício de 2010, o valor total do Passivo Financeiro foi R\$ 980.156.145, o que representa apenas 1,56% do Passivo Total.

A Tabela 31 demonstra os grupos de contas do Passivo Financeiro nos exercícios de 2009 e 2010.

Observa-se na Tabela 31, que em 2010 o grupo mais significativo continuou sendo Restos a Pagar, com valor de R\$ 761.209.629, representando 77,66% do Passivo Financeiro, R\$ 267.267.534 superior em relação ao exercício de 2009 corrigido pelo IGP-DI.

Na inscrição de Restos a Pagar deve-se considerar as despesas empenhadas no exercício, por credor, distinguindo-se as despesas processadas (liquidadas) das não-processadas (pendentes de liquidação), conforme preceitua o Parágrafo Único do Artigo 92 da Lei Federal nº. 4.320/64.

O Estado da Bahia, obedecendo ao MANUAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, aprovado pelo Decreto Estadual nº. 11.337, de 26 de novembro de 2008, dispõe que apenas as seguintes despesas poderão ser registradas como Restos a Pagar Não Processados: I – Informática, quando realizado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB; II – Telecomunicações, energia elétrica, correios e telégrafos e água e esgoto; III – Despesas médicas contratadas pelo FUNSERV; IV – Publicidade legal veiculada pela EGBA; V – Programa de Educação Tributária; VI – Serviços de vigilância, conservação e limpeza e alimentação de presos; VII – Obras em andamento; VIII – Outras despesas que tenham iniciado o fato gerador.

Os valores de juros e encargos da dívida pública não pagos até o final do exercício financeiro são registrados na conta Serviços da Dívida a Pagar, com valor de R\$ 29.701.860 em

Tabela 31		PASSIVO FINANCEIRO				Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	2009 <sup>(1)</sup>	AV <sup>(2)</sup>	2010	AV <sup>(2)</sup>	Diferença	
Restos a Pagar	493.942.095	69,50%	761.209.629	77,66%	267.267.534	
Processados	332.527.438	46,79%	498.571.952	50,87%	166.044.515	
Não Processados	161.414.657	22,71%	262.637.676	26,80%	101.223.019	
Serviços da Dívida a Pagar	29.633.089	4,17%	29.701.860	3,03%	68.771	
Depósitos	185.095.239	26,04%	187.562.391	19,14%	2.467.152	
Valores Pendentes - Credoras	2.084.481	0,29%	1.682.265	0,17%	(402.216)	
► Total do Passivo Financeiro	710.754.904	100,00%	980.156.144	100,00%	269.401.240	
► Var. % <sup>(3)</sup>			37,90%			

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Valores Corrigidos pelo IGP-DI

(2) Análise Vertical. Participação do Item no total do Passivo Financeiro

(3) Variação Percentual. Corresponde à diferença em % do Total do Passivo Financeiro de cada ano com o ano anterior.

2010, o qual apresentou um acréscimo de R\$ 68.771 em seu saldo, quando comparado com o de 2009 corrigido pelo IGP-DI.

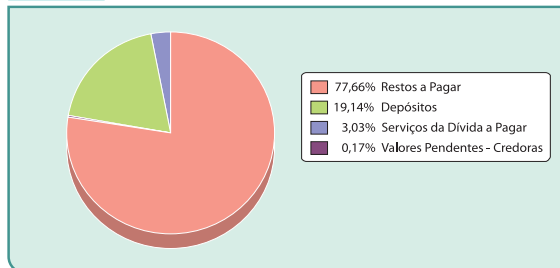
A conta Depósitos apresentou uma variação positiva de R\$ 2.467.152 de 2009 (corrigido) para 2010. Nesta conta são registrados os valores descontados e retidos da folha de pagamento de pessoal, das faturas de prestação de serviços; de outros valores retidos para recolhimento posterior; dos valores das diversas restituições a serem efetuadas; e de outros valores de terceiros recolhidos a título de caução, fianças e depósitos.

Os valores transitórios pendentes de regularização, como Receita a Classificar; Folha de Pagamento e Encargos a Regularizar; e Outras Contas Pendentes, são registrados na conta Valores Pendentes – Credoras. Esta conta apresentou uma variação negativa de R\$ 402.216 de 2009 (corrigido) para 2010.

O Gráfico 14 ilustra a composição do Passivo Financeiro no Balanço Patrimonial do Estado em 2010.

Gráfico 14

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO  
Bahia, 2010



Fonte: SICOP/SEFAZ

## ► 5.4 APURAÇÃO DO DÉFICIT OU SUPERÁVIT FINANCEIRO BRUTO

A apuração da diferença entre Ativo e Passivo Financeiros fornece o resultado financeiro do Balanço Patrimonial. A diferença positiva indica um Superávit Financeiro e a negativa, Déficit Financeiro.

A Tabela 32 mostra a evolução do Superávit Financeiro Bruto apurado nos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2007 a 2010.

Analisando a Tabela 32, verifica-se que em 2010 houve pequeno crescimento do Superávit Financeiro Bruto, quando comparados com os valores apresentados em 2008 e 2009. O valor apurado em 2010 foi R\$ 1.204.474.487, com uma variação de 1,85% em relação ao valor de 2009 corrigido pelo IGP-DI.

O Gráfico 15 mostra a evolução do Superávit Financeiro Bruto corrigido pelo IGP-DI apurado no Balanço Patrimonial dos exercícios de 2007 a 2010.

Será analisado a seguir o Quociente da Situação Financeira, que exprime a relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração para saldar seus compromissos de pagamentos com terceiros no curto prazo e demonstrar a existência de Superávit ou Déficit Financeiro.

Na análise de balanço de empresas privadas, esse índice é comparado com o de Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante), que também indica a situação financeira da empresa para saldar seus compromissos de curto prazo.

Quociente da Situação Financeira:

$$\frac{\text{ATIVO FINANCEIRO}}{\text{PASSIVO FINANCEIRO}} = \frac{2.184.630.632}{980.156.145} = 2,23$$

Tabela 32

## SUPERÁVIT FINANCEIRO BRUTO

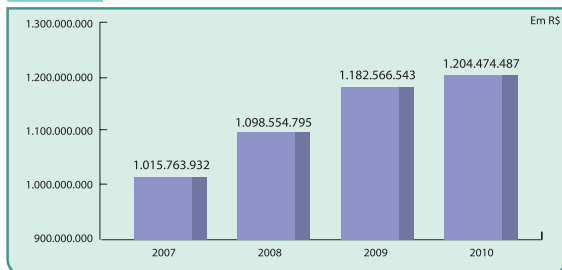
Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010
<b>► Ativo Financeiro</b>	<b>1.407.624.168</b>	<b>1.934.405.143</b>	<b>1.701.008.899</b>	<b>2.184.630.632</b>
Disponível	998.551.877	1.572.175.692	1.457.183.544	1.945.860.383
Vinculado em C/Correntes Bancárias	13.353.706	14.823.719	15.180.002	50.743.137
Realizável	395.653.095	341.131.408	200.171.522	187.166.871
Valores Pendentes – Devedoras	65.490	6.274.324	28.473.831	860.241
<b>► (-) Passivo Financeiro</b>	<b>559.021.015</b>	<b>933.051.675</b>	<b>638.560.568</b>	<b>980.156.145</b>
Restos a Pagar	440.969.519	769.108.513	443.770.338	761.209.629
Serviços da Dívida a Pagar	31.498.960	34.901.276	26.623.133	29.701.860
Depósitos	85.327.135	123.476.528	166.294.345	187.562.391
Valores Pendentes - Credoras	1.225.401	5.565.358	1.872.752	1.682.265
<b>► Superávit Financeiro Bruto</b>	<b>848.603.153</b>	<b>1.001.353.468</b>	<b>1.062.448.331</b>	<b>1.204.474.487</b>
<b>► Superávit Corrigido pelo IGP-DI</b>	<b>1.015.763.932</b>	<b>1.098.554.795</b>	<b>1.182.566.543</b>	<b>1.204.474.487</b>
<b>► Variação %<sup>(1)</sup></b>		<b>8,15%</b>	<b>7,65%</b>	<b>1,85%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Variação percentual em relação ao ano anterior do valor do Superávit Corrigido em cada ano.

Gráfico 15

SUPERÁVIT FINANCEIRO BRUTO CORRIGIDO PELO IGP-DI  
Bahia, 2007-2010

Fonte: SICOF/SEFAZ

Este resultado indica que a Unidade Contábil Consolidada possui uma boa capacidade para honrar os seus compromissos no curto prazo: para cada R\$ 1,00 de obrigações, o Estado possui R\$ 2,23 de recursos no seu Ativo Financeiro para saldá-la.

## ► 5.5 ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente representa os investimentos de caráter permanente, as imobilizações, bem como despesas diferidas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa. O Ativo Permanente das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia representa 85,91% do Total do Ativo Real, segundo a Tabela 29 – Balanço Patrimonial Resumido - 2010.

Veja na Tabela 33, ilustrada com o Gráfico 16, a composição do Ativo Permanente da Unidade Contábil Consolidada no exercício de 2010, onde os valores deste grupo estão distribuídos em sua maioria nos itens: Imobilizado e Investimentos.

Tabela 33 ATIVO PERMANENTE				
Em R\$				
DISCRIMINAÇÃO	2009 <sup>(1)</sup>	2010	AV <sup>(2)</sup>	AH <sup>(3)</sup>
▶ Permanente	13.320.529.504	13.325.446.917	100,00%	0,04%
Investimentos	5.159.851.447	5.079.753.895	38,12%	-1,55%
Imobilizado	6.094.478.610	6.265.566.302	47,02%	2,81%
Outros Bens, Créditos e Valores	2.066.199.447	1.980.126.720 <sup>(4)</sup>	14,86% <sup>(5)</sup>	-4,17%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Valores Corrigidos pelo IGP-DI

(2) Análise Vertical. Participação do item no Total do Ativo Permanente.

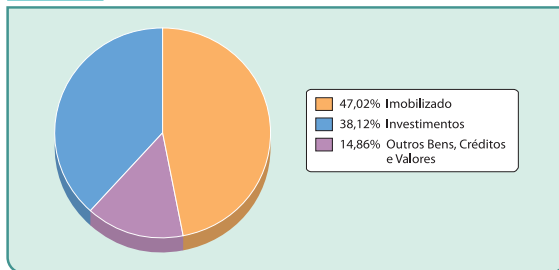
(3) Análise Horizontal - Variação percentual de 2010 em relação a 2009

(4) A Dívida Ativa Tributária - Créditos Fiscais Inscritos (R\$ 7.806.251.115) e sua Provisão para Perda (conta retificadora) [R\$ 7.803.580.393] fazem parte deste grupo de contas.

(5) O percentual de participação deste grupo foi apurado no seu valor líquido, ou seja, já retificado pela conta de Provisão para perda da Dívida Ativa.

Gráfico 16

COMPOSIÇÃO DO ATIVO PERMANENTE  
Bahia, 2010

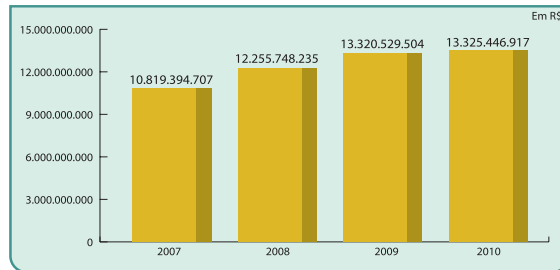


Fonte: SICOF/SEFAZ

Os bens de uso comum (praças, avenidas, monumentos e diversos bens públicos de uso comum) não estão contabilizados neste grupo de contas porque não são tombados. Caso fossem incluídos no grupo, a participação deste no Balanço Patrimonial aumentaria consideravelmente.

Gráfico 17

ATIVO PERMANENTE CORRIGIDO PELO IGP-DI  
Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

No Gráfico 17 – Ativo Permanente Corrigido pelo IGP-DI está demonstrado o comportamento do Ativo Permanente no período compreendido entre 2007 e 2010.

A correção do valor do Ativo Permanente é necessária para que os registros contábeis apresentem valores mais próximos dos reais.



Por representar 38,12% do Ativo Permanente (Tabela 33) o item Investimentos será detalhado na Tabela 34, onde se observa que 98,89% deste item está em Participações Societárias em Empresas Controladas (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), o que soma R\$ 5.023.175.338.

Na Tabela 35 está detalhado o Imobilizado da Unidade Contábil Consolidada. Este grupo é composto pelas seguintes contas: Bens Móveis (materiais e equipamentos permanentes e outros bens que, em razão do uso, não percam sua identidade física e constituam meio para a produção de outros bens e serviços); Bens Imóveis (incorporação ou aquisição dos bens, que não podem ser transportados de um lugar para outro sem alterar a sua forma e substância); Bens de Natureza Industrial; Almojarifado; Concessão de Empréstimos e Depreciação Acumulada.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia, no final do exercício de 2010, o montante do Imobilizado somou R\$ 6.265.566.302, sendo a maioria deste valor concentrado em Bens Imóveis (70,03%).

Tabela 34 ATIVO PERMANENTE - INVESTIMENTOS Em R\$		
DISCRIMINAÇÃO	2010	AV <sup>(1)</sup>
<b>PERMANENTE - INVESTIMENTOS</b>	<b>5.079.753.895</b>	<b>100,00%</b>
Participações Societárias	5.023.175.338	98,89%
Em Empresas Controladas	5.023.175.338	98,89%
Empresa Pública	42.844.023	0,84%
Sociedades de Economia Mista	4.980.331.315	98,04%
Outros Investimentos	56.578.554	1,11%
Ações	56.572.927	1,11%
Empresas Governamentais	4.122.828	0,08%
Empresas Não Governamentais	52.450.099	1,03%
Títulos de Crédito	5.627	0,00%
(Perdas em Investimentos)	3	0,00%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total dos Investimentos em 2010.

No tópico 5.8 – Demonstração Variações Patrimoniais será analisado o comportamento anual do item Ativo Permanente Imobilizado, no qual são registradas as vendas, perdas e aquisições no exercício financeiro.

Na Tabela 29, o item Outros Bens, Créditos e Valores apresentou no final do exercício um saldo de R\$ 1.980.126.720, representando 12,77% do Ativo Real, o que equivale a 14,86% do Ativo Permanente (Tabela 33). O principal componente deste item é a Dívida Ativa.

Tabela 35 ATIVO PERMANENTE - IMOBILIZADO Em R\$				
DISCRIMINAÇÃO	2009 <sup>(1)</sup>	2010	AV <sup>(2)</sup>	AH <sup>(3)</sup>
<b>PERMANENTE - IMOBILIZADO</b>	<b>6.094.478.610</b>	<b>6.265.566.302</b>		<b>2,81%</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.603.504.033</b>	<b>1.604.334.992</b>	<b>18,68%</b>	<b>0,05%</b>
Sistema de Comunicações	231.071.639	211.969.310	2,47%	-8,27%
Sistema de Processamento de Dados	296.020.190	295.151.248	3,44%	-0,29%
Sistema de Segurança	132.070.006	132.151.639	1,54%	0,06%
Sistema de Transportes	245.219.389	233.826.750	2,72%	-4,65%
Sistema de Administração Geral	698.779.122	730.927.268	8,51%	4,60%
Bens Móveis em Elaboração	343.687	308.777	0,00%	-10,16%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>5.918.192.390</b>	<b>6.013.962.509</b>	<b>70,03%</b>	<b>1,62%</b>
Edificações	1.777.456.577	1.768.340.844	20,59%	-0,51%
Obras em Andamento	2.316.387.713	2.581.996.701	30,07%	11,47%
Fazendas e Terrenos	167.488.255	175.059.278	2,04%	4,52%
Outros Bens Imóveis	1.656.859.845	1.488.565.686	17,33%	-10,16%
<b>Bens de Natureza Industrial</b>	<b>41.706.015</b>	<b>37.469.762</b>	<b>0,44%</b>	<b>-10,16%</b>
Almojarifado	669.854.536	656.907.403	7,65%	-1,93%
Concessão de Empréstimo	227.119.709	274.718.566	3,20%	20,96%
<b>(Depreciação Acumulada)</b>	<b>(2.365.898.074)</b>	<b>(2.321.826.930)</b>	<b>-27,04%</b>	<b>-1,86%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Valores Corrigidos pelo IGP-DI

(2) Análise Vertical. Participação do item no total do Permanente Imobilizado em 2010.

Compõem a Dívida Ativa os créditos de natureza tributária ou não tributária, a favor da Fazenda Pública, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, cuja certeza e liquidez foram apuradas. Constitui fonte potencial de fluxo de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, traduzindo-se em créditos a receber.

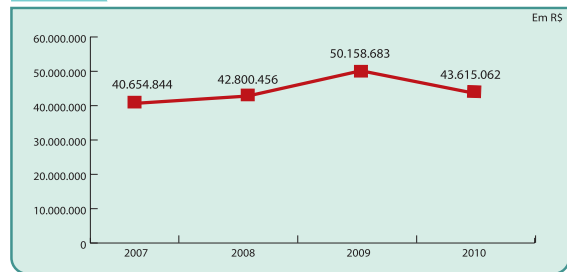
Como pode ser verificado no Gráfico 18 – Dívida Ativa Corrigida pelo IGP-DI e na Tabela 36, comparando-se os valores anuais corrigidos, houve aumento da Dívida Ativa nos exercícios de 2008 (5,28%) e 2009 (17,19%), apresentando uma queda em 2010 (-13,05%).

A Tabela 36 mostra que o valor da Provisão para Perda da Dívida Ativa é próximo do valor dos Créditos Fiscais Inscritos. Este comportamento ocorre desde 2007, quando, em função da determinação da Portaria STN nº. 564, de 27/10/2004, por meio do Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, foi introduzido novo procedimento, obrigando o ajuste deste ativo por meio de conta redutora, na qual devem ser considerados os créditos de difícil recebimento, evidenciando a margem de incerteza, de forma que o valor final presente corretamente os recebimentos futuros.

Do montante da Dívida Ativa de R\$ 43.615.062 considerado cobrável, R\$ 40.944.341 são referentes à não tributária, correspondendo a 93,88% daquele valor.

Gráfico 18

DÍVIDA ATIVA CORRIGIDA PELO IGP-DI  
Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

Tabela 36

DÍVIDA ATIVA – CORRIGIDA PELO IGP-DI

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	AV <sup>(1)</sup>	AV <sup>(2)</sup>	AH <sup>(3)</sup>
▶ Dívida Ativa							
Tributária	5.937.747	5.983.646	5.999.990	2.670.721		6,12%	-124,66%
Créditos Fiscais Inscritos	7.234.691.023	7.457.687.508	8.438.402.398	7.806.251.115	100,00%		-8,10%
(Provisão para Perda da Div. Ativa)	(7.228.753.275)	(7.451.703.862)	(8.432.402.408)	(7.803.580.393)	99,97%		-8,06%
Não Tributária	34.717.096	36.816.810	44.158.693	40.944.341		93,88%	-7,85%
▶ Total	40.654.844	42.800.456	50.158.683	43.615.062		100,00%	
▶ Variação % <sup>(4)</sup>		5,28%	17,19%	-13,05%			

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical da conta Créditos Fiscais Inscritos

(2) Análise Vertical. Participação do item no total da Dívida Ativa

(3) Análise Horizontal - Variação percentual de 2010 em relação a 2009

(4) Variação percentual do valor da Dívida Corrigida em cada ano.

Caso o método de provisão para perda não fosse adotado, teríamos uma Dívida Ativa totalizando R\$ 7.847.195.455, dos quais 99,44% desse valor não seriam recebidos pelo Estado. A quantia não recebida refere-se a 99,97% da Dívida Ativa Tributária.

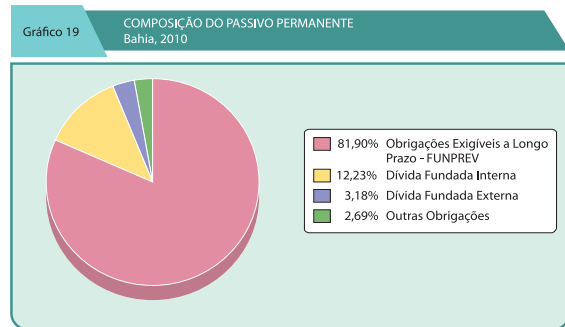
## ▶ 5.6 PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente compreende o conjunto das obrigações que dependem de autorização orçamentária para suas liquidações ou pagamentos, representado por dívidas internas e externas de longo prazo (exigibilidade superior a 12 meses), contraídas para atender ao desequilíbrio orçamentário ou para financiar obras e serviços públicos.

A Tabela 37 demonstra o Passivo Permanente do Estado nos exercícios de 2007 a 2010.

Observa-se na Tabela 37 que o Passivo Permanente do Estado tem como item mais representativo "Obrigações Exigíveis Longo Prazo – FUNPREV", no valor de R\$ 50.616.503.439 em 2010, representando 81,90% do mesmo. O percentual tão relevante deste item decorre da exigência estabelecida na Portaria STN 470/2004, que, em observância ao princípio da oportunidade, obriga os entes federados, por meio de seus fundos de previdência, a contabilizarem seu passivo atuarial, objetivando assegurar a prevenção de riscos e a transparência da gestão fiscal.

O Gráfico 19 aborda a composição do Passivo Permanente da Unidade Contábil Consolidada no exercício de 2010.



Fonte: SICOF/SEFAZ

Tabela 37		PASSIVO PERMANENTE				Em R\$
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	AV <sup>(1)</sup>	
▶ Permanente	45.999.921.430	49.692.864.544	53.549.699.314	61.805.980.646	100,00%	
Dívida Fundada Interna	8.715.796.713	8.415.555.399	7.308.073.146	7.560.020.923	12,23%	
Dívida Fundada Externa	1.531.564.499	1.921.763.448	2.041.427.195	1.966.081.827	3,18%	
Outras Obrigações	1.630.220.354	1.761.625.538	1.522.956.524	1.663.374.457	2,69%	
Obrigações Exigíveis Longo Prazo - FUNPREV <sup>(2)</sup>	34.122.339.864	37.593.920.159	42.677.242.449	50.616.503.439	81,90%	
▶ Passivo Permanente Total Corrigido pelo IGP-DI	55.061.144.758	54.516.548.210	59.603.917.590	61.805.980.646		
▶ Variação % <sup>(3)</sup>		-0,99%	9,33%	3,69%		

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do Item em relação ao total do Passivo Permanente em 2010.

(2) Provisões Matemáticas para cobertura do Passivo Atuarial.

(3) Variação percentual em relação ao exercício anterior do valor do Permanente Corrigido em cada ano.

Ao analisar o Gráfico 19 pode-se verificar que, depois do subgrupo Obrigações Exigíveis à Longo Prazo – FUNPREV com 81,90%, o maior subgrupo é o da Dívida Fundada Interna, que representa 12,23% do Passivo Permanente. O subgrupo da Dívida Fundada Externa representa apenas 3,18% e Outras Obrigações, 2,69% do mesmo.

## ▶ 5.7 SALDO PATRIMONIAL

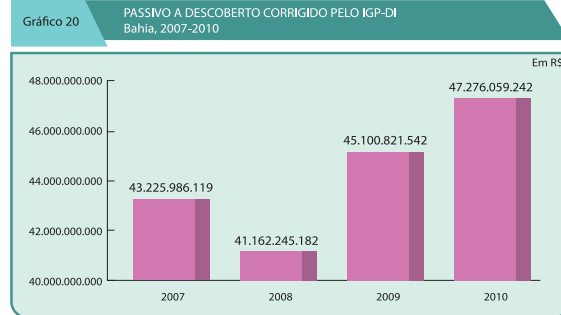
A diferença entre Ativo Real, composto pelos bens e direitos da Entidade, e Passivo Real, formado pelas obrigações com terceiros, resulta no Saldo Patrimonial, o que pode evidenciar uma Situação Patrimonial Líquida Positiva (Ativo Real Líquido) ou uma Situação Patrimonial Negativa (Passivo a Descoberto).

A Tabela 38 demonstra a evolução do Saldo Patrimonial de 2007 a 2010.

Observa-se pela Tabela 38 e pelo Gráfico 20 que em 2008 houve queda de 4,77% do Passivo a Descoberto comparado com 2007, seguida por aumentos em 2009 (9,57%) e em 2010 (4,82%).

O Saldo Patrimonial alcançou em 2010 R\$ 47.276.059.242.

Será analisado neste tópico o Quociente do Resultado Patrimonial, que tem por finalidade indicar o nível de solvência no longo prazo da Unidade Contábil. Se este quociente for maior que 1, indicará que houve um Ativo Real Líquido (Saldo Patrimonial Positivo),



Fonte: SICOF/SEFAZ

Tabela 38		SALDO PATRIMONIAL			
		Em R\$			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	
▶ <b>Ativo Real</b>	10.446.508.278	13.105.751.403	13.668.516.716	15.510.077.549	
Ativo Financeiro	1.407.624.168	1.934.405.143	1.701.008.900	2.184.630.632	
Ativo Permanente	9.038.884.110	11.171.346.260	11.967.507.816	13.325.446.917	
▶ <b>(-) Passivo Real</b>	46.558.942.444	50.625.916.221	54.188.259.881	62.786.136.791	
Passivo Financeiro	559.021.014	933.051.676	638.560.566	980.156.145	
Passivo Permanente	45.999.921.430	49.692.864.545	53.549.699.315	61.805.980.646	
▶ <b>Passivo a Descoberto</b>	36.112.434.166	37.520.164.818	40.519.743.165	47.276.059.242	
▶ <b>Passivo a Descoberto Corrigido pelo IGP-DI</b>	43.225.986.119	41.162.245.182	45.100.821.542	47.276.059.242	
▶ <b>Variação %<sup>(1)</sup></b>		-4,77%	9,57%	4,82%	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Variação percentual em relação ao exercício anterior do valor do Disponível Corrigido em cada ano.

sendo igual a 1, indicará que houve um equilíbrio entre os itens de Ativo Real e Passivo Real (Saldo Patrimonial Nulo), enquanto que um valor menor que 1, sinalizará um Passivo a Descoberto (Saldo Patrimonial Negativo).

Quociente do Resultado Patrimonial:

$$\frac{\text{ATIVO REAL}}{\text{PASSIVO REAL}} = \frac{15.510.077.549}{62.786.136.791} = 0,25$$

Este quociente expressa que houve, na Unidade Contábil Consolidada, um Passivo a Descoberto (Saldo Patrimonial Negativo), conforme pode ser verificado nas Tabelas 29 e 38.

Convém, no entanto, destacar que o baixo índice obtido deve-se ao fato de que a reavaliação dos bens é facultativa, conforme previsto na Lei Federal nº 4320/64, enquanto que a grande maioria do Passivo Permanente é atualizada, como exemplo as Dívidas Fundadas Interna e Externa e as Obrigações Exigíveis LP – FUNPREV, sendo esta última da ordem de R\$ 50.616.503.439 (Tabela 29), representando 80,62% do Passivo Real, fato que contribuiu para o resultado observado.

## ► 5.8 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício (art. 104, da Lei Federal nº. 4.320/64), o qual irá compor o Saldo Patrimonial do Balanço Patrimonial.

Tanto as Variações Ativas como as Variações Passivas são classificadas em: Resultantes da Execução Orçamentária e Independentes da Execução Orçamentária.

Este demonstrativo expressa os fatos contábeis que aumentaram o patrimônio nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado, representado pelas Variações Ativas,

em confronto com os fatos contábeis que reduziram o patrimônio, composto pelas Variações Passivas.

As Variações Ativas representam as agregações de novos elementos ao patrimônio público que poderão ocorrer por meio de aumento de valores ativos, reduções de valores passivos ou de elementos que não alteram a situação patrimonial como os fatos permutativos.

As Variações Passivas são as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem a situação patrimonial da entidade pelo aumento de valores passivos e redução de valores ativos ou de elementos que não alteram a situação patrimonial como os fatos permutativos.

Para efeito deste demonstrativo, foram excluídas do grupo Independentes da Execução Orçamentária as Interferências Ativas (compostas basicamente de cotas financeiras recebidas pelo Estado e movimentadas por suas unidades gestoras) e Passivas (quase que exclusivamente compostas por cotas financeiras concedidas pelo Estado).

A Tabela 39 demonstra as Variações Patrimoniais ocorridas no exercício de 2010.

O valor total das Variações Ativas foi R\$ 46.909.149.856 e o das Variações Passivas, R\$ 53.665.465.934. Esses valores geraram um Déficit Verificado no valor de R\$ 6.756.316.077. Este resultado deficitário expressa o quanto as Variações Passivas superaram as Variações Ativas e foi provocado pela conta de Variação Passiva, Provisões Matemáticas à Longo Prazo – FUNPREV cujo saldo foi R\$ 21.716.405.696 (conforme Tabela 41), e pela conta de Variação Ativa – Redução da Reserva Matemática no valor de R\$ 13.777.144.706 (Tabela 40), resultando em uma Variação Passiva líquida de R\$ 7.939.260.990. Expurgando o valor desta Variação Passiva líquida o resultado do exercício seria Superavitário em R\$ 1.182.944.912.

As Variações Ativas foram constituídas em sua maioria por valores Resultantes da Execução Orçamentária, principalmente a Receita Orçamentária, abordada no módulo da Gestão Orçamentária. Conforme Tabela 40, nas Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária temos os Acréscimos no Ativo Permanente, com 10,92% de participação neste item, e que tem como conta mais representativa a Inscrição e Atualização da Dívida Ativa, com um valor de R\$ 711.842.187 (4,42% do item).

Tabela 39

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDAS - 2010

Em R\$

► Variações Ativas	46.909.149.856	► Variações Passivas	53.665.465.934
► Resultantes da Execução Orçamentária	28.184.689.818	► Resultantes da Execução Orçamentária	25.474.644.893
Receita Orçamentária	24.859.187.752	Despesa Orçamentária	24.667.993.043
Mutação Patrimonial da Despesa	3.325.502.066	Mutação Patrimonial da Receita	806.651.849
Amortização da Dívida e de Outras Obrigações	924.512.751	Financiamentos Obtidos	652.242.417
Aquisição de Bens, Material de Consum e Permanente, Títulos e Valores	2.222.641.601	Recebimento de Créditos	3.901.918
Empréstimos Concedidos	79.990.974	Alienação de Títulos, Valores e Bens	4.354.632
Outros	98.356.740	Cobranças da Dívida Ativa	146.152.597
		Diversas	285
► Independente da Execução Orçamentária <sup>(1)</sup>	18.724.460.038	► Independente da Execução Orçamentária(1)	28.190.821.041
Variações no Financeiro	2.637.290.759	Variações no Financeiro	2.687.551.173
Reduções do Passivo Financeiro	37.133.907	Reduções do Ativo Financeiro	2.686.763.973
Acréscimo no Ativo Financeiro	2.600.156.852	Acréscimo no Passivo Financeiro	787.200
Variações no Permanente	16.087.169.279	Variações no Permanente	25.503.269.868
Reduções do Passivo Permanente	14.330.686.467	Reduções do Ativo Permanente	2.515.442.215
Acréscimo no Ativo Permanente	1.756.482.812	Acréscimo no Passivo Permanente	22.987.827.653
► Resultado do Exercício	6.756.316.077		
► Déficit Verificado	6.756.316.077		
► Total	53.665.465.934	► Total	53.665.465.934

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Neste grupo os valores das Interferências (Ativas/Passivas) foram excluídos

Em seguida será calculado o Quociente da Mutação Patrimonial, que tem por finalidade indicar se houve um aumento do patrimônio pela aquisição de bens, ou diminuição pelo pagamento de dívidas. Se este quociente for maior que 1, indicará que houve um aumento do patrimônio público. Sendo igual a 1, indicará que houve um equilíbrio entre os itens de Receitas e Despesas que provocam mutação patrimonial. Por sua vez, um valor menor que 1 sinalizará uma diminuição do patrimônio público.

Quociente da Mutação Patrimonial:

$$\frac{\text{Mutação Patrimonial Ativa}}{\text{Mutação Patrimonial Passiva}} = \frac{3.325.502.066}{806.651.849} = 4,12$$

Tabela 40

VARIÇÕES ATIVAS NO PERMANENTE  
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	2010	AV <sup>(1)</sup>
► Redução no Passivo Permanente	14.330.686.466	89,08%
Desincorporação de Débitos de Contribuições	3.701.987	0,02%
Desincorporação de Outras Obrigações	43.235.840	0,27%
Baixa de Precatórios	88.321.537	0,55%
Redução da Reserva Matemática	13.777.144.706	85,64%
Diversas	418.282.396	2,60%
<b>Acrescimento no Ativo Permanente</b>	<b>1.756.482.813</b>	<b>10,92%</b>
Incorporação de Bens, Títulos e Valores	442.059.747	2,75%
Inscrição e Atualização da Dívida Ativa	711.842.187	4,42%
Incorporação de Outros Créditos	11.980.133	0,07%
Reavaliação de Bens	91.332.003	0,57%
Ganho na Equivalência Patrimonial	449.618.274	2,79%
Correção de Bens	181.250	0,00%
Atualização de Outros Investimentos	10.991.657	0,07%
Diversas	38.477.562	0,24%
► <b>TOTAL</b>	<b>16.087.169.279</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

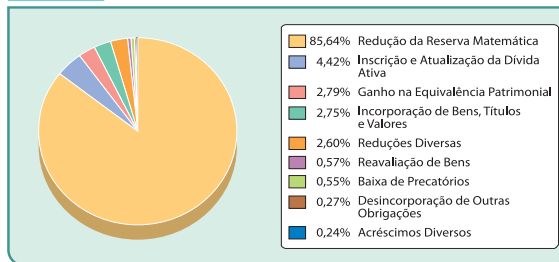
(1) Análise Vertical. Participação do item em relação ao total.

Este quociente expressa que houve na Unidade Contábil Consolidada um aumento do patrimônio pela aquisição de bens e/ou pelo pagamento de dívidas (Tabela 39).

O Gráfico 21 demonstra a participação dos itens de Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária decorrentes de alterações no Ativo Permanente e no Passivo Permanente.

O déficit econômico apurado no exercício de 2010 foi ocasionado pelo expressivo valor das Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária, ocorridas no

Gráfico 21

VARIÇÕES ATIVAS NO PERMANENTE INDEPENDENTES  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Bahia, 2010

Fonte: SICOF/SEFAZ

Obs: Para melhor visualização não foram contemplados no Gráfico os itens com percentuais inferiores a 0,20%.

Permanente, que totalizaram R\$ 25.503.269.868, como pode ser verificado na Tabela 41. Neste grupo, a conta Provisões Matemáticas a Longo Prazo – FUNPREV representa 85,15% destas variações.

O Gráfico 22 demonstra a participação dos itens de Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária decorrentes de alterações no Ativo Permanente e no Passivo Permanente.

Em seguida, será analisado o Quociente das Variações Independentes da Execução Orçamentária (IEO), que tem por finalidade mostrar a relação entre a movimentação ocorrida durante o exercício independente da execução orçamentária, e seu impacto sobre o patrimônio público da Unidade Contábil Consolidada. Se este quociente for maior que 1, indicará que houve um aumento do patrimônio público provocado por operações não previstas no orçamento. Se for menor que 1, indicará que houve uma diminuição do patrimônio público provocado por operações não previstas no orçamento. Sendo este quociente igual a 1, indicará que o patrimônio público não foi afetado pelas variações independentes da execução orçamentária.

Tabela 41

VARIAÇÕES ATIVAS NO PERMANENTE  
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	2010	AV <sup>(1)</sup>
<b>▶ Redução no Ativo Permanente</b>	<b>2.515.442.216</b>	<b>9,86%</b>
Baixa de Investimentos	16.661.108	0,07%
Baixa do Imobilizado	1.167.130.685	4,58%
Baixa de Outros Bens, Créditos e Valores	1.070.632.092	4,20%
Depreciação e Exaustão	251.695.709	0,99%
Redução de Empréstimo Concedido	9.322.622	0,04%
<b>▶ Acréscimo no Passivo Permanente</b>	<b>22.987.827.652</b>	<b>90,14%</b>
Atualização de Dívidas Passivas	814.007.145	3,19%
Atualização de Débitos de Contribuição	16.151.575	0,06%
Atualização de Outras Obrigações	13.039.829	0,05%
Encampação de Dívidas Passivas	0	0,00%
Provisões Matemáticas a Longo Prazo - FUNPREV	21.716.405.696	85,15%
Diversas	428.223.407	1,68%
<b>▶ TOTAL</b>	<b>25.503.269.868</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SICOP/SEFAZ

(1) Análise Vertical: Participação do item em relação ao total.

Quociente das Variações Independentes da Execução Orçamentária:

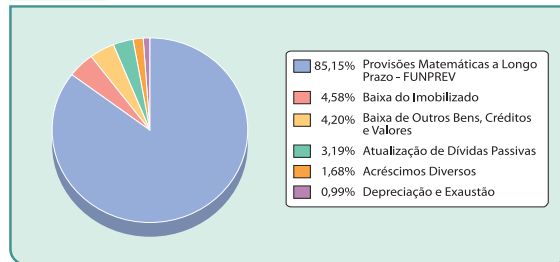
$$\frac{\text{Ações Ativas (IEO)}}{\text{Ações Passivas (IEO)}} = \frac{18.724.460.038}{28.190.821.041} = 0,66$$

Este quociente, por ser menor que 1, expressa que houve na Unidade Contábil Consolidada uma redução do patrimônio pela diminuição do patrimônio público provocado por operações não previstas no orçamento (Tabela 39).

Outra análise importante é a do Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais, que tem por finalidade demonstrar o Resultado Patrimonial no exercício financeiro

Gráfico 22

VARIAÇÕES PASSIVAS NO PERMANENTE INDEPENDENTES  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Bahia, 2010



Fonte: SICOP/SEFAZ

Obs: Para melhor visualização não foram contemplados no Gráfico os itens com percentuais inferiores a 0,20%.

ro na Unidade Contábil Consolidada. Se o resultado do quociente for maior que 1, indicará um superávit patrimonial no exercício, se for menor que 1, indicará um déficit patrimonial e se igual a 1, indicará uma situação estável sem alteração do patrimônio.

$$\frac{\text{Variações Patrimoniais Ativas}}{\text{Variações Patrimoniais Passivas}} = \frac{46.909.149.856}{53.665.465.934} = 0,87$$

O quociente de 0,87 evidencia que houve um Déficit Patrimonial no exercício financeiro na Unidade Contábil Consolidada (Tabela 39).



## 6. GESTÃO ECONÔMICA

A elaboração deste demonstrativo advém do atendimento à disposição legal e visa efetuar comparativo das origens e aplicações de recursos.

A análise da Gestão Econômica se dá pela avaliação comparativa entre a obtenção dos recursos e a sua aplicação, com o objetivo de verificar se a implementação dos gastos públicos está amparada pelos recursos destinados especificamente à execução orçamentária.

A Tabela 42 apresenta o Balanço Econômico do exercício de 2010, onde são demonstradas as origens e aplicações de recursos. Pode-se observar que na coluna dos Recursos Obtidos, o item Arrecadação de Tributos, que totalizou R\$ 12.876.988.651, representa um pouco mais da metade dos recursos obtidos em 2010.

O item Exploração do Patrimônio Estatal (R\$ 476.768.199) representa a Receita Patrimonial. O item Transferências Recebidas (R\$ 9.403.411.613), com 37,83% do total dos recursos obtidos, representa as transferências correntes e de capital.

Na coluna de Recursos Aplicados, o item Gastos com a Manutenção totalizou R\$ 17.457.403.669, representando 70,77% dos recursos aplicados. Vale dizer, que o sub-

Tabela 42		BALANÇO ECONÔMICO 2010			Em R\$
Recursos Obtidos		AV <sup>(1)</sup>		Recursos Aplicados	
					AV <sup>(1)</sup>
▶ Da Arrecadação de Tributos	12.876.988.651	51,80%	▶ Gastos com Manutenção	17.457.403.669	70,77%
(-)Conta Redutora	(1.677.350.002)	-6,75%	Pessoal e Encargos Sociais	11.470.359.558	46,50%
▶ Da Exploração do Patrimônio Estatal	476.768.199	1,92%	Outros Serviços de Terceiros	3.480.780.026	14,11%
▶ De Transferências Recebidas	9.403.411.613	37,83%	Material de Consumo	357.665.164	1,45%
(-)Conta Redutora	(959.907.204)	-3,86%	Locação de Mão-de-Obra	380.710.079	1,54%
▶ De Alienações de Bens	12.662.975	0,05%	Demais Gastos	1.767.888.842	7,17%
▶ Do Endividamento Estatal	652.242.417	2,62%	▶ Serviços da Dívida	1.382.044.845	5,60%
▶ Demais Receitas	4.110.671.833	16,54%	Juros e Encargos	510.138.491	2,07%
(-)Conta Redutora	(36.300.731)	-0,15%	Amortização	871.906.354	3,53%
			▶ Investimentos	2.046.146.131	8,29%
			▶ Inversões Financeiras	247.641.131	1,00%
			▶ Transf. Constitucionais a Municípios	3.225.227.316	13,07%
			▶ Outras Transferências	309.529.950	1,25%
▶ SUBTOTAL	24.859.187.752	100,00%	▶ SUBTOTAL	24.667.993.043	100,00%
			▶ Superávit	191.194.709	
▶ TOTAL	24.859.187.752		▶ TOTAL	24.859.187.752	

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Análise Vertical: Participação do Item no Sub-Total

item – Outros Serviços de Terceiros (R\$ 3.480.780.026), totaliza os elementos 36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física e 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Os itens Amortização, Investimentos e Inversões Financeiras, que equivalem às Despesas de Capital, atingiram o valor de R\$ 3.165.693.616 correspondendo a 12,82 % do total dos Recursos Aplicados.

No confronto entre os Recursos Obtidos e a Aplicação de Recursos tem-se um superávit orçamentário no valor de R\$ 191.194.709.

Na Tabela 43 estão apresentados os dados comparativos dos Balanços Econômicos dos quatro últimos exercícios, que representam o período referente à última gestão governamental. Percebe-se que houve uma evolução positiva tanto na obtenção de recursos, quanto na utilização dos mesmos.

Além disso, a crise econômica, iniciada em meados de 2008, pode ser observada no déficit orçamentário deste mesmo ano e no pequeno superávit visualizado no ano seguinte. Só em 2010, com a elevação do superávit em mais do que o triplo do ano anterior, pode-se enxergar uma recuperação.

Tabela 43		BALANÇO ECONÔMICO COMPARADO 2007 A 2010								Em R\$ mil
Recursos Obtidos	2007 <sup>(1)</sup>		2008 <sup>(1)</sup>		2009 <sup>(1)</sup>		2010			
	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>		
▶ Da Arrecadação de Tributos	11.321.159	54,7%	11.943.326	55,4%	12.065.980	50,6%	12.876.989	51,8%		
(-)Conta Redutora	(1.226.928)	-5,9%	(1.430.612)	-6,6%	(1.568.002)	-6,6%	(1.677.350)	-6,7%		
▶ Da Exploração do Patrimônio Estatal	739.658	3,6%	270.927	1,3%	244.380	1,0%	476.768	1,9%		
▶ De Transferências Recebidas	7.338.641	35,5%	8.122.098	37,7%	9.132.573	38,3%	9.403.412	37,8%		
(-)Conta Redutora	(738.138)	-3,6%	(936.177)	-4,3%	(990.474)	-4,2%	(959.907)	-3,9%		
▶ De Alienações de Bens	3.163	0,02%	13.590	0,06%	4.844	0,02%	12.663	0,05%		
▶ Do Endividamento Estatal	192.016	0,9%	146.271	0,7%	1.099.374	4,6%	652.242	2,6%		
▶ Demais Receitas	3.067.310	14,8%	3.446.232	16,0%	3.887.662	16,3%	4.110.672	16,5%		
(-)Conta Redutora	(13.814)	-0,07%	(17.567)	-0,08%	(21.413)	-0,09%	(36.301)	-0,15%		
▶ SUB-TOTAL	20.683.066	100,0%	21.558.090	100,0%	23.854.925	100,0%	24.859.188	100,0%		
Recursos Aplicados	2007 <sup>(1)</sup>		2008 <sup>(1)</sup>		2009 <sup>(1)</sup>		2010			
	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>		
▶ Gastos com Manutenção	13.891.245	68,5%	14.793.947	67,8%	16.776.425	70,5%	17.457.404	70,8%		
Pessoal e Encargos Sociais	9.698.927	47,9%	10.290.725	47,2%	11.687.379	49,1%	11.470.360	46,5%		
Outros Serviços de Terceiros	2.506.491	12,4%	2.762.842	12,7%	3.082.638	13,0%	3.480.780	14,1%		
Material de Consumo	386.651	1,9%	454.081	2,1%	305.618	1,3%	357.665	1,4%		
Locação de Mão-de-Obra	324.567	1,6%	285.833	1,3%	295.813	1,2%	380.710	1,5%		

Recursos Aplicados	2007 <sup>(1)</sup>		2008 <sup>(1)</sup>		2009 <sup>(1)</sup>		2010	
	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>	Valor	AV <sup>(2)</sup>
Demais Gastos	974.609	4,8%	1.000.468	4,6%	1.404.977	5,9%	1.767.889	7,2%
<b>Serviços da Dívida</b>	<b>2.161.055</b>	<b>10,7%</b>	<b>2.219.133</b>	<b>10,2%</b>	<b>1.993.574</b>	<b>8,4%</b>	<b>1.382.045</b>	<b>5,6%</b>
Juros e Encargos	685.582	3,4%	619.874	2,8%	584.750	2,5%	510.138	2,1%
Amortização	1.475.473	7,3%	1.599.259	7,3%	1.408.824	5,9%	871.906	3,5%
▶ Investimento	985.280	4,9%	1.335.337	6,1%	1.479.282	6,2%	2.046.146	8,3%
▶ Inversões Financeiras	111.436	0,5%	217.220	1,0%	273.044	1,1%	247.641	1,0%
▶ Transf. Constitucionais a Municípios	2.881.331	14,2%	3.017.100	13,8%	3.004.390	12,6%	3.225.227	13,1%
▶ Outras Transferências	232.643	1,1%	221.561	1,0%	264.824	1,1%	309.530	1,3%
▶ SUB-TOTAL	20.265.383	100,0%	21.804.297	100,0%	23.791.539	100,0%	24.667.993	100,0%
▶ Superávit / Déficit	417.683		-246.207		63.386		191.195	
▶ TOTAL	20.683.066		21.558.090		23.854.925		24.859.188	

Fonte: SICOF / SEFAZ

(1) Valores Corrigidos pelo IGP-DI

(2) Análise Vertical: Participação do item no Sub-Total

## 7. GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar este objetivo, a Lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A LRF cria condições para a implantação de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos e incentiva o exercício pleno da cidadania, especialmente no que se refere à participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e de avaliação dos seus resultados.

As disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal alcançam todos os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – em suas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, abrangendo o Poder Executivo, o Poder Legislativo, inclusive os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Neste tópico serão apresentados dados e comentários demonstrando que no exercício de 2010 o Estado da Bahia cumpriu as metas da LRF de sua competência.

### ▶ 7.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida – RCL é a base para apuração dos seguintes limites:

- Despesa total com pessoal;
- Dívida pública;
- Operações de crédito;
- Garantias e contragarantias.

Entende-se como Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. No âmbito Estadual são consideradas as deduções a seguir:

- Parcelas entregues aos Municípios, por determinação constitucional;
- Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social;
- Receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana;
- Transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.

A RCL representa o total de recursos que o Estado recolheu nos últimos doze meses. A RCL deve ser apurada somando-se as receitas recolhidas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A apuração da Receita Corrente Líquida está representada, de forma resumida, na Tabela 44.

O total da RCL apurado no exercício de 2010 foi de R\$ 17.372.551 mil, 94,21% da previsão atualizada que foi de R\$ 18.439.486 mil.

Tabela 44

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada	Valor Realizado
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>25.510.722</b>	<b>24.652.005</b>
DEDUÇÕES (II)	7.071.236	7.279.454
Transferências Constitucionais e Legais	3.261.301	3.225.227
Contrib. Prev. Assist. Social Servidor	1.204.696	1.255.936
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	0	0
Compensação Financeira entre Regimes	58.343	128.538
Dedução da Receita para formação do FUNDEB	2.546.896	2.669.753
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>18.439.486</b>	<b>17.372.551</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

Fazendo uma comparação com os exercícios anteriores, conforme a Tabela 45, em 2008 a RCL aumentou 13,14% em termos reais em relação a 2007 e nos anos seguintes houve um crescimento de 3,05% em 2009 e 18,41% em 2010. Evidencia-se, assim, um crescimento real da RCL nos últimos anos, apesar do menor crescimento no ano de 2009.

Tabela 45

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

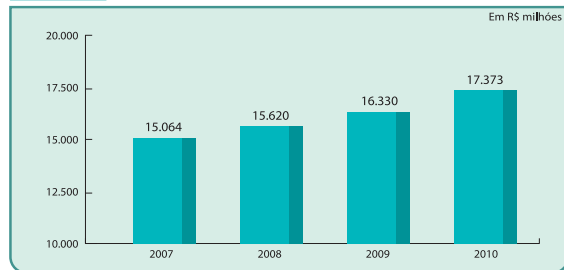
Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010
▶ RECEITAS CORRENTES (I)	17.545.805	20.188.968	20.915.400	24.652.005
DEDUÇÕES (II)	4.961.198	5.951.182	6.243.972	7.279.454
Transferências Constitucionais e Legais	2.407.160	2.750.143	2.699.221	3.225.227
Contrib. Prev. Assist. Social Servidor	875.563	997.100	1.122.099	1.255.936
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	0	0	0	0
Compensação Financeira entre Regimes	25.253	30.554	104.814	128.538
Dedução da Receita para formação do FUNDEB	1.653.222	2.173.385	2.317.838	2.669.753
▶ RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	<b>12.584.607</b>	<b>14.237.786</b>	<b>14.671.427</b>	<b>17.372.551</b>
▶ RCL CORRIGIDA PELO IGP-DI	15.063.566	15.619.847	16.330.149	17.372.551
▶ Variação %	-	13,14%	3,05%	18,41%

Fonte: SICOF/SEFAZ

O Gráfico 23 permite uma visualização da evolução do valor real da RCL no período.

Gráfico 23

RCL ANUAL CORRIGIDA PELO IGP-DI  
Bahia, 2007-2010

Fonte: SICOF/SEFAZ

## ▶ 7.2 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Estado da Bahia instituiu por meio da Lei nº 7.249 de 07 de Janeiro de 1998, o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, vinculado à Secretaria da Fazenda – SEFAZ, conferindo-lhe caráter contributivo, além de organizá-lo com base em normas de contabilidade e de atuária.

O FUNPREV tem, portanto, a finalidade de prover recursos para pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, salário-família, pensão e auxílio-reclusão, a que fazem jus os servidores públicos e seus dependentes. É também finalidade do fundo aplicar esses recursos provenientes das contribuições e transferências do Estado e das contribuições dos seus segurados.

A partir do dia 1º de janeiro de 2008, as ações administrativas ligadas à Previdência no Estado foram centralizadas em um único órgão, a Superintendência de Previdência – SUPREV, vinculada à Secretaria da Administração – SAEB, sendo instituída a partir da publicação da Lei nº 10.955. A sua criação atende às novas regras da Reforma da Previdência do Governo Federal, instituída pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003.

Com a criação da SUPREV, o estado também ganhou o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – BAPREV, que tem por finalidade arrecadar, reunir e capitalizar os recursos econômicos de qualquer natureza a serem utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores estaduais, de todos os poderes, que ingressarem no serviço público a partir da data de vigência da Lei em questão.

A criação do BAPREV atende à necessidade de estabelecimento de uma instância para financiamento e gestão dos recursos da Previdência estadual, em complementação ao Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, sistema que teve sua capacidade financeira exaurida após a publicação da Lei nº 7.483, de 1999, que alterou a legislação original, decretando a transferência para o FUNPREV da totalidade das despesas com os inativos, que corriam por conta do tesouro estadual.

A partir da criação da Superintendência de Previdência, o FUNPREV passou a se chamar Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia e foi remanejado da SEFAZ para a SAEB, garantindo o pagamento dos benefícios dos atuais segurados, dependentes e pensionistas do Estado. Já o BAPREV ficou responsável pela gestão dos benefícios dos servidores estaduais de todos os poderes que ingressaram no serviço público a partir do dia 1º de janeiro de 2008. O FUNPREV vai vigorar até a extinção do último benefício a ser custeado por seus recursos e nesta ocasião, qualquer saldo financeiro positivo será imediatamente incorporado ao BAPREV.

A Lei Estadual nº 11.474, de 14/05/2009, estabeleceu que excepcionalmente, no exercício de 2009 e até o final do exercício de 2010, os recursos creditados e acumulados na conta distinta, porém, integrante do Fundo Financeiro, utilizada para atingir o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREV, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, independentemente de autorização do Conselho Previdenciário do Estado – CONPREV.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social tem a finalidade de assegurar a transparência dessas receitas e despesas.

A Tabela 46 apresenta o resultado orçamentário do FUNPREV e do BAPREV, obtido por meio da diferença apurada entre as receitas e as despesas.

Entre as receitas previdenciárias merecem destaque as Receitas de Contribuições que estão subdivididas em Contribuições da Administração (Estado) representadas no item Contribuição Patronal (R\$ 1.294.860 mil); Contribuições dos Segurados que são os itens Contribuição do Servidor Ativo, Inativo e Pensionista (somando R\$ 711.420 mil); e as Compensações Previdenciárias entre regimes (R\$ 128.538 mil). Dos valores apresentados na Tabela 46, a Contribuição Patronal feita pelo Estado representa 61% das Receitas de Contribuições. Essa distribuição pode ser melhor visualizada no Gráfico 24.

O resultado previdenciário em 2010 foi deficitário em R\$ 625.993 mil. Observando a Tabela 46, têm-se a especificação da conta Repasses Previdenciários para Cobertura de Déficit

Tabela 46

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Em R\$ mil

RECEITAS	Previsão Atualizada	Valor Realizado
▶ <b>Receitas Previdenciárias</b>	<b>2.105.578</b>	<b>2.154.971</b>
Receitas de Contribuições	2.032.796	2.134.819
Contribuição Patronal	1.266.613	1.294.860
Contribuição do Servidor Ativo	652.700	649.604
Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista	55.140	61.816
Compensações Previdenciárias	58.343	128.538
Receitas Patrimoniais	10.318	19.270
Outras Receitas Correntes	62.464	883
Alienação de Bens	0	0
▶ <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I) (1)</b>	<b>2.105.578</b>	<b>2.154.971</b>
▶ <b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO</b>	<b>750.000</b>	<b>749.912</b>
DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Executadas
▶ <b>Despesas Previdenciárias (II)</b>	<b>2.855.578</b>	<b>2.780.965</b>
Inativos e Pensionistas	2.855.578	2.780.965
▶ <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)</b>	<b>(750.000)</b>	<b>(625.993)</b>

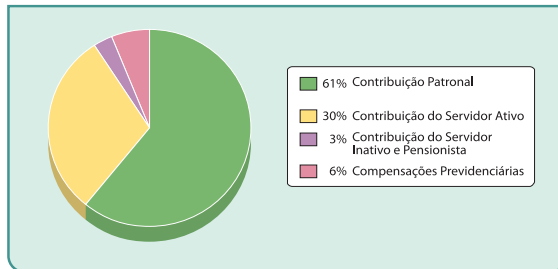
Fonte: SICOP/SEFAZ

(1) Receitas Previdenciárias sem o Aporte ao FUNPREV

Financeiro. Essa conta representa aporte de recursos do Tesouro para o FUNPREV, ou seja, as transferências de recursos do Estado, utilizando haveres próprios, para cobertura do déficit previdenciário do Fundo. No ano 2010 o aporte montou em R\$ 749.912 mil. O Gráfico 25 mostra o resultado previdenciário dos Fundos em 2010, sem considerar os recursos provenientes do aporte realizado pelo Estado, e também incluindo o citado aporte.

Gráfico 24

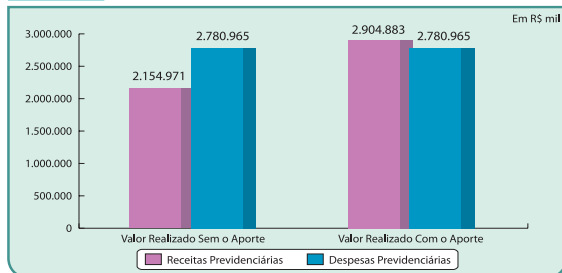
## COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES Bahia, 2010



Fonte: SICOP/SEFAZ

Gráfico 25

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS Bahia, 2010



Fonte: SICOP/SEFAZ

Ao analisar a Tabela 46, juntamente com o Gráfico 25, percebe-se que as receitas de contribuições, patrimoniais e alienação de ativos, totalizaram um valor de R\$ 2.154.971, insuficientes para cobrir as despesas de R\$ 2.780.965 mil com inativos e pensionistas. Dessa forma, os aportes de recursos efetuados pelo Tesouro do Estado no valor de R\$ 749.912 mil, apresentados na conta *Repasse Previdenciários para cobertura de déficit financeiro*, foram utilizados para cobrir o déficit orçamentário do fundo.

Pode-se ainda fazer outra análise mais real da situação dos fundos de previdência, apresentando a relação apenas das Receitas de Contribuições, sendo estas próprias do fundo, e das Despesas Previdenciárias, ou seja, não apreciando receitas patrimoniais e outras que não estão ligadas às atividades do fundo.

A Tabela 47 mostra os valores do Resultado Previdenciário sem considerar as receitas não próprias das atividades dos fundos, ou seja, demonstrando o comportamento dos fundos em sua essência. Ao longo dos últimos quatro exercícios, o déficit previdenciário vem crescendo, demonstrando uma instabilidade progressiva dos fundos. A partir de 2008 já estão contemplados os valores referentes ao BAPREV.

Segundo Nota Técnica nº 17/1999 da Secretaria da Previdência Social do Governo Federal, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema

previdenciário é suficiente para custear os benefícios assegurados por esse sistema. Já o equilíbrio atuarial é alcançado quando o equilíbrio financeiro é mantido durante todo o período de existência do regime, sendo as alíquotas de contribuição do sistema definidas a partir do cálculo atuarial. Esse cálculo deverá levar em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios que serão pagos. No caso do Estado da Bahia existe, portanto, um desequilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREV.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 20 em 15/12/1998 modificou o Sistema de Previdência Social e reforçou o caráter contributivo do sistema, com a finalidade de torná-lo equilibrado financeira e orçamentariamente. A Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998, e a Portaria MPAS nº 4.992/99 estabeleceram regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

O Art. 2º da Lei Federal nº 9.717, com redação dada pela Lei Federal nº 10.887, de 18/06/2004, prevê que a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição. O Estado da Bahia se enquadra nesse requisito legal, conforme pode ser verificado na Tabela 48.

Tabela 47		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL				Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010		
Receitas Previdenciárias de Contribuições <sup>(1)</sup>	1.387.570	1.603.685	1.901.259	2.134.819		
Despesas Previdenciárias	1.827.767	2.108.710	2.442.595	2.780.965		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO <sup>(2)</sup>	(440.197)	(505.025)	(541.336)	(646.146)		
▶ RESULTADO PREVIDENCIÁRIO CORRIGIDO IGP-DI	(526.909)	(554.048)	(602.538)	(646.146)		
▶ APORTE FEITO PELO ESTADO CORRIGIDO IGP-DI	546.233	611.525	620.437	749.912		
▶ Variação do Resultado Previdenciário %	-	5,15%	8,75%	7,24%		

Fonte: SICOF/SEFAZ

Notas:

1 - Receitas Previdenciárias - contempla apenas as Receitas de Contribuições.

2 - Resultado Previdenciário - não considera as receitas não próprias das atividades do fundo.



Tabela 48

**RELAÇÃO ENTRE A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL  
E A DOS SEGURADOS**

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2010
Contribuição Patronal (A)	1.294.860
Contribuição dos Segurados (B)	839.958
▶ (A/B)	<b>1,54</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

Analisando o patrimônio do FUNPREV e do BAPREV, chega-se à Tabela 49 que demonstra o Balanço Patrimonial dos fundos em conformidade com a Portaria nº 916 de 15/07/2003 do Ministério da Previdência Social. Os fundos possuem um Ativo no total de R\$ 282.984 mil divididos uma parte em Bancos, Aplicações Financeiras e Realizável, e outra parte no Ativo Permanente na conta Títulos e Valores (direitos de longo prazo). Esse saldo é insuficiente para cobrir o valor do Passivo que soma R\$ 50.616.704 mil. Esse montante se deve à Provisão de Benefícios Concedidos e a Conceder do fundo.

### ▶ 7.3 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário apura a diferença entre as receitas fiscais ou receitas não-financeiras (receitas operacionais do ente) e as despesas fiscais ou não-financeiras (excluindo entre outras o serviço da dívida), ou seja, mede como as ações correntes do setor público afetam a trajetória de seu endividamento líquido. O principal objetivo desse cálculo é avaliar a sustentabilidade da política fiscal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar atual da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma pelo setor público no longo prazo. O Resultado Primário também aponta necessidade de contingenciamento de despesas.

Os superávits primários são direcionados ao serviço da dívida, o que contribui para reduzir o estoque total da dívida líquida. Por sua vez, os déficits primários indicam

Tabela 49

**ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO  
FUNPREV E BAPREV <sup>(1)</sup>**

Em R\$ mil

ATIVO		AV <sup>(2)</sup>
▶ <b>Financeiro</b>	<b>270.102</b>	<b>95,45%</b>
Disponível	270.102	95,45%
Bancos	74	0,03%
Aplicações Financeiras	270.028	95,42%
Realizável	-	0,00%
Valores Pendentes - Devedoras	-	0,00%
▶ <b>Permanente</b>	<b>12.883</b>	<b>4,55%</b>
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	12.883	4,55%
Títulos e Valores	12.883	4,55%
▶ <b>Soma do Ativo Real</b>	<b>282.984</b>	<b>100,00%</b>
Saldo Patrimonial	50.333.719	
Passivo a Descoberto	50.333.719	
Compensado	5.680	
▶ <b>Total do Ativo</b>	<b>50.622.384</b>	

PASSIVO		AV <sup>(2)</sup>
▶ <b>Financeiro</b>	<b>200</b>	<b>0,00%</b>
Depósitos	200	0,00%
Consignações	198	0,00%
Depósitos de Diversas Origens	-	0,00%
Valores Pendentes - Credoras	2	0,00%
▶ <b>Permanente</b>	<b>50.616.503</b>	<b>100,00%</b>
Obrigações Exigíveis Longo Prazo	50.616.503	100,00%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	50.616.503	100,00%
▶ <b>Soma do Passivo Real</b>	<b>50.616.704</b>	<b>100,00%</b>
Compensado	5.680	
▶ <b>Total do Passivo</b>	<b>50.622.384</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ

<sup>(1)</sup> Em conformidade com a Portaria nº 916 de 15/07/2003, atualizadas pelas portarias nºs 1.768/2003 de 22/12/2003 e 66/2005 de 28/01/2005 do Ministério da Previdência Social.

<sup>(2)</sup> Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo / Passivo Real

a parcela do crescimento da dívida decorrente do financiamento de gastos não-financeiros que excedem as receitas não-financeiras.

O Demonstrativo do Resultado Primário integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A Tabela 50 mostra os diversos valores de Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.

Tabela 50		PREVISÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO		
		Em R\$ mil		
ESPECIFICAÇÃO	LDO 2010	Orçamento (LOA) 2010	Execução 2010	
Resultado Primário (I-II)	345.402	474.937	744.513	

Fonte: SICOF/SEFAZ

A Lei Estadual nº 11.482, de 10 de julho de 2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 (LDO) estabeleceu, inicialmente, no seu Anexo II (Metas Fiscais), um Resultado Primário de R\$ 345.402 mil. A Lei Estadual nº 11.630, de 30 de dezembro de 2009, Lei Orçamentária Anual do exercício de 2010, no seu Anexo I (Demonstrativos Orçamentários Consolidados), alterou o valor deste Resultado Primário para R\$ 474.937 mil após ajuste.

A Tabela 51 mostra o Resultado Primário na sua previsão atualizada e valores realizados de forma mais detalhada. O demonstrativo completo está contido nos Anexos deste relatório.

Em 2010, houve um superávit fiscal de R\$ 744.513 mil, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais permitiu a cobertura integral de toda a despesa fiscal, além de gerar um excedente para o pagamento total dos juros e parte da amortização. Este resultado é um indicador de "auto-suficiência" de recursos públicos para cobertura dessas despesas.

Tabela 51

RESULTADO PRIMÁRIO

Em R\$ mil

RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Receitas Primárias Correntes (I)	24.306.692	23.295.670
Receitas Primárias de Capital (II)	1.228.168	585.229
<b>Receitas Fiscais Líquidas (III)=(I+II)</b>	<b>25.534.860</b>	<b>23.880.900</b>

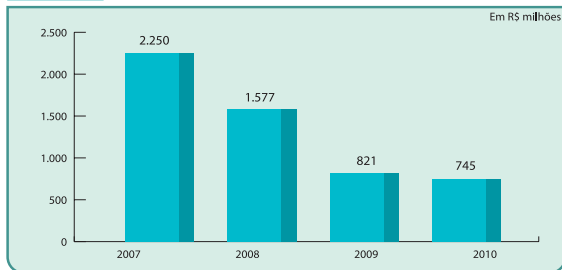
  

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Despesas Executadas
Despesas Primárias Correntes (IV)=(V-VI)	21.976.341	20.992.161
Despesas Correntes (V)	22.491.105	21.502.299
Juros e Encargos da Dívida (VI)	514.764	510.138
Despesas Primárias de Capital (VII = VIII - IX)	3.197.240	2.144.226
Despesas de Capital (VIII)	4.271.039	3.165.694
Amortização da Dívida (IX)	872.510	871.906
Inver. Finan./Concessões de empréstimos	201.289	149.561
Reserva de contingência (X)	19.000	-
Reserva do RPPS (XI)	-	-
<b>Despesas Primárias Líquidas (XII)=(IV+VII+X+XI)</b>	<b>25.192.581</b>	<b>23.136.387</b>
<b>Resultado Primário (III-XII)</b>	<b>342.279</b>	<b>744.513</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

O Gráfico 26 mostra o Resultado Primário corrigido e sempre positivo dos últimos quatro exercícios.

Gráfico 26

RESULTADO PRIMÁRIO CORRIGIDO IGP-DI  
Bahia, 2007-2010

Fonte: SICOF/SEFAZ

## 7.4 RESULTADO NOMINAL

A apuração do Resultado Nominal tem como objetivo medir a evolução da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício. A DCL corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais ativos financeiros. A Tabela 52 mostra a apuração do Resultado Nominal de 2007 a 2010.

A Lei Estadual nº. 11.482, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, estabeleceu inicialmente no seu Anexo II-A1 (Metas Fiscais) um Resultado Nominal de R\$ (665.993) mil. A Lei Estadual nº 11.630, de 30 de dezembro de 2009, alterou essa meta para R\$ (627.537) mil. A meta do resultado nominal indica a variação possível da dívida consolidada líquida.

No ano de 2010, o resultado nominal foi de (R\$ 177.940) mil, indicando uma diminuição da DCL nesse montante.

Tabela 52

RESULTADO NOMINAL

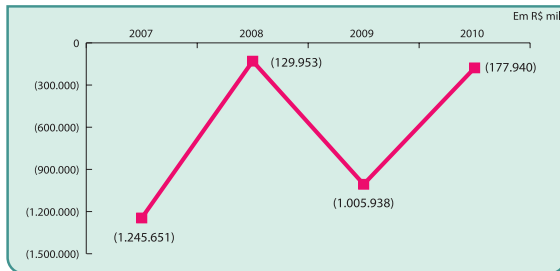
Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010
▶ Dívida consolidada (I)	11.445.125	11.498.748	10.424.316	10.425.936
▶ Deduções (II)	1.074.287	1.257.863	1.189.369	1.368.929
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.302.711	1.751.274	1.303.751	1.666.413
Demais Haveres Financeiros	93.932	102.880	215.352	237.910
(-) Restos a Pagar Processados	(322.356)	(596.291)	(329.734)	(535.394)
▶ Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	10.370.838	10.240.885	9.234.947	9.057.007
▶ Resultado Nominal	(1.245.651)	(129.953)	(1.005.938)	(177.940)

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) Foi deduzido deste grupo de contas o valor referente ao Ativo Disponível do FUNPREV.

Gráfico 27

 RESULTADO NOMINAL  
 Bahia, 2007-2010


Fonte: SICOF/SEFAZ

O Gráfico 27 mostra o Resultado Nominal dos últimos quatro exercícios. Ao longo dos últimos quatro anos, o Estado vem conseguindo reduzir o estoque da dívida contratual, devido às elevadas amortizações, contribuindo assim, para diminuir o montante da DCL.

## ▶ 7.5 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE

Para efeito da aplicação da Emenda Constitucional nº 29, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde, aquelas com pessoal ativo e outras despesas de custeio e de capital, financiadas pelo Estado conforme o disposto nos Artigos 196 e 198, §2º, da Constituição Federal e na Lei nº 8.080/90, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativos, que atendam, simultaneamente, aos seguintes critérios:

- Ser destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;
- Estar em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente federativo;
- Ser de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que com reflexos sobre as condições de saúde.

Além disso, as despesas com ações e serviços de saúde realizada pelos Estados deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do Art. 77, §3º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

No exercício de 2010, o Estado aplicou em saúde 13,77% da receita líquida resultante de impostos e transferências constitucionais e legais, cumprindo, portanto, o limite mínimo de 12%, conforme pode ser observado na Tabela 53.

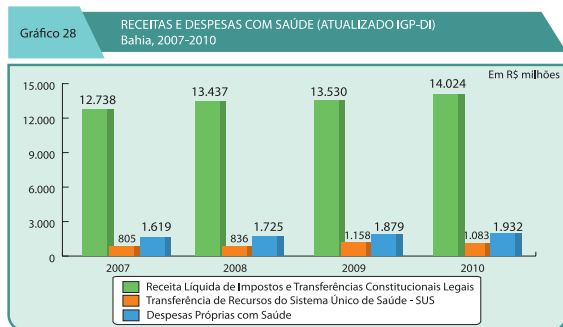
Tabela 53

RECEITAS	Realizadas
▶ <b>Receita Total (exceto as intraorçamentárias)</b>	<b>23.304.307</b>
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.082.879
Receitas de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde	998
Outras Receitas Orçamentárias	10.869.763
(-) Dedução da Receita	(2.673.558)
▶ <b>Receita líquida de impostos e Transferências Constitucionais Legais (I)</b>	<b>14.024.226</b>
DESPESAS	Executadas
▶ <b>Total das despesas com saúde</b>	<b>3.067.179</b>
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	12
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Saúde	1.132.476
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.088.225
Recursos de Operações de Crédito	43.451
Outros Recursos	801
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saúde	3.180
▶ <b>Total das despesas próprias com saúde (II)</b>	<b>1.931.511</b>
<b>Participação das despesas próprias com saúde na receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais - Limite Constitucional: 12% (II/I)</b>	<b>13,77</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

As despesas com saúde totalizaram R\$ 3.067.179 mil, e após as deduções (constituídas de despesas com inativos e pensionistas, recursos do SUS ou com operações de crédito, dentre outros), chega-se ao valor de R\$ 1.931.511 mil, que representa os dispêndios próprios com saúde. Ao longo dos últimos quatro anos verifica-se um crescimento dessa despesa, conforme Gráfico 28.

O Gráfico 28 apresenta os seguintes valores: a Despesa Própria com Saúde, as Transferências de recursos do SUS e a Receita Líquida de Impostos (RLI) juntamente com as Transferências Constitucionais e Legais. Analisando esses números nos exercícios de 2007 a 2010, verifica-se um aumento real na Receita Líquida de Impostos e na Despesa Própria com Saúde.



Fonte: SICOF/SEFAZ

A Tabela 54 mostra as aplicações em Saúde nos últimos quatro anos de acordo com os valores apresentados no Demonstrativo Legal, componente do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Analisando as Despesas Consideradas para fins do Limite Constitucional juntamente com o Percentual Realizado da Receita Resultante de Impostos, percebem-se um

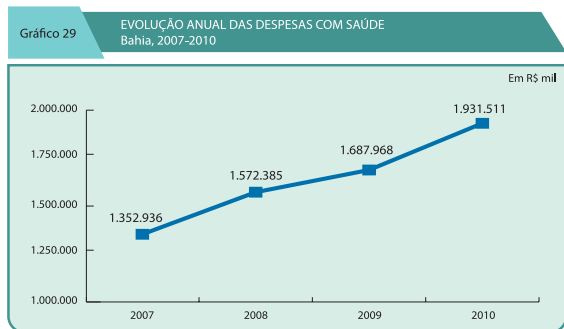
**Tabela 54** DESPESAS ANUAIS COM SAÚDE Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Total da Despesa Considerada para os Limites Constitucionais	1.352.936	1.572.385	1.687.968	1.931.511
Percentual Realizado da Receita Resultante de Impostos	12,71%	12,84%	13,89%	13,77%

Fonte: SICOF/SEFAZ

aumento tanto em termos percentuais como em valores absolutos entre 2007 e 2010, no montante aplicado em saúde.

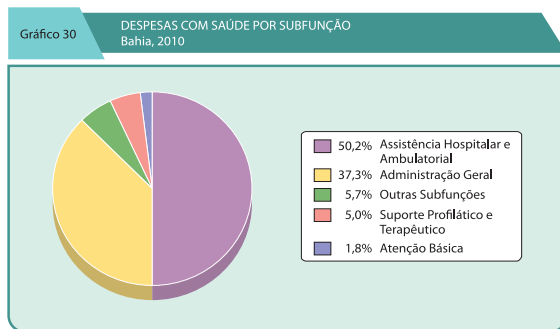
O Gráfico 29 demonstra a evolução da Despesa Total com Saúde nos últimos quatro anos.



Fonte: SICOF/SEFAZ

Para se analisar os gastos com saúde mais profundamente, foi elaborado um gráfico demonstrando as despesas por subfunção.

O Gráfico 30 mostra que a maioria das despesas foram executadas nas sub-funções Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Administração Geral que juntas representam, aproximadamente, 87,5% do total executado no ano.



Fonte: SICOF/SEFAZ

Devido à carência atual existente na Saúde, não só no Estado da Bahia, como também em todo o país, faz-se importante a demonstração dos investimentos realizados pelo Governo Estadual nessa área. A Tabela 55 mostra a execução apenas deste grupo de despesa de capital na função saúde.

Com relação aos investimentos, observa na Tabela 55, que 90,96% dos investimentos foram realizados na subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Nas sub funções – Atenção Básica, e Suporte Profilático e Terapêutico – representaram 6,78% e 2,08%, respectivamente do total.

Continuando a análise dos dispêndios em saúde, foi elaborada a Tabela 56 que demonstra a origem dos recursos utilizados para execução de tais despesas.

Nota-se que dos R\$ 3.148.450 mil das despesas previstas, R\$ 1.913.093 mil (62,49%) foram executados utilizando recursos próprios vinculados à saúde. Para as demais fontes,

destaca-se a Contribuição do Fundo Nacional de Saúde – Prestação de Serviço da Saúde, com valor de R\$ 1.061.404 mil, representando 34,67% do total.

**Tabela 55** DESPESAS COM INVESTIMENTOS EM SAÚDE Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	Orçado Atual	Executado	AV <sup>(1)</sup>
<b>SAÚDE</b>	<b>159.298</b>	<b>125.407</b>	
▶ Investimentos	159.298	125.407	100,00%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	142.225	114.075	90,96%
Atenção Básica	8.819	8.508	6,78%
Suporte Profilático e Terapêutico	4.397	2.614	2,08%
Formação de Recursos Humanos	3.485	-	0,00%
Saneamento Básico Rural	124	124	0,10%
Demais Investimentos	248	86	0,07%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) AV - Análise Vertical - Porcentagem do item em relação ao total.

**Tabela 56** DESPESAS COM SAÚDE POR FONTE DE RECURSOS Em R\$ mil

FONTE DE RECURSOS	Orçado Atual	Executado	AV <sup>(1)</sup>
▶ <b>SAÚDE</b>	<b>3.148.450</b>	<b>3.061.501</b>	<b>100%</b>
Fontes do Tesouro	1.943.756	1.913.093	62,49%
Operações de Crédito	44.000	43.451	1,42%
Recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Funccep	-	-	0,00%
Recursos de Convênios	1.735	801	0,03%
Recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) - Convênio	57.383	24.967	0,82%
Contribuição do FNS/Prest. de Serv. da Saúde	1.079.213	1.061.404	34,67%
Recursos de Transferências do FNS para o Fesba	3.120	1.854	0,06%
Outras Fontes	19.244	15.932	0,52%

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) AV - Análise Vertical - Porcentagem do item em relação ao Total de Despesas com Saúde Executado

Nota: Nesta tabela não foram incluídas despesas com juros.

## 7.6 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e de receitas vinculadas ao ensino; as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino por vinculação de receita; as perdas ou ganhos nas transferências do FUNDEB; o cumprimento dos limites constitucionais e as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino por subfunção.

Este demonstrativo não está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, entretanto, a sua publicação, juntamente com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, é exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O Art. 212 da Constituição Federal determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, anualmente, em educação, nunca menos de 25% da Receita Líquida Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais. O Estado da Bahia cumpriu esse limite, aplicando aproximadamente 26,62% desta receita, ou seja, R\$ 3.733.797 mil.

A Tabela 57 apresenta os dados referentes aos recursos públicos destinados à educação.

Tabela 57 RECEITAS E DESPESAS COM EDUCAÇÃO			
Em R\$ mil			
ESPECIFICAÇÃO	Valor	Percentual Realizado (%)	Limite Permitido (%)
Receita Resultante de Impostos	14.024.226	-	-
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.733.797	26,62%	25,00%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	1.540.416	80,13%	60,00%

Fonte: SICOF/SEFAZ

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão destinar não menos de 60% da parcela da Receita Líquida Resultante de Impostos destinada à educação (25% da RLI) para as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

Com relação ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério, deverá ser aplicada uma proporção não inferior a 60% dos recursos vinculados ao FUNDEB. A tabela 57 mostra que o Estado cumpriu esse limite, aplicando R\$ 1.540.416 mil, correspondendo a 80,13%. Desse modo, somente com a remuneração do magistério do ensino fundamental, o Governo aplicou todo o montante recebido das Transferências Multigovernamentais do FUNDEB e mais uma quantia de recursos próprios.

A Tabela 58 mostra as aplicações em Educação nos últimos quatro anos de acordo com os valores apresentados no Demonstrativo Legal, componente do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Tabela 58 DESPESAS ANUAIS COM EDUCAÇÃO				
Em R\$ mil				
ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Total da Despesa Considerada para os Limites Constitucionais	2.879.428	3.392.055	3.332.769	3.733.797
▶ Percentual Realizado da Receita Resultante de Impostos	27,06%	27,69%	27,42%	26,62%

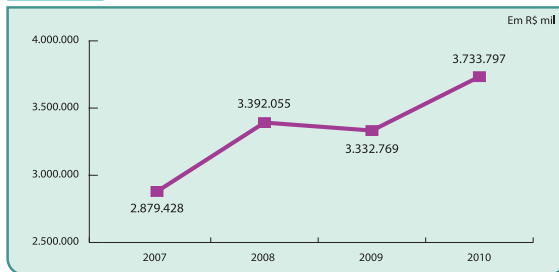
Fonte: SICOF/SEFAZ

Analisando as Despesas Consideradas para fins do Limite Constitucional juntamente com o Percentual Realizado da Receita Resultante de Impostos, percebem-se decréscimos do percentual entre 2007 e 2010.

O Gráfico 31 demonstra a evolução da Despesa Total com Educação nos últimos quatro anos.

As Despesas apuradas com Educação também podem ser apresentadas segundo a subfunção da despesa. De acordo com a Tabela 59, a maioria dos dispêndios ocorreu com Ensino Médio (38,82%), Ensino Fundamental (22,61%) e Ensino Superior (14,58%).

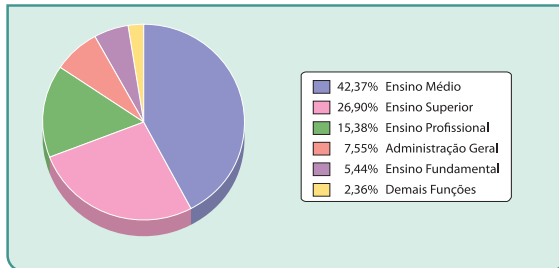
Gráfico 31

 EVOLUÇÃO ANUAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO  
 Bahia, 2007-2010


Fonte: SICOF/SEFAZ

A análise dos investimentos em educação é demonstrada no Gráfico 32. As subfunções Ensino Médio e Ensino Superior foram as que receberam a maior parte dos investimentos, 69,28% do total de R\$ 94.817 mil.

Gráfico 32

 INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÃO  
 Bahia, 2010


Fonte: SICOF/SEFAZ

Tabela 59

DESPESAS COM EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2010	AV (1)
<b>Secretaria da Educação</b>	<b>3.393.475</b>	<b>100%</b>
Educação	3.393.475	99,66%
Ensino Médio	1.321.936	38,82%
Ensino Fundamental	769.986	22,61%
Ensino Superior	496.456	14,58%
Administração Geral	366.978	10,78%
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	104.438	3,07%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	98.102	2,88%
Alimentação e Nutrição	89.634	2,63%
Ensino Profissional	55.979	1,64%
Educação de Jovens e Adultos	38.191	1,12%
Tecnologia da Informatização	24.648	0,72%
Outras Subfunções	27.126	0,80%
<b>Secretaria da Fazenda</b>	<b>3.118</b>	<b>0,09%</b>
Educação	3.118	0,09%
Ensino Superior	3.118	0,09%
<b>Secretaria de Segurança Pública</b>	<b>245</b>	<b>0,01%</b>
Educação	245	0,01%
Ensino Fundamental	245	0,01%
<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR</b>	<b>8.271</b>	<b>0,24%</b>
Educação	8.271	0,24%
Administração Geral	6.501	0,19%
Ensino Médio	1.770	0,05%
<b>Total das Despesas com Educação</b>	<b>3.405.108</b>	<b>100%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

(1) AV - Análise Vertical - Porcentagem do item em relação ao Total de Despesas com Educação Executado



## FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional nº. 3, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, sendo iniciada a sua implantação em 1º de janeiro de 2007. Essa implantação foi realizada de forma gradual, alcançando a plenitude em 2009, quando o Fundo passou a funcionar com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem alcançaram o patamar de 20% de contribuição.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que financiava apenas o ensino fundamental.

Um dos objetivos do FUNDEB é universalizar o atendimento à educação básica, a partir da redistribuição equitativa de recursos entre o estado e seus municípios. O Fundo estabelece um valor mínimo por aluno, com valores diferenciados por etapa e modalidade de ensino da educação básica de todo o País.

O FUNDEB é composto pelo resultado da aplicação da alíquota de (20%) sobre: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPlexp) e a desoneração das exportações prevista na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD), Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR) e Complementação da União ao Fundo.

Quanto à subvinculação de recursos destinados à valorização do magistério, no mínimo 60% dos recursos repassados a estados e municípios deverão ser aplicados na remuneração do magistério e o restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública.

### ▶ 7.7 DESPESA COM PESSOAL

O Art. 169 da Constituição Federal estabelece que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

A LRF, no seu Art. 19, fixa o limite da despesa total com pessoal, em percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL, sendo que para os Estados o limite global é 60%. O Art. 20 determina a repartição desse limite global entre os poderes, cujos valores na esfera estadual são: 3,4% para o Legislativo (mais 0,4% por conta do TCM); 6% para o Judiciário; 48,6% para o Executivo (menos 0,4% por conta do TCM) e 2% para o Ministério Público do Estado. O mesmo diploma normativo estabelece no seu Art. 22, limites prudenciais correspondentes a 95% dos limites anteriores.

Em 2010, o Estado da Bahia comprometeu 52,54% de sua RCL com pessoal, percentual inferior ao limite máximo permitido pela LRF. A Tabela 60 mostra um resumo do comprometimento da RCL com a despesa de pessoal dos poderes e órgãos e seus respectivos limites.

O Gráfico 33 mostra a evolução percentual das despesas com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, referente ao período de 2007 a 2010, nos moldes da metodologia empregada pela LRF.

Tabela 60

DESPESAS COM PESSOAL X RCL

Em R\$ mil

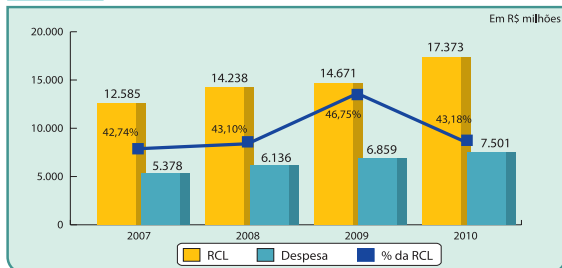
PODER	Valor	Percentual Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo
Executivo	7.500.814	43,18	46,17	48,60
Legislativo	442.594	2,55	3,23	3,40
Tribunal de Contas do Estado	129.632	0,75	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	87.541	0,50	0,54	0,57
Assembléia Legislativa	225.420	1,30	1,83	1,93
Judiciário	920.656	5,30	5,70	6,00
Ministério Público	263.934	1,52	1,90	2,00
<b>► TOTAL</b>	<b>9.127.998</b>	<b>52,54</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

Nota: RCL - Receita Corrente Líquida do exercício foi de R\$ 17.372.551 mil

Gráfico 33

DESPESAS COM PESSOAL X RCL  
Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

## ► 7.8 DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Tabela 61 mostra as Disponibilidades de Caixa do Estado e em separado, as do FUNPREV/BAPREV comparando com os Restos a Pagar.

Em 2010, a disponibilidade de caixa de R\$ 1.725.277 mil supera o valor das obrigações financeiras de curto prazo do Estado, (com a exclusão do FUNPREV e do BAPREV), que totalizavam R\$ 724.000 mil.

A relação disponibilidade de caixa/obrigações financeiras teve uma situação confortável, pois toda obrigação financeira de curto prazo, gerada em 2010, possuía contrapartida no caixa estadual. O Estado encerrou o exercício com uma suficiência de caixa de R\$ 1.015.474 mil.

Tabela 61		DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Em R\$ mil
ATIVO			Valor
Ativo disponível do Estado (I)			1.995.378
Ativo disponível do FUNPREV e do BAPREV (II)			270.102
Ativo disponível líquido (III) = (I - II)			1.725.277
Insuficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados (IV)			-
<b>▶ Total (V) = (I + IV)</b>			<b>1.995.378</b>
PASSIVO			Valor
Obrigações financeiras do Estado (VI)			724.198
Obrigações financeiras do FUNPREV e do BAPREV (VII)			198
Obrigações financeiras líquidas (VIII) = (VI - VII)			724.000
Suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados (IX) = (I-VI)			1.271.180
<b>▶ Total (X) = (VI + IX)</b>			<b>1.995.378</b>
Inscrição em restos a pagar não processados (XI)			255.706
<b>▶ Suficiência após a inscrição em restos a pagar não processados (XII) = (IX - XI)</b>			<b>1.015.474</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ

## ▶ 7.9 RESTOS A PAGAR

O Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão apresenta os valores inscritos, pagos e a pagar, e possibilita o acompanhamento efetivo dos Restos a Pagar.

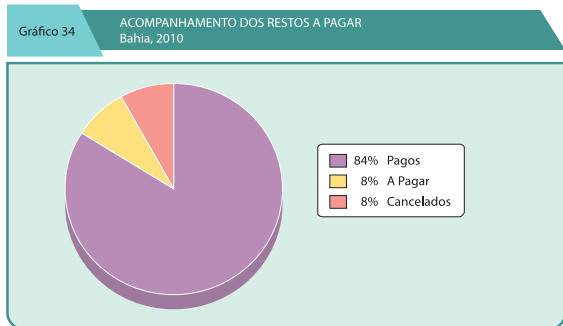
Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas (Lei 4.320/64, art. 36). As despesas que ainda não concluíram o estágio da liquidação são inscritas em restos a pagar não processados.

A Tabela 62 evidencia o acompanhamento dos Restos a Pagar, durante o exercício de 2010 de forma resumida.

Tabela 62		RESTOS A PAGAR (ACOMPANHAMENTO EM 2010)				Em R\$ mil
RESTOS A PAGAR	Inscritos até 31 de dez de 2009	Cancelados	Pagos	A pagar		
PROCESSADOS	303.111	6.222	266.989	29.900		
NÃO PROCESSADOS	140.660	28.501	108.678	3.481		
<b>▶ TOTAL</b>	<b>443.770</b>	<b>34.723</b>	<b>375.667</b>	<b>33.380</b>		

Fonte: SICOF/SEFAZ

Até 2009 foram inscritos R\$ 443.770 mil em Restos a Pagar Processados e Não Processados. Deste valor, foram pagos 84%, cancelados 8% e ficaram a pagar 8%, demonstrados no Gráfico 34.



Fonte: SICOF/SEFAZ

## ▶ 7.10 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS PELO ESTADO

A Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro 2004, estabeleceu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública, aplicando-se aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No Estado da Bahia, o Programa de Parcerias Público-Privadas foi instituído pela Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, que traz grandes semelhanças com o texto da Lei Federal. Entretanto, existe uma grande divergência entre os dois normativos: a legislação federal estabeleceu um limite de até 1% da Receita Corrente Líquida com as despesas

de caráter continuado derivadas das PPPs, que, se superado, sujeitará o ente federado ao não recebimento de transferências voluntárias ou concessão de garantia pela União. De acordo com a legislação estadual os gastos com PPPs que vierem a depender de recursos do Tesouro Estadual serão limitados ao percentual de até 5% da Receita Corrente Líquida.

O Manual do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, aprovado pela Portaria do STN nº 587, de 29 de agosto de 2005, passou a exigir ao final de cada exercício, a partir de 2006, a publicação do Anexo XVII – Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas, que tem como finalidade aferir o limite imposto pela Legislação Federal, ou seja, verificar se as despesas decorrentes dos contratos de parcerias público-privadas, custeados com recursos do Tesouro Estadual, excederam a 1% da Receita Corrente Líquida no exercício de referência e para a projeção nos próximos nove exercícios. A Tabela 63 evidencia que o Estado cumpriu esse limite legal.

Tabela 63		PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS CONTRATADAS PELO ESTADO										Em R\$ mil
DESPESAS CONTRATADAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Do Ente Federado	-	18.817	103.500	103.500	200.060	200.060	200.060	200.060	200.060	200.060	200.060	
Das Estatais Não-Dependentes	-	-	27.080	40.620	40.620	40.620	40.620	40.620	40.620	40.620	40.620	
TOTAL DAS DESPESAS	-	18.817	130.580	144.120	240.680	240.680	240.680	240.680	240.680	240.680	240.680	
▶ RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	14.671.427	17.372.551	18.936.080	19.587.481	20.261.291	20.958.279	21.679.244	22.425.010	23.196.430	23.994.388	24.819.795	
▶ TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,11	0,55	0,53	0,99	0,95	0,92	0,89	0,86	0,83	0,81	

FONTE: Secretaria Executiva das Parcerias Público Privadas

NOTAS:

a) **ESTATAL NÃO DEPENDENTE.** Contrato de concessão administrativa nº 427/2006, celebrado no dia 27/12/2006, visando a Construção e Operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, que compreende a ampliação da Estação Elevatória do Sabeiro, implantação de Linhas de Recalque, construção de Estação de Condicionamento Prévio e implantação dos Emissários Terrestre e Submarino. A Concessionária Jaguaribe S/A, empresa contratada por prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA de 18 (dezoito) anos, sendo o prazo para a execução das obras de 2 (dois) anos mais um mês de pré-operação. O valor da contraprestação mensal R\$ 3.385 milhões, em 183 parcelas num valor total R\$ 619,46 milhões. O início das obras se deu no mês de junho de 2008 estimando-se, nesta data, o início das operações para dezembro de 2010, com início do pagamento das Contraprestações a partir de fevereiro de 2011, devido a um mês adicional de pré-operação. Saliente-se que, por se tratar de estatal não dependente, não deverão ser contabilizadas as despesas para fins de comprometimento da receita corrente líquida do Estado conforme preconiza Lei existente.

b) **ENTE FEDERADO.** Dois contratos celebrados até esta data: 1) Contrato de concessão administrativa n. 02/2010, celebrado em 21/01/2010, visando a reconstrução e operação do Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), que compreende a demolição e reconstrução de estádio de futebol que sediará jogos da COPA 2014. A Concessionária Fonte Nova Negócios e Participações S.A, contratada pelo período de 35 (trinta e cinco) anos, sendo de 3 (três) anos o prazo para execução das obras, estando previsto o início do pagamento das contraprestações mensais de R\$ 8.046.666,67 (o valor original da parcela de R\$ 8.943.333,33 foi reduzido em função reequilíbrio contratual) para janeiro de 2013, que deverão ser adimplidas pelo período de 15 anos. 2) Contrato de concessão administrativa para gestão e operação de unidade hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, celebrado em maio de 2010, com o Consórcio PRODAL. As contraprestações são devidas a partir do início das operações da unidade, que se deu em 14 de setembro de 2010, com pagamento em outubro de 2010. Nos três primeiros meses de operação, os pagamentos serão limitados a 80% do valor máximo da contraprestação devida pelo estado, fixada em R\$ 8.625.000,00, sendo que, no 1º mês o pagamento se deu de forma proporcional aos dias de operação da unidade.

## ► 7.11 GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

A Tabela 64 evidencia a relação percentual entre o saldo das garantias concedidas pelo Estado da Bahia, discriminadas em externas e internas, e a RCL, bem como suas contragarantias.

Tabela 64

### DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Em R\$ mil

Garantias	Saldo do Exercício
EXTERNAS (I)	1.200
Aval ou fiança em operações de crédito	1.200
Outras garantias	-
INTERNAS (II)	93.499
Aval ou fiança em operações de crédito	1.899
Outras garantias	91.600
► Total das Garantias (I + II)	94.699
► Receita Corrente Líquida - RCL	17.372.551
► % do Total das Garantias sobre a RCL	0,55%
► Limite Definido por Resolução nº 43 do Senado Federal - 22%	3.821.961

Contragarantias	Saldo do Exercício
GARANTIAS EXTERNAS (I)	1.300
Aval ou fiança em operações de crédito	1.300
Outras garantias	-
GARANTIAS INTERNAS (II)	100.057
Aval ou fiança em operações de crédito	100.057
Outras garantias	-
► Total das Contragarantias (I + II)	101.357

Fonte: SEFAZ/SICOF

A concessão de garantia consiste no compromisso de adimplência de obrigação financeira, decorrente da contratação de operações de créditos, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia pela entidade ou órgão que contraiu a obrigação, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear, relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

- Não será exigida contragarantia de Órgãos e Entidades do próprio ente; e
- a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, consistirá na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

O Art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, determina que o saldo global das garantias concedidas pelos Estados não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, podendo este limite ser elevado para até 32% (trinta e dois por cento), conforme critérios estabelecidos nesta Resolução.

As garantias concedidas pelo Estado da Bahia, ao final de 2010, comprometeram 0,55% da RCL.

## ► 7.12 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Tabela 65 demonstra a relação percentual entre a receita proveniente da contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da receita orçamentária, e a RCL.

O Inciso I do Art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001 determina que o montante global das operações de crédito realizadas num exercício financeiro não poderá exceder a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida. As operações de crédito realizadas em 2010 comprometeram 3,75% da RCL.

Tabela 65		OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Em R\$ mil
<b>Receitas de Capital</b>			<b>Realizadas até 2010</b>
▶ Operações de Crédito (I)			<b>652.242</b>
Internas			472.332
Externas			179.910
▶ Antecipação de Receita Orçamentária (II)			-
▶ Total das Operações de Crédito (I + II)			<b>652.242</b>
▶ Receita Corrente Líquida - RCL			<b>17.372.551</b>
▶ % das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL			<b>3,75%</b>
▶ % das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária sobre a RCL			-
▶ Limite Definido por Resolução do SF nº 43 para as Operações de Crédito Internas e Externas			<b>2.779.608</b>
▶ Limite Definido por Resolução do SF nº 43 para as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária			<b>1.216.079</b>

Fonte: SEFAZ/SICOF

Já com relação às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, o mesmo instrumento legal no seu Art. 10, determina um comprometimento de no máximo 7% em relação a RCL. O Estado não utilizou essa modalidade de operação de crédito durante o exercício de 2010.

A Tabela 65 permite verificar o cumprimento da "Regra de Ouro", prevista no Inciso III, do Art. 167, da Constituição Federal: "é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidades precisas, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta". As despesas de capital no valor de R\$ 3.165.694 mil (empenhado) excederam as receitas de operações de crédito, que apresentaram um valor de R\$ 652.242 mil, o equivalente a 20,60% das despesas de capital.

## ▶ 7.13 DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Consolidada – DC em 2010 alcançou o montante de R\$ 10.425.936 mil, e a Dívida Consolidada Líquida – DCL o equivalente a 0,52 da Receita Corrente Líquida (RCL), portanto, dentro do limite máximo de duas vezes a RCL, estabelecida pela Resolução nº. 40/01 do Senado Federal.

A redução da relação DCL/RCL em comparação com o exercício anterior explica-se pelo crescimento da RCL, apesar do discreto aumento nominal do estoque da dívida em relação a 2009, conforme demonstrado na Tabela 66.

Analisando os quatro últimos exercícios, percebe-se uma redução da DC na faixa de um bilhão de reais, e uma redução da relação DCL/RCL na ordem de 37% ao se comparar com o ano de 2007. Índices bastante significativos para o período.

Apesar dos altos valores de receita de operações de crédito ingressados nos cofres públicos, houve um discreto incremento nominal da dívida consolidada de 0,02% (tabela 67). Aplicando o IGP-DI do período, verifica-se que houve uma redução real no estoque de dívida de 10,14%. Essa redução expressiva se deve a dois fatores: as amortizações e a variação cambial.

Em 2010, foram amortizados R\$ 926 milhões. Considerando-se que a receita de operações de crédito no mesmo período foi de R\$ 652 milhões, tem-se uma amortização líquida de R\$ 274 milhões, demonstrando o esforço de redução do endividamento do Estado. Houve, também, R\$ 136 milhões amortizados por dívidas não integrantes do orçamento do Tesouro.

A desvalorização do dólar (4,31%) e de outras moedas estrangeiras provocou uma redução de R\$ 99 milhões no estoque, vez que 23,93% (ver gráfico 35) da dívida referem-se a contratos em moeda americana.

Já a atualização monetária dos demais contratos indexados ao IGP-DI (46,55%) e TR (16,92%), dentre outros, elevou em R\$ 511 milhões o estoque da Dívida Pública. Somente

Tabela 66

## DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2007		2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
▶ Externa	1.531.564	13	1.921.763	17	2.041.427	20	1.966.082	19
BID	771.310	7	941.906	8	1.388.975	13	1.270.691	12
BIRD	633.421	6	787.064	7	520.715	5	560.557	5
OUTROS	126.834	1	192.793	2	131.737	1	134.834	1
▶ Interna	9.491.484	83	9.108.792	79	7.889.765	76	8.016.005	77
TESOURO NACIONAL <sup>(1)</sup>	8.066.077	70	7.637.903	66	6.593.770	63	6.514.781	62
BANCOS FEDERAIS	1.097.927	10	1.160.305	10	1.060.373	10	1.352.288	13
OUTROS	327.481	3	310.583	3	235.622	2	148.936	1
▶ Precatórios Vencidos e Não Pagos <sup>(2)</sup>	422.076	4	468.193	4	493.124	4	443.850	4
▶ Dívida Consolidada	11.445.125		11.498.748		10.424.316		10.425.936	
(-) Deduções <sup>(3)</sup>	1.074.288		1.260.396		1.189.369		1.368.929	
▶ Dívida Consolidada Líquida	10.370.837		10.238.352		9.234.947		9.057.007	
RCL	12.584.607		14.237.786		14.671.427		17.372.551	
▶ DCL/RCL	0,82		0,72		0,63		0,52	

FONTE: SICOF / SEFAZ

(1) Inclui parcelamento de encargos sociais (INSS, PASEP) da administração direta e indireta

(2) Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000, em conformidade com LC 101/00.

(3) Ativo Disp., Haveres Financ., (-) Restos a Pagar Processados e Serviço da Dívida a Pagar - Encargos.

Tabela 67

VARIAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Em R\$ milhões

Histórico	Valor	%
▶ SALDO DEVEDOR EM 31/12/2009 (a)	10.424	100
Novos ingressos	652	6,26
Amortizações de outras dívidas <sup>(1)</sup>	(136)	(1,30)
Variação cambial	(99)	(0,95)
Atualização monetária	511	4,90
(-) Amortizações	(926)	(8,89)
▶ TOTAL (b)	2	0,02
▶ SALDO DEVEDOR EM 31/12/2010 (a+b)	10.426	100,02

Fonte: SDP / SEFAZ

(1) Refere-se à soma de amortizações de Precatórios, Urbis (Tributos Federais), URV EMBASA, URV Poder Judiciário e Seguro Habitacional Urbis.

o IGP-DI foi responsável por R\$ 450 milhões da atualização monetária. Estes índices registraram taxas de 11,31% e 0,69%, respectivamente.

O Gráfico 35 evidencia a composição percentual das moedas e índices contratuais no estoque da dívida pública, destacando-se o IGP-DI, TR e DÓLAR, que somados representam 87,40% desse total.

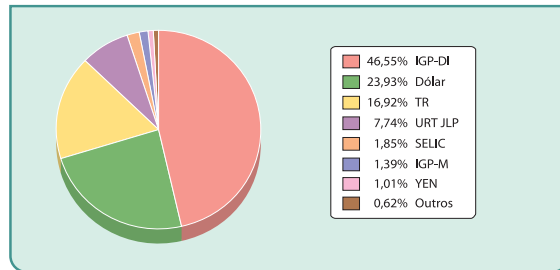
Vale salientar que houve um aumento de 215% na participação do índice URTJLP na composição da dívida pública que em 2009 era de 3,60%

O Gráfico 36 demonstra a composição da dívida por credor. Nota-se a relevante participação do Tesouro Nacional, em virtude, principalmente, dos refinanciamentos no amparo da Lei nº 8.727/93 e da Lei nº 9.496/97.

Os empréstimos externos são contraídos junto a organismos multilaterais ou bilaterais de crédito, e os internos, em instituições financeiras oficiais federais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e BNDES).

Gráfico 35

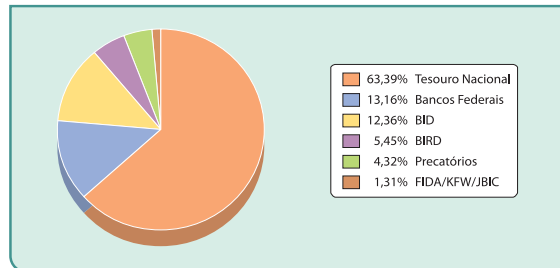
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA POR MOEDA/ÍNDICE Bahia, 2010



Fonte: SDP/SEFAZ

Gráfico 36

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA POR CREDOR Bahia, 2010



Fonte: SDP/SEFAZ



Tais recursos co-financiam investimentos, de acordo com as prioridades do governo, nas áreas de educação, saúde, transporte, turismo, moradia, saneamento, entre outros.

Resalte-se que não há operações de crédito junto a bancos privados, nem por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

A despesa orçamentária com o serviço da dívida no exercício atingiu o montante empenhado de R\$ 1.382 milhões. Desses, R\$ 510 milhões correspondem a juros e encargos e R\$ 872 milhões a amortização do principal. Estão excluídos da amortização R\$ 49 milhões do parcelamento do INSS e PASEP, R\$ 21 milhões do Seguro Habitacional Urbis e R\$ 136 milhões em dívidas que não integram o orçamento da Diretoria do Tesouro – DEPAT.

A Resolução do Senado Federal de nº. 43/2001, alterada pela Resolução de nº. 47/2008 estabelece, em seu artigo 7º, inciso II, o limite de 11,5% da RCL para pagamento dos dispêndios com a dívida pública. O parágrafo 4º daquele artigo dispõe que o cálculo do comprometimento levará em consideração a média anual da relação entre as obrigações previstas e a receita corrente líquida projetada *para todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida*. Ainda reportando-se ao artigo 7º, o parágrafo 8º preceitua que essa regra não é aplicável caso a contratação esteja pre-

vista na regra de excepcionalidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). As operações de crédito que o Estado vem realizando estão incluídas no PAF, razão pela qual tem obtido autorização da União para contratá-las. O Estado da Bahia cumpriu o limite (capacidade de pagamento) em 2010 preceituado na legislação, obtendo o percentual de 2,51% da RCL.

No exercício de 2010, o serviço da dívida comprometeu 8,0% da RCL, conforme o Gráfico 37.

Verifica-se uma queda da relação percentual do serviço da Dívida Pública com a RCL, no período de 2007 a 2010, sendo esta redução acentuada nos dois últimos períodos. Para os exercícios seguintes projetam-se reduções, porém de forma menos significativa.

Toda a dívida contratual do Estado da Bahia é garantida (dívida interna) ou contra garantida (dívida externa) pelo Tesouro Estadual através da vinculação de receitas provenientes das cotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE.

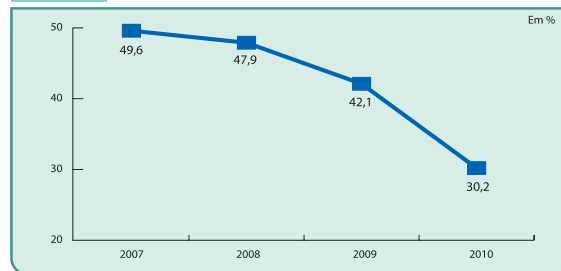
Pode-se inferir, a partir do Gráfico 38, que a média do comprometimento do FPE com o volume de dispêndios anuais foi de 42,5% nos últimos quatro anos. No ano de 2010 o Estado teve capacidade de pagar mais de três vezes o seu serviço da dívida com tal receita.

**Gráfico 37** EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS DISPÊNDIOS EM RELAÇÃO À RCL Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

**Gráfico 38** COMPROMETIMENTO DO FPE COM O MONTANTE DOS DISPÊNDIOS Bahia, 2007-2010



Fonte: SICOF/SEFAZ

A Receita de Operações de Crédito, no período, destinou-se aos investimentos, conforme demonstrado na Tabela 68.

Observa-se que os ingressos de recursos no período concentraram-se principalmente nas Funções Administração e Transporte com 90,63% do total de liberação. Os

demais ingressos apresentaram baixo volume, principalmente por já se encontrarem em fase final de execução.

Foram contratadas no período seis novas operação de crédito (tabela 69). Uma externa referente ao Programa de Redução da Pobreza Rural no interior da Bahia

Tabela 68 RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR FUNÇÃO DE GOVERNO					Em R\$ mil
Função de Governo	Ag. Financeiro	Programas	Liberação	AV <sup>(1)</sup>	
ADMINISTRAÇÃO	BNDES	PROG. EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO	446.706	68,49%	
TRANSPORTE	BIRD	PREMAR	144.377	22,14%	
SANEAMENTO/HABITAÇÃO	CEF	PROMORADIA	16.055	2,46%	
AGRICULTURA	FIDA	TERRA DE VALOR	13.693	2,10%	
SANEAM./HABIT./ASSIST. SOCIAL	BIRD	VIVER MELHOR II	11.662	1,79%	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	BNB	PRODETUR	9.571	1,47%	
ADMINISTRAÇÃO	BID	PROMOSEFAZ II	6.974	1,07%	
AGRICULTURA	BIRD	PRODUZIR	1.308	0,20%	
SAÚDE	BIRD	SAÚDE	998	0,15%	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	BID	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	898	0,14%	
<b>TOTAL</b>			<b>652.242</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: SDP/SEFAZ

(1) AV - Análise Vertical. Participação do item no total

Nota: houve ingresso de recurso independente da execução orçamentária no valor de R\$ 1.926 mil referente ao programa Promoradia (R\$ 1.301) e Bahia Segura (R\$ 625).

Tabela 69 OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS EM 2010							Em R\$ mil
Projeto	Valor	Data de Assinatura	Agente Financeiro	Órgão Executor	Finalidade		
PEF I-B	R\$ 183.279	24/03/2010	BNDES	SECRETARIAS ESTADUAIS	Prog. Emergencial de Financiamento		
PEF II	R\$ 563.772	01/07/2010	BNDES	SECRETARIAS ESTADUAIS	Prog. Emergencial de Financiamento		
PRÓ-TRANSPORTE	R\$ 541.800	26/08/2010	CEF	SEDUR	Mobilidade Urbana		
PMAE GESTÃO	R\$ 9.905	12/11/2010	BNDES	PGE	Modernização da Proc. Geral do Estado		
PRODUZIR III	US\$ 30.000	09/12/2010	BIRD	SEDIR	Pobreza Rural no Interior da Bahia		
PROCOPA ARENAS	R\$ 323.629	29/12/2010	BNDES	SETRE	Construção e Reforma de Estádio		

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPIB

– PRODUIZIR III, no valor total de US\$ 30 milhões, e cinco internas, onde duas se referem ao Programa Emergencial de Financiamento – PEF no valor total de R\$ 747 milhões, Programa de Mobilidade Urbana – PRÓ-TRANSPORTE no valor de R\$ 542 milhões, Modernização da Procuradoria Geral do Estado – PMAE GESTÃO no valor de R\$ 9,9 milhões e Construção do Estádio Arena Fonte Nova – PROCOPA ARENAS no valor de R\$ 324 milhões. Desse total contratado, 27% do recurso já foram liberados.

#### ▶ 7.14 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), firmado em 18/09/98, entre o Governo Federal e o Estado da Bahia, no âmbito da Lei Federal nº 9.496/97, da Resolução do Senado Federal nº 31/98 e do contrato nº 006/97 STN/COAFI, de 01/12/97, objetiva a manutenção do equilíbrio fiscal assim como da estabilidade macroeconômica.

O Programa mantém critérios, definições e metodologias de apuração, projeção e avaliação próprias, que não convergem com os critérios e definições basilares consagrados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, embora não sejam conflitantes. Assim, o Programa analisa apenas a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta dos recursos das fontes do Tesouro Estadual, não adotando o conceito de "ente" da Lei Complementar n.º 101/2000.

A cada ano é avaliado o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior. Também anualmente poderá ser realizada a atualização de metas para um novo triênio. Estes procedimentos deverão ser observados enquanto perdurar o contrato de refinanciamento.

O Governo da Bahia efetuou a décima revisão do PAF, em 07/06/2010, onde se propôs a adotar ações que possibilitem alcançar metas e compromissos relativos ao triênio 2010 a 2012.

As metas estabelecem a dívida financeira, o resultado primário, a despesa com funcionalismo público, as receitas de arrecadação própria, outras despesas correntes e investimentos. No sistema de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida, outras despesas correntes e investimentos são analisados com relação à Receita Líquida Real, enquanto a despesa de pessoal é relacionada com a Receita Corrente Líquida. As demais metas são definidas por valores constantes pactuados durante a negociação do PAF.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, oficializou a certificação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos, referente ao exercício de 2009.

## 8. GLOSSÁRIO

### Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### Ativo Financeiro

Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores numerários.

### Ativo Real

É a soma do ativo financeiro com o ativo permanente.

### Ativo Real Líquido

Ocorre quando o ativo real é maior que o passivo real.

### Autarquia

Entidade administrativa de Direito Público Interno, criada por lei para desenvolver atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

### Balanço Financeiro

Demonstra a Receita e a Despesa Orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugando-se os ingressos com os saldos em espécie do disponível e do vinculado em conta corrente bancária do exercício anterior, e os dispêndios com os saldos dos referidos subgrupos do Ativo Financeiro, transferidos para o exercício seguinte.

### Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas e executadas evidenciando as diferenças entre elas.

### Balanço Patrimonial

Demonstra num determinado momento, a situação econômica e financeira do patrimônio público bem como os atos administrativos que possam vir a afetá-lo.

### Classificação por Categoria Econômica

Agrupamento das receitas e despesas orçamentárias em correntes e de capital, com o objetivo de propiciar informações de caráter macroeconômico, ou seja, sobre os efeitos dos gastos do governo na economia, e destinadas aos respectivos acompanhamentos e controle administrativo e gerencial.

### Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; a restituição de receitas contínuas (tributos, aluguéis e outros) recebidos a maior ou indevidamente; os recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente e a renúncia de receita contabilizada.

### Concessão Administrativa

É o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens (Lei 11.079 de 30.12.2004).

### Concessão Patrocinada

É a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. (Lei n. 11.079 de 30.12.2004)

### Contas de Interligação de Sistemas

São contas cujo objetivo é registrar as operações do Sistema Financeiro que afetaram o Sistema Patrimonial, sendo, portanto, elemento de ligação entre os dois Sistemas.

### Contas de Interligação de Unidades

São contas cujo objetivo é registrar as transferências de créditos recebidas entre unidades orçamentárias e ou gestoras que não apresente liberação de recurso; e também registrar os repasses, sub-repasses e transferências de recursos financeiros realizados para as unidades orçamentárias e destas para as unidades gestoras, no âmbito da administração Estadual.

### Créditos Adicionais

Autorizações de despesas públicas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual. Classificam-se em suplementar, especial e extraordinário.

### Deduções da Receita Pública

São recursos arrecadados que não pertencem ao arrecadador, não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob a responsabilidade do ente arrecadador.

### Déficit de Capital

Ocorre quando a despesa de capital é maior que a receita de capital.

### Déficit Financeiro no Balanço Financeiro

Ocorre quando no Balanço Financeiro, o saldo que passa para o exercício seguinte é menor que o saldo do exercício anterior.

### Déficit Financeiro no Balanço Patrimonial

Diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado ou de uma entidade.

### Déficit da Execução Orçamentária

Ocorre quando a despesa realizada é maior que a receita arrecadada.

### Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Apresenta as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial apurado no exercício.

### Desembolsos/Dispêndios Extraorçamentários

Não estão previstos no Orçamento, e correspondem a fatos de natureza financeira. Os desembolsos/dispêndios extraorçamentários não são considerados despesas orçamentárias, uma vez que, representam movimentação de recursos que pertencem a terceiros, sendo usualmente representados por saídas dos cofres públicos em contrapartida da baixa de passivos financeiros, que não alteram o patrimônio da entidade, a exemplo das saídas de caixa provenientes da devolução de caução, fiança e depósitos de diversas origens.

### Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

### Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

### Despesas de Exercícios Anteriores – DEA

São despesas relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com dotação suficiente para atendê-las mas, que não tenham sido processadas na época própria. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

### Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

### Despesas Intraorçamentárias

As despesas intraorçamentárias ocorrem quando órgão, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e

da seguridade social efetuam aquisições de materiais, bens e serviços, realizam pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo.

#### **Despesas Não-fiscais**

São as despesas não decorrentes das ações precípuas do governo, a exemplo da amortização e juros da dívida, concessões de empréstimos e financiamentos e aquisição de títulos de capital não integralizado.

#### **Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**

Considera-se a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC nº101/2000).

#### **Despesa Orçamentária**

Aquela executada por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais, com a finalidade de cumprir os programas de governo, bem como garantir o atendimento dos serviços públicos e o pagamento de amortização e juros da dívida pública.

#### **Despesa Pública**

Constitui-se de toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado a qualquer título, para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos.

#### **Despesa Total com Pessoal**

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de

terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.(Art. 18 da LC nº 101/00).

#### **Dívida Ativa**

Constitui-se dos créditos do Estado e de suas autarquias e fundações, tributários ou não, inscritos em registro próprio, após apurada sua liquidez e certeza, de acordo com legislação específica. São os créditos que o Estado tem contra terceiros.

#### **Dívida Consolidada ou Fundada**

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

#### **Dívida Consolidada Líquida**

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescido dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

#### **Dívida Flutuante**

Compromissos de pagamento, geralmente de curto prazo, independente de autorização orçamentária.

#### **Dívida Mobiliária**

É representada por títulos emitidos pela União, inclusive o Banco Central, Estados e Municípios.

#### **Dotação**

Limite de crédito consignado na lei de orçamento ou crédito adicional, para atender determinada despesa.

**Economia Orçamentária**

Ocorre quando o valor da despesa empenhada é menor que o valor da despesa fixada.

**Elemento de Despesa**

É o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras, instalações e outros meios de que se serve a Administração Pública para a consecução de seus fins.

**Empresa Estatal Dependente**

Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária (Art. 2º, III, da LC nº 101/2000). De acordo com a Portaria STN nº 589, será considerada dependente apenas a empresa deficitária que receba subvenção econômica do ente controlador. Da mesma forma, considera-se ainda subvenção econômica a transferência permanente de recursos de capital para empresa controlada deficitária.

**Empresa Pública**

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, participação exclusiva do Poder Público no seu capital e direção, criada por lei para a exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa tendo em vista o interesse público.

**Entidade**

É a denominação genérica para Estado, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, que são criadas por lei ou mediante prévia autorização legislativa, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, para a execução de atividades que lhes são atribuídas em lei.

**Estoque da Dívida**

É o mesmo que Dívida Consolidada

**Excesso de arrecadação**

É o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista

por fonte de recursos e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e o montante dos créditos extraordinários abertos.

**Execução Financeira**

Representa a utilização dos recursos financeiros em função da programação financeira até a fase do pagamento e arrecadação da receita, visando atender a realização dos projetos e atividades consignados no Orçamento;

**Execução Orçamentária**

É a utilização dos créditos consignados no Orçamento em todas as suas fases: descentralização, empenho e liquidação;

**Fonte de Recursos**

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

**Função**

Constitui o nível maior de agregação das ações governamentais, através da qual se busca identificar setores ou área da atuação do Governo, para fins de programação e orçamento público.

**Fundação Pública**

A entidade criada por lei específica, com personalidade jurídica de direito público ou privado sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de atividades de interesse da coletividade tais como educação, cultura, pesquisas científicas, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado com recursos do tesouro e de outras fontes.

**Fundo Especial**

Parcela de receitas vinculada por lei à realização de determinados objetivos ou serviços, mediante dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

### **Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI**

Índice que visa refletir as variações mensais de preços, pesquisados do dia 1º ao último dia do mês corrente. Ele é formado pelo Índice de Preços por Atacado – IPA, Índice de Preços ao Consumidor-IPC e Índice Nacional do Custo da Construção – INCC, com pesos de 60%,30% e 10% respectivamente. O índice apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

### **Ingressos**

Correspondem a todas as quantias recebidas pelos cofres públicos.

### **Ingressos extra-orçamentários**

Não estão previstos no orçamento e correspondem a fatos de natureza financeira. São valores que entram nos cofres públicos, de caráter temporário, e que correspondem a créditos de terceiros do qual o Estado é um simples depositário. Não se constitui Receita e seu registro provoca o surgimento de passivos financeiros.

### **Ingressos orçamentários**

São aqueles pertencentes ao ente público, arrecadados exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais.

### **Inversões Financeiras**

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

### **Investimentos**

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

### **Lei Orçamentária Anual-LOA**

Lei especial de iniciativa do Poder Executivo que contém a discriminação da receita e des-

pesa orçamentária para determinado exercício financeiro, de forma a evidenciar a política econômica financeira do Governo e o programa de trabalho dos Poderes, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Indireta, compreendendo: orçamento fiscal; orçamento de investimento de empresas estatais e orçamento da seguridade social.

### **Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO**

Lei que compreende as metas e prioridades da Administração Pública. É o instrumento de conexão entre o planejamento e orçamento, previsto na Constituição Federal.

### **Lei Kandir**

Compensação pelas perdas decorrentes da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, de produtos primários e semimanufaturados remetidos ao exterior.

### **Metas Fiscais**

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

### **Operação de Crédito**

Corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiro. Equipara-se a Operação de Crédito à assunção, ao reconhecimento ou à confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências que envolvem as regras para a geração de despesas, previstos nos arts. 15 e 16 da LRF.

### **Orçamento da Seguridade Social**

Orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual, compreendendo as ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, desenvolvidas pelos Poderes da União, Estado, Distrito Federal ou Município, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresa estatal dependente.



**Orçamento de Investimento**

Orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual, compreendendo os investimentos das empresas não dependentes em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

**Orçamento Fiscal**

Orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual, que estima as receitas e fixa as despesas, de modo a demonstrar a programação dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal ou Município, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresa estatal dependente.

**Organismos Bilaterais e Multilaterais de Crédito**

Organizações de Crédito onde dois ou mais países subscrevem seu Capital Social.

**Parceria público-privada – PPP**

É o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, celebrado entre a Administração Pública direta e indireta e entidades privadas, através do qual o agente privado participa da implantação e do desenvolvimento da obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração ou da gestão, total ou parcial, das atividades dele decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, observada a legislação pertinente.

**Passivo Atuarial**

Ocorre quando o valor das Reservas Matemáticas é superior ao valor do Patrimônio já constituído, ou seja, o fundo de previdência apresenta mais obrigações com seus participantes do que caixa para cobrir o pagamento das obrigações.

**Passivo Financeiro**

Compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

**Passivo Real**

É a soma do passivo financeiro com o passivo permanente.

**Passivo Real a Descoberto**

Ocorre quando o ativo real é menor que o passivo real.

**Plano Plurianual-PPA**

Programação global da gestão governamental, onde constam os programas e projetos de desenvolvimento setorial e/ou regional com previsão de ações a serem desenvolvidas num período de quatro anos. Serve de base para as programações anuais.

**Precatório Judicial**

É a requisição de pagamento feito pelo Presidente do Tribunal, que proferiu a decisão contra Fazenda Pública (União, Estados membros, DF e Municípios). É a forma de execução contra a Fazenda Pública, regulada pelo art. 730 do Código de Processo Civil e cujas regras para pagamento estão previstas no art. 100 da Constituição Federal, alterada pela Emenda 62 / 09, de 09/12/2009. De acordo com o art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

**Programa**

É a unidade básica de planejamento e gestão do plano plurianual, constituída por um conjunto de ações articuladas, cujos produtos, bens e serviços ofertados à sociedade concorrem para a consecução de objetivo comum preestabelecido, mensurado por um indicador, tendo em vista a solução de um problema ou atender uma necessidade ou demanda da sociedade.

**Receitas Correntes**

São os meios financeiros de origem tributária, contributiva, patrimonial, industrial e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gastos classificáveis em despesas correntes.

**Receitas Correntes Intraorçamentárias**

São receitas intra-orçamentárias decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas, contribuições e outras operações, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, no âmbito da mesma esfera de governo.

### Receita Corrente Líquida – RCL

Terminologia dada ao parâmetro destinado a estabelecer limites legais definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É o somatório da arrecadação das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as deduções conforme o ente União, Estado, Distrito Federal e Municípios, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

### Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

### Receita Intraorçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente no âmbito da mesma esfera de governo.

### Receita Líquida Real

Segundo a Lei Federal nº 9.496/97, corresponde ao montante da Receita Realizada – soma das Receitas Orçamentárias das fontes do tesouro no período de doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando – deduzidas: as Receitas de Operações de Crédito, as Receitas de Alienação de Bens, as Transferências Voluntárias ou Doações com o fim específico de atender às Despesas de Capital, às Despesas com Transferências Constitucionais e Legais aos municípios e parte dos recursos do FUNDEB.

### Receita Orçamentária/Receita Pública

Todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias.

### Receita do Tesouro

Recursos cuja arrecadação e recolhimento é da competência do tesouro federal, estadual ou municipal. É também chamada de Recursos do Tesouro.

### Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

### Receitas Não-Fiscais

São receitas não decorrentes das ações precípuas do governo, a exemplo de operações de crédito e aplicações financeiras.

### Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta e Indireta, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

### Recurso de Terceiros

Recursos pertencentes a terceiros arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.

### Reserva de Contingência

Dotação destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, são estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

### Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em:

**Restos a Pagar Processados** – São despesas liquidadas, em que o credor já cumpriu as suas obrigações, isto é, entregou o material, prestou os serviços ou executou a etapa da obra, dentro do exercício. É portanto, reconhecido como líquido e certo

o seu direito ao respectivo pagamento. Trata-se de despesas empenhadas, liquidadas e não pagas.

**Restos a Pagar Não Processados** – São despesas que ainda dependem da prestação do serviço ou fornecimento do material, ou, que o credor já tenha cumprido suas obrigações e o direito ainda não foi apurado e reconhecido. Trata-se de despesas empenhadas, mas não liquidadas e não pagas.

#### Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida calculada para as diversas esferas de governo, em um determinado período de tempo.

#### Resultado Patrimonial ou Econômico

É a diferença apurada entre as Variações Ativas e as Variações Passivas. Quando as Variações Ativas é maior, ocorre o superávit econômico. Sendo o total das Variações Passivas maior, ocorre o déficit econômico. Ocorre o equilíbrio quando as Variações Ativas e as Variações Passivas têm valores iguais.

#### Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais realizadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, ao serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

#### Saldo Patrimonial

Saldo Patrimonial ou patrimônio líquido é apurado pelo confronto do Ativo com o Passivo e pode apresentar as seguintes situações:

- Saldo Patrimonial negativo ou Passivo a Descoberto – ocorre quando o ativo for menor que o passivo;
- Saldo patrimonial positivo ou Ativo Real Líquido – ocorre quando o Ativo for maior que o Passivo;
- Saldo Patrimonial nulo – decorre da igualdade entre os elementos do Ativo e do Passivo.

#### SDP

Sistema da Dívida Pública gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

#### Serviço da Dívida a Pagar

Representa o montante da amortização, juros, prêmios e títulos a resgatar decorrentes da Dívida Fundada ou Consolidada;

#### SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

#### Subfunção

Representam uma partição da função, a fim de agregar determinados subconjuntos de despesas do setor público;

#### Superávit Financeiro no Balanço Financeiro

Ocorre quando no Balanço Financeiro o saldo que passa para o exercício seguinte é maior que o saldo do exercício anterior.

#### Superávit Financeiro no Balanço Patrimonial

É a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado ou de uma entidade.

#### Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita arrecadada.

#### Transferências Correntes

Subcategoria econômica da receita. É o ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referentes a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivados mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

**Transferências de Capital**

Subcategoria econômica da receita. É o ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referentes a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivados mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

**Território de Identidade**

Espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, como grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

**Unidade Contábil Consolidada**

É a soma de saldos ou grupos de contas das Unidades Gestoras do Estado e suas Autarquias, Fundos, Fundações e Empresas Estatais não dependentes.

**Variações Ativas**

São alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que aumentam ou modificam a situação patrimonial. Provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio, pelo aumento de valores ativos, redução de valores passivos ou por modificação nos elementos patrimoniais através de fato permutativo.

**Variações Passivas**

São alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que diminuem ou modificam a situação patrimonial. Provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio, pelo aumento de valores passivos, redução de valores ativos ou por modificação nos elementos patrimoniais através de fato permutativo.

## 9. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS AUTARQUIAS

Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB  
 Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicação da Bahia - AGERBA  
 Centro Industrial de Subaé - CIS  
 Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologia para Auditoria - CEDASC  
 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
 Departamento de Infra – Estrutura de Transportes da Bahia - DERBA  
 Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ  
 Instituto do Meio Ambiente - IMA  
 Instituto de Artesanato Visconde de Mauá - MAUÁ  
 Instituto Baiano de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - IBAMETRO  
 Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC  
 Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB  
 Superintendência de Construção Administrativa da Bahia - SUCAB  
 Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC  
 Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB  
 Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI  
 Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
 Universidade Estadual da Bahia - UNEB  
 Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC  
 Universidade do Sudoeste do Estado da Bahia - UESB

### FUNDAÇÕES

Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC  
 Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB  
 Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia - HEMOBA  
 Fundação Paulo Jackson - FPJ  
 Fundação Pedro Calmon - FPC  
 Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB  
 Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB

### EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES

#### EMPRESAS PÚBLICAS

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR  
 Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER  
 Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA

#### SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM  
 Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia - CERB  
 Bahia Pesca S.A. - BAHIA PESCA  
 Empresa de Turismo do Estado da Bahia S. A. – BAHIAUTURSA

#### FUNDOS

Fundo de Aparelhamento Judicial – FAJ  
 Fundo de Modernização da PGE  
 Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - FUNSERV  
 Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - BAPREV  
 Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV  
 Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública do Estado da Bahia – FAJDPE-BA  
 Fundo de Assistência ao Educando – FAED  
 Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE  
 Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia – FIES  
 Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP  
 Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS  
 Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor – FEPC  
 Fundo Estadual de Saúde – FES/BA  
 Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais – FEASPOL  
 Fundo de Cultura da Bahia – FCBA  
 Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS  
 Fundo Estadual de Atendimento a Criança e ao Adolescente – FECRIANÇA  
 Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA  
 Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA  
 Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia – FMMP/BA

## 10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas** – Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 1 ed. Brasília: Cidade Gráfica e Editora Ltda, 2006.
- ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Introdução à contabilidade governamental** : da teoria à prática. Salvador: Zênite, 1999.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 05 maio. 2000. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>
- BRASIL. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>
- JUND, Sérgio; **Administração Orçamentária e Financeira: teoria e 750 questões** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- KOHAMA, Heilio. **Balancos públicos**: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública**. 1 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2000.
- MACHADO Jr., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 Comentada**. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2002/2003.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei Complementar nº 101/2000**: entendendo a lei de responsabilidade fiscal. Brasília: ESAF, 2002.
- PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade Pública** – 7. ed. Brasília: Franco & Fortes, 2002.
- SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Receitas Públicas: Manual de Procedimentos**, 4.ed., Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2007.
- SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

**Equipe Técnica**

Carina Ramos Santos  
 Gélio da Silva Figueiredo  
 George Wander de Albuquerque Rodrigues  
 Itamar Araújo Gomes Junior  
 Laine Costa Correia Lima  
 Lednalda Reis Santos dos Reis  
 Lidiane Santos Xavier  
 Luigi Camardelli Cesarino  
 Maria das Graças Morbeck  
 Patrícia Teixeira Fraga  
 Ricardo Barros Osterne  
 Rita de Cássia Silva Menezes  
 Sizenando Gonzaga da Cunha Filho  
 Tatiana Portela Liberato

**Colaboradores**

Ailton de Oliveira Sousa  
 Ana Costa da Silva  
 Ana Maria de Lima Sapucaia  
 Arlindo Luiz de Santana Junior  
 Carlos Alberto Sampaio Fernandes Junior  
 Carlos Simões de Santana  
 Caroline Silva Canário  
 Claudia Jacqueline Lopes Casali  
 Daniela Sampaio Vilar Oliveira  
 Domingos Monteiro da Silva  
 Edmario de Jesus Santos  
 Elvira Cândida Cerdeira Silva  
 Fátima Camelier  
 Felipe Rydlewski de F. Rodrigues  
 Florisvaldo Anunciação de Lima  
 Ilan Nogueira de Oliveira Santana  
 Ilbabez Bonfim S. Filho

Ionara Falcão Modesto  
 Iracélia Santos de Pinho  
 Jean Esdras Alves da Silva Freitas  
 Jesuína Margarida Bonadie Marques  
 João Ferreira Brandão Filho  
 José Dantas Cerqueira e Silva  
 Kátia Marilda Rodrigues dos Reis  
 Kennedy Ramos Cabral  
 Laudelina Maria Ribeiro  
 Lícia Maria Passos Mesquita  
 Lícia Maria Souza Casqueiro  
 Lúcia Maria Barbosa Santos  
 Luís Cláudio Conceição Rego  
 Maiara Barrozo S. Dias  
 Manuel Roque dos Santos Filho  
 Márcia Maria Oliveira  
 Maria da Conceição Dantas Rios  
 Maria das Graças da Cunha Lima Almada  
 Maria de Fátima de Oliveira Carrera  
 Maria Paula Fonseca Ferreira  
 Mirian Borges Garcia Santos  
 Mônica Rocha de Andrade  
 Nancy Alves Galindo  
 Nelma Capinam da Silva Pedro  
 Nilson Dantas Viana  
 Nívia Costa Verzolla  
 Raimundo Oliveira dos Santos  
 Roberto Soledade Nascimento  
 Rute de Cássia Santos Silva  
 Stela Assis Alves  
 Teresa Cristina Vilela Hinain  
 Tereza Neuman Fonseca Portugal  
 Valmice Garcia Santos Cunha  
 Wellington Estrela de Carvalho